



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 061 – SEXTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

<b>MESA</b>		
<p style="text-align: center;"><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;"><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;"><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;"><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;"><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;"><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;"><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;"><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
<p style="text-align: center;"><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;"><b>Corregedores Substitutos</b> Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</p>	<p style="text-align: center;"><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> <b>(Resolução do Senado Federal nº 40/95)</b></p> <p style="text-align: center;"><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Tião Viana PT-AC</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL –PSDB)</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Efraim Morais PFL PB</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p style="text-align: center;"><b>Vice-Líder</b> João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PFL -18</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> José Agripino PFL-RN</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge</p>	<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PSDB – 10</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Romero Jucá (1) Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PDT - 5</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Jefferson Péres PDT-AM</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b> Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice Líder</b> Patrícia Saboya Gomes</p>
<p>(1) Desfilou-se do PSDB EM 14/05/200</p>		
<b>EXPEDIENTE</b>		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretora da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 56ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE MAIO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Ofícios

Nº 244/2003, de 13 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Romero Jucá para compor, como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos. À publicação. . 11334

Nº 245/2003, de 13 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Romero Jucá para compor, como suplente, a Comissão de Assuntos Sociais. À publicação. . 11334

Nº 246/2003, de 13 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, comunicando que o Senador Valmir Amaral deixará de integrar, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À publicação. .... 11334

Nº 247/2003, de 13 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Romero Jucá para compor, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como informa a nova composição na suplência daquela Comissão. À publicação..... 11335

Nº 60/2003, de 14 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Fiscalização e Controle. À publicação..... 11335

Nº 119/2003, de 15 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais. À publicação..... 11335

##### 1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que institui incentivo fiscal à contratação de jovens para o primeiro emprego em microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. . 11335

##### 1.2.3 – Comunicações da Presidência

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso em contrário, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2001 (nº 4.229/98, na Casa de

origem), que dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão no País em datas determinadas e nas regiões específicas. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. .... 11339

Recebimento do Ofício nº S/13, de 2003 (nº 95/2003, na origem), de 12 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do **Habeas Corpus** nº 72.718, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 17 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. (Competência da Comissão Representativa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para conhecer pedido de licença para processar deputados e sobre ele deliberar). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 11339

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2001 (nº 2.448/2000, na Casa de origem), que altera a redação do art. 359 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral (institui a obrigatoriedade do depoimento pessoal no processo penal eleitoral). Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 11339

##### 1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *HÉLIO COSTA* – Defesa de um programa efetivo de universalização dos serviços de saneamento..... 11339

SENADOR *TIÃO VIANA*, como Líder – Agradecimentos aos Senadores que retiraram documento que seria encaminhado ao Conselho de Ética do PT, em busca de uma solução conciliadora na questão do processo de expulsão de parlamentares contrários às reformas propostas pelo Governo. .... 11344

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS*, como Líder – Elogios à decisão do Senador Tião Viana de permanecer na Liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado. .... 11346

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES*, como Líder – Pesar pelo falecimento da escritora e pro-

fessora da Universidade Federal de Goiás, Sra. Yêda Schmaltz, no último sábado. .... 11346

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Solicitação de explicações à Receita Federal, no que tange à concessão de liminares sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). .... 11348

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Defesa da criação de agência para o desenvolvimento da região Centro-Oeste. .... 11349

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – como Líder, Posicionamento contrário à tributação da classe média alta, na alíquota de 35% do Imposto de Renda. .... 11352

SENADOR RAMEZ TEBET – Reflexões sobre as reformas da previdência e tributária, em tramitação no Congresso Nacional. .... 11354

SENADOR PAPALÉO PAES – Apelo ao Governo Federal no sentido de que apóie o Governo do Amapá na solução de impasse gerado em torno da empresa Indústria e Comércio de Minérios – ICOMI. .... 11357

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO – Apelo às autoridades do Estado de Goiás para que retomem o diálogo e as negociações com o Sindicato do Transporte Alternativo do Aglomerado Urbano de Goiânia – SINTRAGO. .... 11358

#### 1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 346, de 2003, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Eurípedes Camargo, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, hoje, do jurista e escritor Raymundo Faoro. À publicação. .... 11359

Nº 347, de 2003, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Ísis de Castro, ex-diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul. À publicação. .... 11359

Nº 348, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, hoje, do jurista e escritor Raymundo Faoro. À publicação. .... 11360

#### 1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 17, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o inciso III ao art. 91, e revoga o inciso IV do § 1º da Resolução nº 93, de 1970, que dá nova redação ao Regimento Interno do Senado Federal. À Secretaria-Geral da Mesa. .... 11360

#### 1.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 17, de 2003, lido anteriormente. .... 11361

#### 1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nºs 349 a 352, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando votos de congratulações ao Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, ao Dr. Francisco Waldir Pires de Souza, Ministro Controlador-Geral da União, ao Sr. Renato Barbosa, perito criminal do Departamento de Polícia Federal, e ao Dr. José Francisco Castilho Neto, Delegado do Departamento de Polícia Federal, respectivamente, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York-EUA. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .... 11361

Nº 353, de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Ministro de Estado da Cultura as informações que menciona. À Mesa para decisão. .... 11361

#### 1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta disposições à Lei nº 7.290, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o transportador rodoviário autônomo. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. .... 11362

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. .... 11366

Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. .... 11366

Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais. À Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. .... 11367

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

##### Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2003, que reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 94, de 2002. **Aprecia-**

**ção sobrestada em virtude da falta de acordo das Lideranças.**

11369

**1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia**

SENADOR *RENAN CALHEIROS*, como Líder – Importância da otimização dos programas sociais em curso, para o combate efetivo à pobreza.... 11369

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Protesto pelo fato de não terem sido enviadas, no prazo constitucional, as informações solicitadas pelo PSDB a Ministros de Estado, o que enseja crime de responsabilidade. .... 11372

O SR. PRESIDENTE (Senador José Sarney) – Determinação à Secretaria Geral da Mesa que adote as providências cabíveis. .... 11372

SENADOR *ALOIZIO MERCADANTE*, como Líder – Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Raymundo Faoro. .... 11372

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Homenagem pelo passamento do Sr. Raymundo Faoro. .... 11373

O SR. PRESIDENTE (Senador José Sarney) – Associando-se às homenagens prestadas ao Sr. Raymundo Faoro. .... 11374

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Importância para o Mercosul da vitória de Néstor Kirchner à Presidência da Argentina. Expectativas de que as mudanças políticas na América Latina apontem para acordo com União Européia. .... 11374

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Cumprimentos à atitude do Senador Tião Viana em permanecer na liderança do PT no Senado Federal. Apresentação de projeto de lei, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais. Homenagem de pesar pelo falecimento do jurista e escritor Raymundo Faoro.... 11377

SENADOR *MAGNO MALTA*, como Líder – Repúdio às críticas do procurador do Estado do Amapá à CPI do Narcotráfico. Preocupação com a diminuição do turismo no Brasil, decorrente do aumento da violência. .... 11383

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Debate sobre a proposta de aumento das alíquotas diferenciadas do Imposto de Renda. .... 11385

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Necessidade da criação de bloco parlamentar do Nordeste, objetivando pleitear junto ao Governo Federal a instalação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. .... 11386

**1.3.2 – Leitura de requerimento**

Nº 354, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jurista e Escritor, Raymundo Faoro. À publicação. .... 11386

**1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Críticas ao programa de desenvolvimento para região amazônica, lançado pelo Governo Lula. .... 11387

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Elogios à celebração do cinquentenário do BNDES e do Banco do Nordeste, com a realização de seminário especial, que deu origem ao livro intitulado “A Promoção do Desenvolvimento: os 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste”. .... 11388

SENADORA *PATRÍCIA SABOYA DE CARVALHO* – Necessidade de um combate mais efetivo ao trabalho infantil doméstico. .... 11389

**1.4 – ENCERRAMENTO****2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**

Nº 58, de 2003. .... 11391

**3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 3.530 a 3.557, de 2003. .... 11391

**4 – CONVÊNIO**

OF/SSACCS nº 125/2003. .... 11406

**SENADO FEDERAL****5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

## Ata da 56ª Sessão Deliberativa Ordinária em 15 de maio de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, das Sras. Serys Shlessarenko e Íris de Araújo, e dos Srs. Luiz Otávio, Antero Paes de Barros e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,  
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.  
SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Moraes – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Íris de Araújo – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Leomar Quintanilha – Lúcia Vânia – Luiz Otávio – Magno Malta – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Shlessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Rapp – Valmir Amaral.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Hélio Costa.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 244/2003

Brasília, 13 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro titular, em substituição ao Senador Gilberto Mestrinho, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 245/2003

Brasília, 13 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro suplente, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 246/2003

Brasília, 13 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Valmir Amaral, deixará de integrar, como membro suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 247/2003

É lido o seguinte:

Brasília, 13 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, bem como informar a nova composição na suplência, obedecendo a ordem que se segue:

1. Romero Jucá
2. Luiz Otávio
3. Ramez Tebet
4. João Alberto Souza
5. Íris de Araújo
6. Sérgio Cabral

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício nº 60/03-GLPSDB

Brasília, 14 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>, venho solicitar a substituição da indicação do Senador Romero Jucá pelo Senador Arthur Virgílio, como Titular, na Comissão de Fiscalização e Controle.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 119/03-GLPSDB

Brasília, 15 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>, venho indicar o Senador Eduardo Azeredo para o cargo de Titular, deixando, portanto, a Suplência, na Comissão de Assuntos Sociais, em substituição ao Senador Romero Jucá, que recentemente deixou o Partido.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Hélio Costa.

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2003****Institui incentivo fiscal à contratação de jovens para o primeiro emprego em microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedido, pelo prazo de três exercícios financeiros subseqüentes à vigência desta Lei, incentivo fiscal, na forma do disposto no art. 2º, à pessoa jurídica inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que contratar trabalhador que, cumulativamente:

I – tenha entre dezoito e vinte e quatro anos de idade;

II – nunca tenha trabalhado com Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada e contrato regular de trabalho;

III – não aufera renda própria de qualquer natureza;

IV – não esteja em gozo de qualquer benefício previdenciário ou assistencial; e

V – esteja cadastrado como solicitante de emprego junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Art. 2º A pessoa jurídica poderá deduzir do valor do pagamento mensal unificado de impostos e contribuições de que tratam o do § 1º art. 3º e caput do art. 5º da Lei nº 9.317, de 1996, o valor correspondente a cinquenta por cento do montante líquido dos salários pagos, no mês, aos trabalhadores especificados no artigo anterior.

§ 1º Em relação a cada trabalhador, o incentivo fiscal será válido por um ano, a contar da data da admissão nos termos desta Lei.

§ 2º A dedução de que trata este artigo é limitada a cinco por cento do pagamento mensal unificado especificado no caput e pode abranger o máximo de quinze por cento do número de empregados da empresa, segundo a média calculada na forma do disposto no art. 3º

§ 3º empregador que se beneficiar do incentivo fiscal de que trata este artigo deverá:

I – depositar, anualmente, no Ministério do Trabalho e do Emprego, a relação dos trabalhadores contratados na forma do art. 1º, juntamente com a cópia de sua Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);

II – informar, anualmente, ao Ministério da Fazenda, acerca:

a) das contratações e demissões de trabalhadores especificados neste artigo e do respectivo montante líquido dos salários pagos;

b) da média aritmética mensal do número de empregados no ano e nos seis meses imediatamente anteriores ao da data de cada contratação efetivada nos termos desta Lei.

Art. 3º O direito à dedução de que trata esta Lei é condicionado a que cada contratação represente acréscimo real em relação à média aritmética mensal do número de empregados não abrangidos pelo incentivo nos seis meses anteriores.

§ 1º A descaracterização do acréscimo, provocada por dispensa de empregado não abrangido pelo incentivo, faz cessar o direito à dedução no mês imediatamente posterior.

§ 2º O empregador que rescindir, sem justa causa, o contrato de trabalho incentivado, antes dos doze meses de sua vigência, será obrigado a recolher, no mês imediatamente posterior, o total da dedução usufruída em cada um dos meses desde o início do contrato.

Art. 4º descumprimento, pelo empregador, do disposto nesta Lei sujeita-o ao recolhimento especificado no § 2º do artigo anterior e demais penalidades e acréscimos previstos na Lei nº 9.317, de 1996.

Art. 5º Poder Executivo, considerando o incentivo fiscal previsto nesta Lei, fixará, para os três exercícios financeiros seguintes ao da sua vigência, os limites de comprometimento e proporá, nos respectivos projetos de lei orçamentária anual, o cancelamento de despesa correspondente.

Art. 6º O § 5º do art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

§ 5º A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresas de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, exceto o relativo a contratação de trabalhadores para primeiro emprego, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS. (NR)”

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto ao incentivo fiscal por ela criado, a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente.

## Justificação

Um dos principais problemas que afligem os trabalhadores, atualmente, é o desemprego. O reduzido crescimento econômico dos últimos anos e o aumento vegetativo da população tem se refletido nas crescentes taxas de desemprego observadas. Com efeito, entre 1991 e 2002, a taxa de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas do Brasil passou de 4,84% para 7,15%, de acordo com dados do IBGE.

Nesse ambiente de extrema escassez na oferta de postos de trabalho, o trabalhador inexperiente que busca seu primeiro emprego tem sido sistematicamente preterido por trabalhadores com experiência profissional, que, por falta de opções, dispõem-se a ocupar as vagas em princípio destinadas a pessoas com menos qualificação, conforme fica evidenciado pela análise das estatísticas desagregadas de desemprego, baseadas em dados do IBGE.

### Taxa de Desemprego, segundo Atributos – 2002

	Em percentual (%)
<b>Faixa Etária:</b>	
15-17 anos	16,89
18-24 anos	14,50
25-29 anos	8,01
30-39 anos	5,80
40-49 anos	4,46
50-59 anos	3,10
60-64 anos	1,86
maiores que 65 anos	1,66
<b>Posição na Família:</b>	
Chefe	4,73
Cônjuge	4,90
Filho	12,81
Outros	9,26

Fonte: Elaboração IPEA, a partir de dados da PME/IBGE

### Composição do Desemprego, segundo Atributos - 2002

	Em percentual (%)
<b>Faixa Etária:</b>	
15-17 anos	4,80
18-24 anos	38,81
25-29 anos	15,15
30-39 anos	20,87
40-49 anos	14,26
50-59 anos	5,09
60-64 anos	0,60
maiores que 65 anos	0,43
<b>Posição na Família:</b>	
Chefe	31,81
Cônjuge	12,81
Filho	48,30
Outros	7,08

Fonte: Elaboração IPEA, a partir de dados da PME/IBGE

Verifica-se que 14,5% dos trabalhadores entre 18 e 24 anos de idade estavam desempregados em 2002. No mesmo período, a proporção de desempregados em todas as faixas etárias superiores era bem inferior. Por exemplo, entre os trabalhadores de 25 a 29 anos de idade, 8% estavam sem emprego; de 30 a 39 anos, eram 5,8%, ou seja, menos da metade do verificado no caso de menores de 24 anos. Ao considerar a posição no domicílio, constata-se que a taxa de desemprego entre filhos era, no mesmo ano, de 12,8%. Em contraposição, as taxas observadas para cônjuges e chefes de família eram 4,9% e 4,7%, respectivamente.

Quando se analisa a composição do desemprego total de acordo com os atributos dos desempregados, fica mais clara a grave situação dos jovens trabalhadores brasileiros. Cerca de 39% de todos os desempregados têm entre 18 e 24 anos de idade e 48% preenchem, na família, a posição de filho, o que demonstra a pouca idade.

Ou seja, é irrefutável a grave situação de nossos jovens trabalhadores, sem perspectivas de futuro e de vida. Tanto é que o emprego desses jovens foi tema primordial da recente campanha à Presidência da República, representando promessa e item prioritário da agenda de Governo do atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vale mencionar que tal problema é mais relevante, ainda, entre jovens pertencentes a famílias de baixo poder aquisitivo, geralmente localizadas em periferias de grandes centros urbanos. Nesses casos, o que se observa é a tendência ao ingresso desses jovens no mundo do crime e da marginalidade, com repercussões altamente desfavoráveis, não apenas para eles e suas famílias, mas para toda a sociedade.

A presente proposição tenta amenizar o problema ao incentivar o primeiro emprego de jovens inexperientes, possibilitando-lhes adquirir a experiência no trabalho e, assim, deixar de engrossar as estatísticas de desemprego.

O incentivo está direcionado às microempresas e empresas de pequeno porte, na medida em que elas são as grandes geradoras de emprego no país, e corresponde à dedução, do SIMPLES, do valor correspondente a 50% do montante líquido dos salários pagos, no mês, a jovens com idade entre 18 e 25 anos que nunca tenham trabalhado.

A sugestão é que o incentivo vigore por três anos, período mínimo para implementação e verificação dos resultados práticos da medida. Para cada contratação incentivada, impõe-se o limite temporal de doze meses, tempo suficiente não apenas para o

aprendizado profissional do jovem, como também para o empregador avaliar a capacidade do empregado e decidir acerca de sua manutenção na empresa.

Ao estabelecer que o trabalhador não seja demitido, sem justa causa, durante a validade do contrato de trabalho incentivado, busca-se garantir-lhe trabalho por pelo menos um ano. Tal iniciativa, aliada à exigência de que as contratações incentivadas signifiquem acréscimo no número de empregados da empresa, visa a expansão do emprego e inibição da rotatividade da mão-de-obra não incentivada mediante substituição por aquela objeto de contrato de trabalho incentivado.

São excluídos do programa os trabalhadores que, de alguma forma, auferem qualquer tipo de renda, privilegiando os que, sem emprego, não possuem outro meio de sustento.

Outro ponto importante são os limites impostos ao incentivo fiscal – 5% do imposto devido e 15% do número de empregados – com os quais se busca conferir limite à perda de receita pública decorrente do programa de incentivo.

Como medidas destinadas a facilitar a fiscalização, requer-se que o trabalhador esteja cadastrado no SINE e que a empresa apresente, anualmente, a relação das contratações incentivadas juntamente com a RAIS, esta de apresentação anual já obrigatória. Além disso, caberá à empresa informar ao Ministério da Fazenda, acerca das contratações e demissões de jovens trabalhadores e respectivo montante líquido de salários pagos, bem como sobre o número total de empregados.

Estipula-se, ainda, que o empregador que descumprir as regras pertinentes à contratação incentivada sujeita-se ao recolhimento retroativo da diferença do pagamento unificado de impostos e contribuições devido, além das demais penalidades e acréscimos previstos na legislação que dispõe sobre o SIMPLES.

Por fim, cumpre observar o cuidado com a observância dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 (Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002).

Assim, a presente proposição, além de estabelecer que o incentivo fiscal só deverá entrar em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da promulgação da lei, determina que o Poder Executivo fixe, nas leis orçamentárias dos três exercícios financeiros em que vigorará o incentivo, os limites de comprometimento e proponha o cancelamento de despesas correspondente.

São essas, Senhores Senadores, as considerações básicas que fundamentam o projeto de lei e deixam claro seu alcance social.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senador **Siba Machado**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

**Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.**

#### CAPÍTULO III

#### Do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES

#### SEÇÃO I

#### Da Definição e da Abrangência

Art. 3º A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

§ 1º A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;

f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996.

#### SEÇÃO II

#### Do Recolhimento e dos Percentuais

Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais:

I – para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);
- c) de R\$90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento);

II – para a empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);
- b) de R\$240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);
- c) de R\$360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);
- d) de R\$480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);
- e) de R\$600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento).

§ 5º A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição de recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2001** (nº 4.229/98, na Casa de origem), que *dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão no País em datas determinadas e nas regiões específicas*.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o **Ofício nº S/13, de 2003** (Nº 95/2003 na Casa de origem), do dia 12 do corrente mês, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido naquela Corte nos autos do *Habeas Corpus* nº 72.718, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 17 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – competência da Comissão Representativa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para conhecer do pedido de licença para processar deputados e sobre ele deliberar.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2001** (nº 2.448/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do art. 359 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral* (institui a obrigatoriedade do depoimento pessoal no processo penal eleitoral).

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exª terá assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

**A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Íris de Araújo.

**A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Solicito, Sr. Presidente, minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Igualmente, V. Exª, na prorrogação da Hora do Expediente, terá assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

**A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa do PMDB do Estado de Minas Gerais.

S. Exª dispõe de até vinte minutos.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, quero alertar para a necessidade de implementarmos urgentemente uma política de saneamento básico capaz de universalizar os serviços de coleta e tratamento de esgoto. Essa medida é indispensável para a redução nos gastos com a saúde pública e para a melhor qualidade de vida da população em virtude dos benefícios econômicos que dela advêm.

A cada dez anos, Sr. Presidente, o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos põe frente a frente com a realidade do nosso País. E quero falar exatamente dessa realidade, que são os números das estatísticas – principalmente de dois números.

De acordo com o Censo Demográfico de 1991, o percentual de domicílios particulares no Brasil com condições de saneamento adequado – ou seja, com abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo – era de 45,3%. Vejam só: em 1991, apenas 45,3% das residências tinham saneamento, água e esgoto.

Quase dez anos depois, Sr. Presidente, o Censo Demográfico de 2000 trouxe novos números: o percentual subiu para 56,5%. Isso é motivo para comemorar? Não, não é motivo para comemorar. Na verdade, em menos de dez anos, crescemos apenas 11,2% no número de residências com esses serviços de água, luz e esgoto.

Não creio, sinceramente, Sr. Presidente, que seja o caso de comemorar, porque um exercício aritmético simples e elementar nos conduziria a um terceiro número, este sim aterrador: mantida a taxa de crescimento do Brasil, o País levaria mais quarenta anos para, finalmente, oferecer à totalidade da sua população condições satisfatórias de higiene e de saneamento. Se continuarmos crescendo nesse nível, vamos levar quarenta anos para atender toda população brasileira com o simples serviço de esgoto sanitário.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o problema é que não podemos esperar. Não temos tempo para isso. Não temos como aguardar quarenta anos. E não podemos esperar porque o saneamento inadequado continua a provocar, em nosso País, quantidade brutal de doenças, de todos os tipos de doenças. Na verdade, mais de cem tipos – doenças como a malária, a cólera, a leptospirose, a hepatite, a meningite, a febre amarela, a lepra, o sarampo –, doenças que nos levam a diversos outros números, todos eles assustadores, todos eles indicativos da gravidade da situação.

Vamos tomar alguns números a título de exemplo.

Somente no ano 2000, o Sistema Único de Saúde registrou mais de quinhentas mil internações hospitalares diretamente relacionadas à ausência de um sistema de esgotamento sanitário de qualidade no País. O Senador Mão Santa, que está levando a mão ao rosto, deve estar espantado com esses números, porque é um médico competente, no Piauí, e sabe como isso é importante.

De outra parte, Srs. Senadores, segundo dados da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, a Assemae, 65% das internações de crianças de até onze anos de idade nos hospitais da rede pública são para tratamento de enfermidades causadas pela falta do saneamento adequado.

As conseqüências de tal situação são chocantes. De acordo com o Ministério da Saúde, a cada quinze minutos, morre uma criança no Brasil em virtude das más condições de saneamento básico. E vou repetir: a cada quinze minutos, morre no País uma criança em virtude das condições de saneamento básico, ou seja, até o final do meu discurso – eu disponho de vinte minutos para falar –, mais uma criança terá morrido no nosso País, porque ainda não temos, até este ano 2003 de Nosso Senhor Jesus Cristo, sistema adequado de saneamento básico, de coleta de esgoto, o que é um absurdo.

As estimativas de recursos necessários para que todos os lares tenham água de boa qualidade, esgoto e lixo coletado variam entre R\$50 bilhões e

R\$70 bilhões. É muito dinheiro? Claro que é muito dinheiro! Porém, vamos gastar muito mais do que R\$70 bilhões na saúde, se não fizermos um grande projeto de saneamento, se o Governo não investir, imediatamente e por vários anos, nessa área.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Com muito prazer, Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Brillhante Senador Hélio Costa, quando eu era adolescente – não quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> esteja muito velho, porque não é verdade, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> está vivendo a sua melhor fase e está mais bonito do que antes –, no interior da Bahia, assistia-lhe numa televisão preto e branco comprada por minha mãe. Eu era fã da sua voz desde quando V. Ex<sup>a</sup> era correspondente internacional da **Rede Globo**. Quem não se lembra disso!

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Hoje, sinto-me muito honrado de ser Senador ao lado de V. Ex<sup>a</sup>. Todas as vezes que V. Ex<sup>a</sup> ocupa a tribuna, discute temas de extrema relevância. Só um coração preocupado com o País se dá ao trabalho de buscar estatísticas para contestar, para dizer que não aceita e que não quer fazer parte do cordão daqueles que vêem a Nação morrer sem tomar qualquer tipo de atitude. Quem sabe, Senador, o meu aparte possa acrescentar algo ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Lembro-me de que, na minha infância, tive um problema de debilitação muscular. Quando levado ao médico, ele disse a minha mãe: “O problema do seu filho é dentário. Isso é foco dentário”. Ela respondeu: “Mas ninguém tem condição de fazer tratamento dentário”. Ele, então, afirmou: “Então, mande arrancar os dentes do menino”. Havia essa prática. Eu me esforcei muito, a partir da minha mocidade, para não ser um homem banguela. Hoje ainda há uma população desassistida. Não existe, no SUS, qualquer tipo de mecanismo para que a população pobre tenha acesso ao dentista. E a falta de tratamento dentário produz muitas enfermidades. O foco dentário, por exemplo, produz cegueira, Sr<sup>a</sup> Presidente. Senadora Íris de Araújo, V. Ex<sup>a</sup> fica muito bem na Presidência. Espero que V. Ex<sup>a</sup> substitua o Presidente José Sarney no mais curto espaço de tempo possível, para que as mulheres criem uma cultura de dirigir esta Casa. Parece-me que há anos só os homens a dirigem, não é meu Senador Hélio Costa?

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – É verdade. Tem todo o meu apoio.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Como eu dizia, normalmente, se há uma lesão muscular, a preocupação dos médicos dos atletas é com os focos dentários. E a nossa população está ainda desassistida. Então, é necessário que o Ministro da Saúde, nosso amigo Humberto Costa, preste atenção a essa questão de maneira específica. Que os primeiros recursos a serem liberados, a partir do contingenciamento feito pelo Governo do PT, sejam aplicados em saneamento básico, para que a sociedade comece a ter direito à saúde. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns pelo seu posicionamento, pelas informações que traz à Nação, com esse tom sensível de quem sente a dor de seus irmãos. No Brasil, a coisa é mais ou menos invertida: hoje, quem mata um jacaré no Brasil pega cinco anos de cadeia. É um crime inafiançável. No entanto, quem mata uma criança, seja de que forma for, se for primário, vai para a rua, não fica na cadeia. Além disso, criança rica pode até queimar índio na rua. Nobre Senador Hélio Costa, seja sempre este Senador que mexe com a minha alma. Na fragilidade de meu coração, quando ouço as suas palavras, sinto a dor daqueles que sofrem, assim como a população que acompanha V. Ex<sup>a</sup> pela TV Senado. Parabéns a Minas Gerais, que lhe mandou para esta Casa, porque ganhamos todos nós!

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Peço à Mesa que faça constar as observações do aparte do ilustre Senador.

Mas sinto, Senador Magno Malta, que os números são muito fortes. Como eu disse há pouco, antes de terminar este discurso, mais uma criança vai morrer no Brasil, porque não temos saneamento básico adequado. No meu Estado, 600 dos 853 Municípios não têm saneamento básico. Visitei mais de 300 distritos de Minas Gerais. Com todo o esforço feito no governo anterior e pelo atual Governador, Aécio Neves, ainda assim não temos saneamento básico em mais de 40% das residências do nosso Estado. É o mesmo índice a nível nacional.

Quando vejo que são necessários R\$70 bilhões – e posso dizer apenas R\$70 bilhões – para se resolver uma questão nacional, não posso deixar de lembrar que somente no ano de 2002, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Brasil pagou R\$74 bilhões referentes aos juros nominais da sua dívida interna.

E a dívida externa? Esta custa US\$1 bilhão/mês, quase R\$3,5 milhões/mês. É o que custa a nossa dívida externa. É evidente que não estamos argumentando que o Brasil não deva cumprir os seus compromissos. Claro que vai cumprir e está cumprindo, não é à toa que o esforço feito pelo Ministro Antonio Palocci e pelo Presidente Lula já fez com que o risco Brasil caísse de 2400 pontos para um pouco mais de 700 pontos, dando credibilidade internacional ao nosso País.

Mas o que quero registrar, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, é que, de alguma forma, os recursos existem, e que existe, portanto, a possibilidade de identificar mecanismos que nos permitam enfrentar seriamente este problema. E não seria por falta de alertas.

Na última campanha eleitoral, a necessidade de encontrar uma solução adequada para a questão do saneamento básico no Brasil foi novamente tema prioritário recorrente nos discursos da maioria dos nossos candidatos. Esse assunto é sempre levantado.

Não obstante, no seio da população, já está arraigada a idéia de que tanta ênfase só é dada a assuntos dessa natureza enquanto dura o período eleitoral. A idéia de que questões, como a do saneamento, são consideradas, por muitos candidatos, matérias que não rendem votos, uma vez que construir e manter estações de tratamento de água, coletar e tratar esgoto e lixo são medidas que implicam a execução de obras quase sempre muito caras e invisíveis. São aquelas famosas obras que ficam debaixo da terra, que não aparecem para o político comemorar a sua existência, que não estão à vista do eleitor. De qualquer maneira, Sr. Presidente, não há mais como protelar o enfrentamento dessa questão.

O Brasil precisa, com urgência, com indescritível urgência, de um amplo programa de saneamento básico, que contemple a reestruturação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Um programa que envolva decisões coordenadas e simultâneas do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Um programa que envolva também os Parlamentares em âmbito federal, estadual e municipal, no apoio às ações executivas. Um programa que saiba buscar, nos orçamentos dos diversos níveis de governo, os recursos públicos necessários à realização dos investimentos. Um programa que, mesmo fortalecendo a posição dos entes públicos responsáveis pelos serviços, permita, sempre que isso for julgado conveniente, a participação de capitais privados. Um programa, enfim, que não nos faça esperar quarenta anos pela concretiza-

ção do sonho de ver todos os domicílios brasileiros dotados de boas condições de salubridade.

Concedo o aparte ao Senador Papaléo Paes.

**O Sr. Papaléo Paes** (PMDB – AP) – Quero parabenizá-lo pelo tema do seu discurso e dizer que esse assunto é de alta relevância para o nosso País. Os dados que V. Ex<sup>a</sup> nos oferece são importantes e, logicamente, o Ministro da Saúde, conhecedor de tais dados, deveria direcionar, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo já falou, um grande investimento para essa área básica, que é a do saneamento. E esse assunto me faz lembrar aqui o meu Estado, o Amapá, que tem 16 Municípios e que foi território até 1988. Ali, apenas um Município, que é a capital, Macapá, tem cerca de 3% de esgoto sanitário, de coleta de esgoto sanitário, resultante de investimento feito exatamente quando o Estado era ainda território, na década de 70. Com o crescimento desse Município, o percentual diminui cada vez mais. A partir daí, não houve investimento nenhum na área de coleta de esgoto sanitário. Temos nossas baixadas, nossas dificuldades, é claro que houve melhora na situação da água potável, e hoje 70% da população tem água encanada, mas o básico, o fundamental para evitarmos as doenças seria a combinação de oferta de água potável e coleta adequada de esgoto sanitário. O Município de Macapá, onde se concentram 60% dos moradores do Estado, está assentado sobre fossas, o que é uma calamidade. Por isso, temos muitas empresas de drenagem de fossas. Estou dando o exemplo da situação da capital de um dos Estados do nosso País para mostrar a seriedade de seu discurso e a importância de o Governo Federal investir nessa área. O Governo do Estado do Amapá não tem nenhuma condição de fazer investimento direto. Precisamos de apoio federal. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, pois está contribuindo bastante para melhorar a saúde pública do nosso País quando levanta esses problemas graves. Muito obrigado.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Peço à Mesa que registre o seu aparte ao meu pronunciamento.

Cabe ao Estado brasileiro, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, avançar, e avançar muito, e rapidamente, nessa questão do saneamento básico, entre outras iniciativas. Cabe ao Congresso Nacional o dever de apreciar e oferecer um normativo que contemple a política nacional de água e esgoto, bem como estabelecer diretrizes para a prestação, a regulamentação e a fiscalização desses serviços.

Para tanto, a apreciação e aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.763, de 2000, e 4.147, de 2001, que propõem a instituição de uma política nacional de água e esgoto sanitário para o País, é medida indispensável. As matérias encontram-se apensadas e tramitando em comissão especial da Câmara dos Deputados, onde aguardam parecer do relator. Temos que apressar o seu andamento na Câmara dos Deputados para que cheguem ao Senado e possamos, então, fazer a implementação de uma política nacional de saneamento básico.

Apesar do quadro desfavorável em que se encontra o saneamento básico no Brasil, devemos louvar a recente criação, no âmbito do Governo Federal, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, bem como a liberação, por parte do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de R\$1,4 bilhão, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para projetos de saneamento básico, fatos que demonstram a preocupação do Governo com aquelas causas que dizem respeito diretamente à camada mais sofrida, mais necessitada da nossa população, que é a gente simples e trabalhadora, principalmente do interior ou das vilas e favelas das grandes cidades.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, precisamos avançar a passos largos na solução desse problema, pois só assim evitaremos que vidas de brasileiros continuem sendo ceifadas lamentavelmente pela falta de saneamento básico. As Nações Unidas já alertaram que a falta de água e a oferta de água de má qualidade são responsáveis no mundo por mais mortes que as guerras ou a Aids. É importante fazer essa comparação. Todas as guerras não mataram mais que a falta de saneamento no mundo. Quem conhece algumas regiões do nosso País sabe da gravidade da situação de que estamos falando.

Ao contrário, devemos reunir todos os esforços para que, a partir de melhores condições de saneamento, o nosso País possa chegar, ao final dos próximos quatro anos, a índices menores de mortalidade infantil, com uma população mais saudável e um meio ambiente mais preservado.

Tenho certeza de que essa será a nossa grande contribuição às gerações atuais e às gerações futuras.

Quero, inclusive, acrescentar, ao final do meu discurso, Sr<sup>a</sup> Presidente, que, na semana passada, fiz aqui um pronunciamento alertando que a Secretaria do Tesouro Nacional está fazendo uma exigência a todas as cidades, a todas as prefeituras do Brasil inteiro: que apresentem relatório bimestral das suas contas. Lamentavelmente, os dados da Caixa Econômica Federal nos mostram que, mesmo tendo que apre-

sentar uma vez por ano, apenas 30% das cidades brasileiras conseguem fazê-lo. Se tivermos que impor aos prefeitos a apresentação dessas contas públicas de dois em dois meses, quase todas as cidades brasileiras ficarão inadimplentes e, ficando inadimplentes, não terão acesso aos recursos para o saneamento básico, aos recursos para a saúde.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Hélio Costa, estamos ouvindo atentamente o seu discurso e apresento as minhas congratulações por sua preocupação com a saúde. Queria dizer que o mundo evoluiu e deixar aqui, nesta oportunidade, o meu testemunho, uma história do passado. O primeiro livro sobre higiene que estudei era do professor Afrânio Peixoto – isso é história de um século atrás e que está a se repetir. Ele dizia que, no Brasil, quem cuidava da saúde pública eram o sol, a chuva e os urubus. Ainda persiste isso, mas eu queria dar um testemunho da mudança de mentalidade. Deus me permitiu governar o Estado do Piauí, e eu fiz um projeto para sanear a capital, Teresina – aliás, considero essa a mais importante obra do meu Governo –, que, como muitas cidades importantes do Nordeste, não tinha saneamento. Hoje, Teresina tem aproximadamente 400 quilômetros de sistema de esgotamento, cujo projeto é o mais moderno: todos os esgotamentos passam, depois, por um sistema de tratamento especializado, em que são eliminados cientificamente, quimicamente, todos os protozoários, bactérias, vírus, cogumelos que causam doenças. Somente depois disso, a água volta à natureza, aos nossos rios Poti e Parnaíba. Realizamos esse projeto com auxílio da Bancada Federal e da Caixa Econômica, que nos propiciou um crédito de quase US\$4 milhões. Agradeço muito ao ex-Governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto, que tinha influência sobre o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Sérgio Cutolo. Mas fica claro aos governantes que dizer que isso não dá voto não é uma verdade, pois dá e muito. Daí eu estar aqui, como Senador da República. Quero dar o testemunho de que Teresina, de chofre, verticalizou-se. Como todas as cidades nordestinas, Teresina tinha poucos edifícios. Deus permitiu que estivesse presente o Senador Heráclito Fortes – que também foi Prefeito de Teresina, antes desse projeto. E, de repente, Teresina verticalizou-se. Como Governador, também compareci à inauguração do maior edifício da época, com 26 andares, por insistência do construtor, porque não via razão para

estar lá, já que era um empreendimento particular. Na hora em que ali cheguei, fiquei perplexo ao ouvir o engenheiro dizer que o Governador do Estado havia sido convidado porque deviam aquele prédio a ele, que a verticalização de Teresina se devia ao Projeto Sanear. Jamais um engenheiro iria fazer 80 fossas no fundo de um quintal, em plena era dos **shopping centers** e do desenvolvimento. A mocidade é estudiosa e sabe que os índices de mortalidade infantil, hoje, em Teresina, são um dos menores do Brasil. Queria também oferecer a minha experiência como Prefeito. Sei que esses projetos só podem ser feitos nas grandes cidades, nas Capitais, mas o Governo Federal dispõe – e, no Governo passado, isso funcionou – de um programa, antes chamado Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste – PAPP – e agora denominado Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR, com cujos recursos fizemos em cada residência dos mais pobres aquelas fossas sépticas, que o antigo sistema Fsesp fazia e que hoje estão mais modernizadas. Além dos sanitários, há um banheirinho e uma pia. Creio que toda família brasileira merece esses avanços nos serviços de higiene e saneamento. Receba nossos cumprimentos. Em boa hora, a Presidência da República o convocou, V. Exª que é um jornalista, homem observador, que sabe buscar as maiores necessidades da nossa sociedade.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, V. Exª apenas confirma a gravidade da situação que descrevemos aqui neste pronunciamento em relação ao saneamento básico em todo o País.

É importante lembrar dados da Organização Mundial de Saúde, repetidos inúmeras vezes nas diversas dissertações sobre o assunto. Diz a Organização Mundial de Saúde que, para cada R\$1,00 investido em saneamento, economizaremos na frente R\$5,00 em saúde pública.

Por essa razão, é importante encontrarmos os recursos. Se são necessários R\$70 bilhões, já demos um primeiro passo quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento, praticamente R\$1,5 bilhão para iniciarmos esse grande trabalho de recuperação do saneamento básico em toda a Nação.

Muito obrigado, Srª Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Hélio Costa, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Íris de Araújo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, por cinco

minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, é uma satisfação tê-la na Presidência do Senado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos diante de um assunto de interesse partidário relevante, que merece ser apresentado ao plenário do Senado Federal. Trata-se, podemos dizer, de uma crise testemunhada por nós Senadores, motivada por um ato de generosidade da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que, num gesto solidário, tentou buscar solução para um problema que não é apenas de ordem comportamental, mas, sobretudo, de ordem política.

Ontem, oito Senadores do Partido dos Trabalhadores assinaram um requerimento, com o objetivo de criar uma instância, no âmbito do Conselho de Ética do Partido, da Executiva Nacional do PT, para procurar um caminho conciliatório para o impasse envolvendo uma Senadora e dois Deputados Federais do Partido. Esse assunto vem evoluindo há meses e retrata as divergências existentes no nosso Partido.

Foi tomada uma decisão pela Executiva Nacional, na última segunda-feira, definindo a criação de uma comissão de ética para apurar os fatos, onde seria garantido o amplo direito de defesa e a apresentação dos fatos pelas pessoas citadas, a fim de dirimir o impasse.

Se, por um lado, o Partido afirma ter estabelecido um limite de tolerância em relação aos fatos que vêm ocorrendo no debate interno e no debate com a sociedade, os Parlamentares envolvidos entendem estar havendo uma violência contra os seus legítimos direitos políticos de debate com a sociedade.

Eu gostaria de deixar bem claro que essa situação gerou uma decisão de oito Srs. Senadores no sentido de buscar um recurso intermediário, que pudesse evitar a instalação da comissão de ética no âmbito da Executiva Nacional. Isso provocou um desentendimento, porque, apesar de representar um ato de generosidade, um ato conciliatório, essa manifestação também refletiu uma ingenuidade política. As Lideranças do PT no Senado não foram convidadas a tratar da matéria, e houve conseqüências desagradáveis para todos nós pelas decisões tomadas.

Após tomarmos conhecimento da matéria pelos jornais, não nos restou outro caminho a não ser a nossa renúncia à Liderança do PT no Senado, decisão que gerou um impasse dentro da Bancada. Houve um amplo gesto de solidariedade por parte de to-

dos os Srs. Senadores, que entenderam que o ato político motivado por aquele gesto de generosidade em busca de solução para um conflito estabelecido com a sociedade gerou conseqüências. A partir da minha decisão de renúncia, busquei o caminho da reparação do erro, e a nossa Bancada, de maneira unânime, procedeu à retirada do documento que seria encaminhado à Executiva Nacional, numa demonstração de sentimento de correção por parte de todos os nossos Parlamentares.

Diante desse fato, entendendo que a democracia representativa impõe e pressupõe a existência de Partidos – e a cada Partido compete a constituição do seu estatuto dentro das premissas democráticas e a obediência às decisões e resoluções partidárias, como um componente sagrado da vida democrática -, envidarei, como tenho feito, todos os esforços da minha vida parlamentar para que esse impasse possa ser superado, sem traumas.

Não podemos entender que, nessa hora, sejam criados o papel de vítima e o de algoz. O Partido dos Trabalhadores tem uma história muito bonita, foi construído a partir de sonhos, sonhos de liberdade, sonhos por direitos sociais, sonhos por reforma estrutural de uma sociedade injusta e perversa, e não pode, no meu entendimento, ser desmoralizado em todo o seu esforço, em toda a sua construção democrática. Não é possível e não é justo que se acuse o nosso Partido de autoritário e antidemocrático. O Presidente José Genoíno tem sido muito claro: todos os recursos de opinião têm que ser sagrados dentro do Partido. O direito de opinião deve ser sagrado. Pode-se falar tudo, pode-se defender qualquer tese, pode-se tentar construir qualquer idéia no âmbito partidário, mas é preciso respeitar as diferenças internas. Construídas as decisões pela representação da maioria, deve prevalecer o sentimento da unidade de ação, que foi a grande razão de existir, que nos permitiu chegar aonde chegamos.

O impasse criado diz respeito basicamente a isto: o Partido reconhece que há um limite de tolerância às divergências e às críticas que são feitas, respeitando os recursos democráticos, que são amplos, dentro da nossa movimentação social.

Porém, alguns Parlamentares entendem também que seus direitos estão sendo atingidos e, por isso, querem forçar o Partido a modificar suas decisões. Diante disso, a Bancada tem o dever, como instância, de construir alternativas, e a alternativa que estamos tentando encontrar, mais uma vez, é a partir do diálogo, é a partir da reflexão coletiva, é a partir do sentimento de que não é possível permitirmos a dete-

rioração moral e a coerência histórica que nos uniu até agora.

Foram sonhos, foram lutas, foram derrotas e foram vitórias que nos acumularam de experiência e nos possibilitaram realizar uma gestão de sociedade.

Ninguém pertence mais ao PT ou pode falar que pertence mais ao PT do que o Presidente da República. Sua Excelência é a razão maior, é o grande vetor dos nossos sonhos. Foi o Presidente que sacrificou a sua biografia, a sua vida; foi ele quem sofreu mais derrotas na nossa estrutura partidária para chegarmos aonde chegamos. Todos somos pais, mães e irmãos da história democrática do PT.

Sr<sup>a</sup> Presidente, diante disso, deixo claro que a minha responsabilidade, os meus sonhos de Partido estão vivos; a minha responsabilidade de tentar contribuir, com a minha humildade, com o meu sentimento agregador e conciliador dentro do Partido, está preservada.

A Senadora Heloísa Helena é de grande valor histórico e biográfico dentro do nosso Partido, mas o Partido tem o direito de estabelecer os seus limites por meio de seu Estatuto e resoluções.

Para nós, o sentimento de justiça vai prevalecer. Não se trata, absolutamente, de uma crise política instalada no âmbito da vida partidária nacional, mas de uma crise dentro do Partido dos Trabalhadores, e sabemos conviver com esse tipo de crise há 23 anos. Aprendemos muito no decorrer da nossa história e, sem dúvida alguma, saberemos superar essa crise também; saberemos enfrentar a realidade que se nos impõe e saberemos encontrar uma solução democrática, ética, justa e, sobretudo, verdadeira. Não é possível achar que seja fácil fazer alguns de vítimas e outros de algozes.

O momento é de equilíbrio, de conciliação, de agregação, de unidade política e de ação. Para nós, o que há de mais sublime na nossa história democrática é o respeito ao que foi construído por todos, e o Estatuto do Partido foi construído por todos, ao longo de todos os congressos, de todos os encontros nacionais e de todas as decisões. As nossas resoluções são construídas por todas as mãos.

Portanto, eu gostaria de deixar claro que o meu sentimento de gratidão é profundo em relação ao reconhecimento da nossa Bancada de que é possível construirmos a união a partir do diálogo, do entendimento, em que todas as mãos estejam unidas. Procuraremos, com o máximo esforço, esgotar as buscas de solução para esse conflito. Vamos respeitar o direito sagrado do Partido de impor a sua personalidade

democrática e a sua história na defesa das reformas estruturais do Brasil. Atualmente, qualquer decisão do Partido reflete na estrutura democrática nacional, nas estruturas sociais, que estão sendo consolidadas e renovadas por todos os Partidos.

Agradeço, de modo sincero e fraterno, a todos os companheiros Senadores; ao Senador Paulo Paim, pela sua grandeza, pelo reconhecimento da importância da unidade; ao nosso Líder, Senador Aloizio Mercadante, pela condução ética e equilibrada do Partido; ao Senador Roberto Saturnino, ao Senador Sibá Machado, à Senadora Serys Slhessarenko; à Senadora Heloísa Helena, por ter externado a sua solidariedade neste momento e por querer também a estabilidade de um modelo democrático, construído por nós, na nossa democracia interna.

O nosso campo de divergências é sagrado. O Partido sempre foi construído assim. A mão da conciliação está posta pelo Diretório Nacional. O que mais marcou todos nós, além de uma posição defendida democraticamente para a realização de uma comissão de ética, foi uma posição intermediária para que fosse lembrada uma decisão estatutária que dizia apenas: "Respeitadas as divergências, as livres expressões de opinião partidária com a sociedade, em qualquer foro, e as tentativas de mobilizar a sociedade de qualquer forma serão aceitas. Porém, o limite será o resultado democrático interno do Partido. Tomada uma decisão majoritária, que ela prevaleça e seja seguida".

É esse o desafio que se impõe à nossa coerência histórica e ao nosso comportamento de disciplina partidária. Para nós, nada é mais sublime do que a liberdade de expressão, do que a liberdade de opinião no Partido. Em nenhum momento, o Presidente Genoíno ou qualquer dirigente partidário se opôs a esse procedimento.

Agradeço a todos, agradeço ao Senador Sulpicy, que tem se esforçado muito na busca de uma conciliação.

Acredito que o desafio está lançado para a nossa geração e para a nossa história. A consolidação de um modelo democrático no Brasil depende hoje de uma reforma estrutural do Estado, e a reforma estrutural do Estado passa pela decisão da maioria da sociedade brasileira e passa pela maioria da representação que está instalada dentro do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Íris de Araújo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, pela Liderança do Partido.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, meu nobre Líder Tião Viana, meu nobre Líder Aloizio Mercadante, meus caros Pares, membros integrantes do Partido dos Trabalhadores, pedi, por delegação do meu Partido, para falar no horário da Liderança do PSDB, em primeiro lugar, para parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana, pela decisão corajosa que toma. O Partido dos Trabalhadores, que, entendemos, atravessa um momento difícil, vem da luta democrática. É Governo e, por isso, tem o ônus que tivemos, Sr. Presidente, quando fomos, o PSDB, governo durante oito anos, junto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Todos os integrantes desta Casa, de ontem para hoje, fomos informados da iminente possibilidade de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana, deixar a Liderança do PT. Nós respeitamos as decisões internas de todos os Partidos, mas sabemos o quanto é importante o papel de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa, o quanto V. Ex<sup>a</sup> tem se esforçado para ser um bom interlocutor não apenas para o Governo, não apenas para o PT, mas para todo o Bloco que dá sustentação ao Governo que ora se instala, que está à frente da administração deste País, sob o comando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Está na Bíblia, Sr<sup>a</sup> Presidente, que “a casa dividida não se sustenta”.

Eu disse, por mais de uma vez, da tribuna desta Casa, que eu não me incluíria entre os parlamentares que buscam, nos discursos do passado, possíveis incoerências, diferenças. É assim que procedem todos aqueles que têm responsabilidade e que já passaram pelo Poder Executivo. Eu, por exemplo, já fiz parte do Executivo municipal, da capital do meu Estado, mas posso dizer também que dividi a experiência de estar ao lado do Governador Marcelo Miranda, hoje, e do meu pai, Governador Siqueira Campos.

Sabemos das dificuldades e das responsabilidades daqueles que governam. Governar é fazer por todos e para todos. Governar não é apenas para um partido ou apenas para os partidos de sustentação que apóiam o Governo. Há de ser maior a ação de quem governa. A ação de quem governa há de buscar em todos os partidos, em todos os segmentos organizados da política nacional, o devido apoio, como está sendo feito hoje, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, quando, na residência oficial da Câmara dos Deputados, por iniciativa do Deputado João Paulo, que preside aquela Casa, o Presidente Luiz Inácio Lula da

Silva se encontra com a Bancada Federal dos Deputados do PSDB.

Entendo que esse é um gesto de grandeza por parte do Senhor Presidente da República, por parte do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, mas também por parte dos nossos Deputados, que, de cabeça erguida, no intuito de servir à Nação, foram, a chamado do Presidente da República, discutir as reformas, discutir as necessidades de ampliar as bases de apoio, não de apoio ao Governo, mas às reformas de que o País necessita.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, quero, aqui, em nome da Liderança do PSDB, saudar a decisão, mais corajosa ainda, tomada pelo Líder Tião Viana, que é a de permanecer na Liderança, enfrentar as crises, unir o Partido e fazer o melhor para a estabilidade dos demais Partidos que integram o Senado da República, que tem um papel muito importante nas reformas que iremos, com toda certeza, votar.

Eu disse, daquela tribuna, por mais de uma vez: feliz do Parlamentar que diz o que pensa; feliz do Parlamentar que pode dizer o que pensa sem estar sob a ameaça da expulsão.

Quero, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, desejar ao Partido dos Trabalhadores, que vem da luta democrática, que encontre a forma de resolver as suas questões internas; que possam estar abrigados todos aqueles que ajudaram a construir o momento que, sem dúvida nenhuma, é de grandeza para o Partido, pois está à frente da Presidência da República.

Espero que o Líder Tião Viana, na sua sabedoria, humildade e luta obstinada, tenha condições de unir o Partido dos Trabalhadores, que encontrará da nossa parte, digo e reafirmo, a mais firme disposição para discutir e votar as reformas, e para ensejar ao País e ao Presidente Lula a oportunidade que Fernando Henrique Cardoso não teve, mas de que o Brasil precisa e que o momento nacional exige.

Era esse o comunicado que eu desejava fazer, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Íris de Araújo) – Concedo a palavra, por concessão da Liderança, ao nobre Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores,

Alô, jamais desisto.

O que eu diria da luz neste improviso?

A luz que vai dizer:

ela se parece com você

Alô, jamais desisto.  
A luz não seria mesmo nada,  
a luz talvez confunda toda a estrada.  
A luz acende este meu verso:  
ela compreende este meu texto.  
(Yêda Schmaltz)

Meu coração está de luto. O coração do Brasil, que é Goiás, também está de luto, assim como estão de luto a literatura e o magistério brasileiros. Na manhã de sábado passado morreu, em São Paulo, a escritora Yêda Schmaltz, militante da cultura e da política, principalmente da política cultural. De minha parte, não sei se lamento mais a perda da amiga ou da entusiasmada participante de qualquer grande idéia que se lhe apresentasse. De todas as partes, é lastimável uma perda como a de Yêda Schmaltz. Nas últimas décadas, Yêda iluminou milhares de mentes com a chama de seu talento, em 18 livros de poesias, contos, ensaios, além de milhares de artigos. Mas Yêda não cabe apenas nos adjetivos que fez por merecer como brilhante escritora.

Foi uma grande incentivadora dos jovens, dos anônimos, de todos os interessados em literatura. Como professora de História da Arte e de Estética, fez de suas aulas, na Universidade Federal de Goiás, verdadeiros laboratórios de gestação de novos escritores e pensadores. Inquieta, como geralmente são as pessoas criativas, Yêda tinha o desassossego por marca. Só se contentava quando passava seu conhecimento, espalhando saber. Não gostava de frase desse gênero. Com o seu jeito característico, responderia: “Eu, não espalho saber; eu saio por aí aprendendo”. Era socialista até nisso. Militante histórica dos movimentos sociais e literários, Yêda era um dos melhores valores do Partido Comunista do Brasil, o PC do B, e de todas as grandes lutas, mas a política em que mais se destacou foi mesmo a da poesia.

Dava gosto ver a alegria de Yêda ao falar de seus projetos. Aliás, ela sempre tinha projetos e mais projetos, todos com a cultura à frente. Para ela mesma, nada. Em seu proveito pessoal, nada. Lucrava apenas com o embevecimento dos leitores ou com a cara feia dos vetustos, que até hoje não compreendem como alguém pode se dedicar com tanto afinco a algo tão sublime quanto a poesia. A essa gente Yêda incomodava. E o que ela dizia desse tipo de incomodado? Dizia doces e deliciosos versos, semeados em diversos veículos de comunicação, desde o boletim artesanal distribuído de mão em mão, até os modernos recursos da Internet.

A rede mundial de computadores abriga milhares de textos de Yêda Schmaltz. Ela empregava tempo e talento para facilitar o acesso de pessoas dos mais longínquos cantos a seus versos. Esmerava-se no visual das páginas, com um capricho típico de quem era poeta em tempo integral. Por que Yêda investia horas e horas burilando o texto e, depois, ilustrando-o para colocar seu trabalho na Internet? A resposta estava em sua satisfação por ver os versos do seu jeito. E ela era exigente. Até um poema seu ser divulgado, Yêda o escrevia e reescrevia, mexia e mudava, cortava, ampliava, suprimia. Fazia o mesmo com a estética. Enquanto não ficava a seu gosto, não parava.

O resultado de tamanho esforço pode ser conferido nos livros, nas páginas de jornais e revistas, em cartazes e em diversos endereços eletrônicos. Porém, uma grande parte da obra de Yêda pode ser vista somente na produção de seus alunos, que ela teve aos milhares, tanto na universidade quanto nas oficinas que ministrou pelo Brasil. Não apenas esses seguidores reconhecem seu talento, assim como os leitores que cativou desde o primeiro lançamento, há trinta e nove anos. Yêda Schmaltz venceu vários concursos literários, mas nem sempre podia participar, porque era convidada para as bancas examinadoras.

Professora, escritora, pesquisadora, Yêda era sobretudo criadora. Dizia enxergar a vida somente “inventando coisas novas”. Definia-se: “Para mim, criar, fazer arte, tem o mesmo significado que outras pessoas encontram em almoçar, jantar e dormir”. Essa era a Yêda que conhecemos criando, inventado, se indignando, mandando o impossível para a casa do resolvido. Falava que o ideal para a arte “é a somatória da razão com a emoção, do apolíneo com o dionisíaco, do sentimento com a pesquisa científica”. O ideal para a arte é mais Yêdas, que se dediquem integralmente aos leitores, aos alunos, à cultura.

A morte de Yêda teve imensa repercussão no meio artístico e literário, mas nada que se compare à repercussão que sua literatura merece. O Brasil ideal pelo qual ela lutou é aquele em que todos têm direito à poesia, à educação, à felicidade, à vida digna. Foi por essas e outras que Yêda lutou. No Brasil de seus sonhos, a morte de um poeta mereceria mais manchetes que a prisão de uma seqüestradora de bebês, e o lançamento de um livro teria bem mais espaço na mídia que o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Aliás, o País pelo qual Yêda tanto batalhou não teria nem seqüestro de bebês, nem tráfico de drogas. O comunismo em que ela se inspirou era o da divisão igualitária dos bens, inclusive os culturais. Queria a instrução para todos, versos para todos, livros para todos.

Yêda lutou, fez sua parte, fez muitos fazerem a própria parte. Ensinou, aprendeu e ensinou o que aprendeu. Como dirigente da seção goiana da União Brasileira de Escritores, preocupava-se com a qualidade da produção literária, não apenas a sua. Sempre que procurada, ajudava os iniciantes na arte da palavra. Tinha paciência em explicar. Detalhava sobre o esforço exigido pela literatura, que vai do conteúdo à estética, da inspiração ao suor, do parto que é um verso à dor de não criar. Formou leitores e granjeou admiradores, sem a vaidade da estrela em que se transformou. Foi essa a Yêda Schmalz que se fez luz na manhã de sábado passado.

Sr<sup>a</sup>. Presidente, o universo da poesia está de luto. Yêda Schmalz nasceu em Pernambuco e criou e foi criada em Goiás, mas era uma cidadã do mundo, uma escritora de amplitude global. Foi tudo isso que perdemos, mas a literatura herdou uma fortuna incalculável. Se não é mais possível conviver com a alegria inquieta de Yêda, convivamos com sua poesia, com sua arte. Estamos de luto, apesar de ela ter preferido a lua. Sua luta está mantida, pois, até em homenagem a Yêda, as demais escritoras goianas vão continuar produzindo, divulgando, inspirando e inspirando-se. A luta está mantida com Malu Ribeiro, primeira goiana presidente da União Brasileira de Escritores; Leda Selma, Augusta Faro, Isabel Câmara, Placidina Siqueira, Sônia Elizabeth, Ana Cárita, Maria Helena Chein, Lucivânia Fernandes, Darcy França Denófrio, Moema Olival, Gilka de Bessa, Neusa Peres, Sônia Santos, Lygia Rassi, Lourdes Ramos Gayoso, Nazareth de Oliveira, Heloísa Helena. Essas e outras escritoras vivem e pensam em Goiás, um Estado pródigo em cultura, e Heloísa Helena não é a nossa Senadora, mas uma poeta goiana.

Goiás produz grãos, carnes, hortifrutigranjeiros e veículos da Mitsubishi, mas também tem como frutos uma elogiada cultura. Nossa música, nossas artes plásticas e nosso folclore ganharam o mundo pela qualidade. Nosso teatro, nossa dança, nosso circo, nossa literatura e nosso artesanato também conquistaram mercado nacional e internacional por seu excelente nível. Yêda foi o protótipo de que não é fácil romper barreiras produzindo cultura no interior de um País que pouca ou nenhuma atenção reserva à produção intelectual. Ainda assim, Yêda não sossegava. Se havia uma barreira, ela a saltava ou a derrubava, pois não fazia seu estilo contentar-se em apenas suportar que do outro lado havia um mundo opressor que não dá oportunidade aos intelectuais supostamente estrangeiros. Yêda não sossegava. Assim, ultrapassou limites, desbravou territórios. Consigo, levava a dezes-

nas de cidades não apenas a própria literatura, mas também a dos colegas goianos. Foi uma companheira nos mais extensivos significados que esse termo possa ter. Foi isso tudo o que Goiás perdeu. E não apenas Goiás. Perdeu o Nordeste, terra em que nasceu e que tanto amava. Perdeu o Brasil, do qual Yêda não desistiu, tentando melhorá-lo com a sua arte, tentando torná-lo mais justo com a sua militância. Recebeu dos deputados goianos o título de cidadã e da sociedade a láurea de necessária à cultura. Isso era Yêda: necessária. Vai ser difícil resistir sem ela porque, até mais que necessária, era imprescindível.

Nas palavras do poeta e amigo Marcos Caiado, também me despeço de Yêda...

**A SRA. PRESIDENTE** (Íris de Araújo) – Senador Demóstenes Torres, por gentileza, conclua, pois V. Ex<sup>a</sup> já ultrapassou muito o seu tempo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pediria a V. Ex<sup>a</sup> a necessária tolerância para que eu possa recitar um verso de Marcos Caiado para encerrar a minha homenagem à nossa conterrânea.

**A SRA. PRESIDENTE** (Íris de Araújo) – Assim procedo em consideração aos outros oradores inscritos, Senador. Lamento informá-lo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Nas palavras do poeta e amigo Marcos Caiado também me despeço de Yêda:

Vai, amiga, que Deus a receba e acolha: agora, a luz é você.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Íris de Araújo) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

Logo em seguida, concederei a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Delcídio Amaral.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago à Casa um assunto bastante polêmico na tarde de hoje, publicado pelo **Correio Brasileiro** de ontem e de hoje, cuja manchete é a seguinte: “Juiz de Sobradinho é afastado por corrupção”.

Esse caso, que deu origem à punição do referido juiz, data do ano de 2001, quando, à época, eu era Ministro de Minas e Energia.

Nessa ocasião, diversos juízes no País, 13 juízes para ser preciso, concederam liminares em relação a recursos do ICMS, procurando retirar dinheiro dos cofres da Petrobras.

Para que V. Ex<sup>as</sup> tenham idéia dos valores, só esse juiz de Sobradinho concedeu uma liminar no valor de R\$170 milhões, sob a alegação de que essas empresas, que eram pequenas, de venda de derivados de petróleo haviam pago ICMS a mais. Então, alguns advogados se organizaram para retirar dinheiro da conta da Petrobras. Para tanto, eles se dirigiam aos pequenos Municípios de Goiás, do Maranhão, do Piauí e de outros Estados, inclusive o Distrito Federal, solicitando ao respectivo juiz liminar e tutela antecipada para a retirada desses recursos. Eram entregues inúmeros pacotes contendo notas fiscais que davam para encher uma caminhonete, e, sem darem tempo de esses pacotes serem abertos, os juízes concediam as liminares e a tutela antecipada. Isto é: permitiu que se designasse um Oficial de Justiça para ir ao Rio de Janeiro retirar, da conta da Petrobras, na agência do Banco do Brasil, imediatamente, os R\$170 milhões, ou os R\$70 milhões, ou os R\$50 milhões, ou os R\$30 milhões.

A Petrobras, à época, sob a direção do Dr. Henri Philippe Reichstul, seu Presidente – o Senador Delcídio Amaral também foi testemunha, porque era um dos Diretores –, por meio do Conselho de Administração, resolveu reagir, publicando nota no jornal intitulada “Pirataria Tributária”. Nesta nota – não irei lê-la – explicávamos o que estava acontecendo, chamando a atenção da sociedade para que isso não voltasse a acontecer. A partir daí, conseguiu-se paralisar tais ações. À época, o Ministério e a Petrobras tiveram o apoio do Advogado-Geral da União, Dr. Gilmar Mendes, que também solicitou a todos os Tribunais Estaduais ou mesmo aos Tribunais Federais que abrissem sindicâncias e inquéritos no sentido de investigarem e punirem esses juízes. Inclusive a Petrobras, na nota, relacionou todos os processos, nominando a cidade, o local, o juiz e a sentença.

Enfim, ontem, tive a oportunidade de verificar, por intermédio dessas duas matérias publicadas pelo **Correio Brasiliense**, que o primeiro Juiz foi punido exatamente por essa sentença.

Sr. Presidente, fiz questão de, aqui, levantar esse tema exatamente porque – e tal procedimento foi paralisado à época – novamente está acontecendo uma série de liminares, não mais contra o ICMS, são diferentes, em relação à Cide e também ao ICMS. Assim como houve uma reação da Petrobras, à época, por intermédio do Conselho Administrativo no sentido de dar um basta a essas liminares, agora – e demorou quase dois anos, mas, de qualquer maneira, já se iniciam as punições –, penso que é necessária uma tomada de posição da Receita Federal. Já não

mais estão retirando dinheiro da Petrobras, mas sim da Receita Federal. Então, que a Receita venha a público dizer o que está acontecendo com essas liminares, porque em regra geral...

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Creio que não posso conceder apartes, pois falo pela Liderança.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Desculpe-me, Senador. Pensei que V. Ex<sup>a</sup> estivesse fazendo um pronunciamento como orador inscrito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Estou falando pela Liderança.

Na realidade, milhões de reais são desviados, por meio dessas liminares, deixando de serem aplicados, por exemplo, no conserto das estradas. É necessário que haja uma reação. Reagimos, e essas liminares foram suspensas e paralisadas. Ainda assim, a Petrobras perdeu – foram mais de R\$500 milhões concedidos em liminares – R\$70 milhões, que não conseguiu evitar. E até hoje, pelo que sei, só conseguiu reaver perto de R\$3 milhões. Portanto, trata-se de empresas fantasmas, que conseguem essas liminares, retiram o dinheiro e depois fecham e desaparecem.

Sr. Presidente, acredito que todo cuidado é pouco em relação aos combustíveis, porque há uma enorme sensibilidade no que diz respeito à questão do imposto. Caso não se tomem providências, teremos um mercado completamente desorganizado, com perdas em arrecadação.

Sr. Presidente, era essa a solicitação que gostaria de fazer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Íris de Araújo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, em primeiro lugar, quero me solidarizar com o Líder Tião Viana, porque creio que esse assunto está esgotado, por isso voltou exatamente para o lugar de onde não deveria ter saído: as hostes partidárias. Acredito que precisamos nos ocupar com outros debates e outras discussões que serão muito mais importantes para o Brasil: as reformas, o desenvolvimento econômico-social e a construção de um País que toda a população espera, com emprego, com saúde, com educação, com saneamento – como disse muito bem hoje o Senador Hélio Costa –, e também um País mais solidário, mais fraterno e mais cidadão.

Quero aproveitar o ensejo para parabenizar o Senador José Jorge, que fez uma abordagem, muito rapidamente, sobre a pirataria tributária. Eu era diretor da Petrobrás à época e sei o quanto a companhia sofreu e o quanto o Brasil vai sofrer em função de todas essas mazelas e escaramuças que estão sendo montadas agora sobre a Cide, que é fundamental, principalmente para investimentos na nossa malha viária.

Como temos que falar de futuro, quero aqui hoje falar sobre um trabalho desenvolvido pela Confederação Nacional das Indústrias, pelo Senai, junto com a iniciativa privada. Trata-se de um assunto de extrema relevância para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, e para toda a região Centro-Oeste. Refiro-me à criação do Mercoeste, cuja finalidade principal é viabilizar e valorizar o desenvolvimento sustentável da grande região central do Brasil. Nessa nova área geográfica, reúnem-se os Estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Acre e Distrito Federal. Sem dúvida, a iniciativa pressupõe um esforço planejado de forças e lideranças empresariais, políticas e comunitárias do oeste brasileiro, rumo a um estágio de progresso e desenvolvimento jamais experimentado.

Mais do que uma articulação meramente política, o Mercoeste destina-se a promover o desenvolvimento sustentável da região, cuja área de expansão econômica atinge um mercado consumidor de mais de 14 milhões de habitantes. Mais especificamente, seu foco comercial orienta-se pelo fomento às atividades exportadoras. Com isso, na verdade, pretende-se eliminar o desequilíbrio regional, melhorando as condições de vida da população.

Afinal de contas, os recursos políticos da região oeste não podem ser trivialmente minimizados, tampouco depreciados pelas outras regiões do País. Isso se traduz em um universo de sete governadores, 21 senadores, 65 deputados federais, quase 700 prefeitos, além de 35 federações dos sistemas produtivos. Dotada de tão expressiva e rica estrutura representativa junto à Federação, nossa região já deu provas de que, com organização e força de vontade, possui capacidade política e econômica para alavancar seu desenvolvimento.

Responsável por mais de 30% da produção nacional de milho, soja, sorgo e algodão, é considerada a mais importante região produtora de grãos da América do Sul e a que detém a mais extensa área agrícola cultivável em disponibilidade atualmente no mundo. São cerca de 124 milhões de hectares, 15 milhões dos quais irrigáveis, com possibilidade de triplicar a produção agrícola do País. Em 2001, por exemplo,

quase 80% da produção brasileira de algodão herbáceo foi colhida em nossa região, perfazendo um total de um milhão, cento e trinta e cinco mil toneladas/ano. No caso do arroz, a produção local respondeu por quase 25% do total produzido no País.

Sob o prisma da pecuária, a realidade promissora não destoa. Por causa de sua localização e conformação geográfica, o Mercoeste ocupa posição estratégica e privilegiada no contexto brasileiro, faltando muito pouco para a consolidação definitiva de pólo exportador de proteínas animais. Comprovadamente, dispõe de carne de elevada qualidade e em quantidade suficiente para abastecer qualquer mercado do mundo. Como se não bastasse, todo o rebanho é acompanhado com dieta alimentícia integralmente vegetal. Está aí o exemplo do nosso Pantanal. E, para prevenir os europeus mais desconfiados, há uma predominância incontestável de áreas livres de febre aftosa.

Mais detalhadamente, segundo o censo relativo ao mundo da pecuária em 2001, entre os bovinos, são 76 milhões de cabeças pastando no território do Mercoeste, o que corresponde a quase 45% do rebanho nacional. No entanto, o dado mais auspicioso vem da taxa de crescimento dos bovinos ao ano, que já alcança aproximadamente a faixa de 4%. No âmbito dos suínos, a taxa de crescimento se repete no mesmo ritmo. Conforme dados do mesmo censo, são quase quatro milhões de cabeças, representando 12% do rebanho nacional.

Na avicultura, o panorama não é muito diferente, pois calculam-se quase 20 milhões de aves, dentro de um total nacional que não supera a casa dos 210 milhões. Entre as aves, a produção do Mercoeste já contabiliza a marca de quase 50 milhões de cabeças. Isso equivaleria, em 2001, a 8% do rebanho nacional, movido à taxa anual nada desprezível de 13%.

Quanto à piscicultura, criadores e técnicos concordam com a tese segundo a qual a exploração sustentável dos variados recursos naturais existentes em projetos de aquíicultura constitui, inquestionavelmente, alternativa atraente de investimentos. Para se ter uma ligeira idéia, somente em Goiás, faz-se bem factível a colossal produção de três toneladas de peixe por hectare, em tanques-rede, por ano. Em meu Estado do Mato Grosso do Sul, o Projeto Pacu é destaque mundial em pesquisa nessa área. Não é para menos, pois o Mercoeste comporta as principais bacias hidrográficas do Brasil: Prata, Amazonas, São Francisco e Paraguai.

Sr<sup>a</sup> Presidente, outro ponto econômico de enorme vantagem para o Mercoeste é a mineração. A região possui uma estrutura geológica extremamente

rica, com depósitos de minerais de alto valor comercial, como amianto, fosfato, níquel e diamante. Ao lado desses valiosos minerais, registram-se ainda importantes jazidas de argila, estanho, calcário, cobalto, cianuro, manganês, ferro, mica, nióbio, vermiculita, chumbo, quartzo, ouro e pedras preciosas. Somente com o níquel, a produção atingiu, em 2000, a faixa dos quase 3,5 milhões de toneladas, ao passo que, com o ferro, chegou-se à produção de quase 2,5 milhões no mesmo ano.

Dentro da perspectiva industrial, percebe-se que o Mercoeste tampouco desaponta. Senão vejamos: a arrecadação do ICMS obteve, nos últimos três anos, um incomparável crescimento de 52%. Isso, naturalmente, reflete um desempenho extraordinário do setor industrial na região, cuja taxa de crescimento apontou o índice de 34%, demonstrando resultado bem além daquele registrado na totalidade da economia brasileira, que foi de 24%. Não seria de menor importância mencionar que quase 180 mil indústrias estão lá instaladas, configurando um percentual de quase 10% do total brasileiro.

Agora, se levarmos em consideração o turismo, deparamos com o fenômeno turístico representado pelo Pantanal mato-grossense e sul-matogrossense. Apesar deste fabuloso patrimônio ecológico, esculpido detalhadamente em cores e com uma fauna privilegiada, as condições de infra-estrutura e de atendimento ao turista, nacional e estrangeiro, são ainda precárias. São poucas as opções que apresentam um mínimo de conforto. Além das instalações em número insuficiente, a qualidade dos serviços de hotelaria está aquém das exigências do turista e do potencial da região. Corumbá, Porto Murtinho e as águas cristalinas de Bonito, como as belas praias do Araguaia, as águas termais de Goiás, as selvas de Rondônia e Acre e o parque estadual do Jalapão, tudo compõe o rico mosaico turístico do Mercoeste, que precisa ser disponibilizado ao turista com qualidade, harmonia e inteligência. Mais que isso, é oportuno destacar Brasília e sua bela arquitetura futurística, que acomoda, com muito conforto, uma série inumerável de eventos, congressos, encontros e seminários, em função dos quais mantém uma rede de serviços de ótima qualidade. Para o turismo mais afeiçoado à etnologia, o Centro-Oeste brasileiro acolhe mais de 20 povos indígenas, de distintas etnias, em contato com os quais se organizam circuitos integrados de turismo regional, de pesquisa e de aventura.

Pelo lado da infra-estrutura, o Mercoeste dispõe de um potencial energético estimado em 40 mil megawatts, a metade dos quais devidamente comprometi-

da com o nível de geração atual. Desde 1999, os gasodutos interligando o Brasil à Bolívia têm operado com uma vazão próxima a 15 milhões de metros cúbicos de gás por dia, atendendo aos mercados do próprio Centro-Oeste e do Sul-Sudeste.

A malha rodoviária da região compreende quase 30 mil quilômetros de estradas pavimentadas. Até 2007, estão previstos investimentos para a pavimentação de 17 mil quilômetros a mais de rodovias. Nossa rede de transporte hidroviário é de elevado alcance, apresentando possibilidades de expansão, por meio da ampliação do calado e da implantação de terminais de transbordo em localidades estratégicas. No caso do transporte ferroviário, além da Ferronorte, com previsão de cinco mil quilômetros de extensão, a Norte-Sul concluirá, em 2007, a construção de seus quase 1,5 mil quilômetros de trilhamento.

Sr<sup>a</sup> Presidente, na fase atual de trabalho, o Mercoeste está concluindo o estudo regional, privilegiando determinadas cadeias produtivas, entre as quais se sobressaem a da carne de gado, a do couro e a do leite. No caso da carne de gado, a produção média anual é de 5,5 milhões de toneladas, com uma industrialização de 20%. Enquanto, no setor de couros, a produção soma 11 milhões de peles por ano, no setor de leite são quase quatro milhões de vacas ordenhadas, para uma produção de quase 20 milhões de litros ao ano.

Por tudo isso, para que o Mercoeste não se transforme numa idéia meramente burocrática e, portanto, pouco dinâmica, exige-se a formação de uma agência de desenvolvimento, com o propósito de aglutinar as ações e encaminhar proposições e decisões.

Ao longo desta semana, falamos sobre a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. É essa integração que precisamos buscar, Senador Ramez Tebet. Proponho uma agência de caráter privado, não-financeiro, constituída por setores produtivos privados, sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, que certamente acolherá determinados organismos da administração pública da União e dos Estados em seu Conselho de Administração.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Senador Delcídio Amaral, gostaria de manifestar minha alegria por vê-lo na tribuna desenvolvendo um assunto que não apenas nós, de Mato Grosso do Sul, temos a obrigação de defender, mas todo o Centro-Oeste. V. Ex<sup>a</sup> dá um panorama da potencialidade do nosso Estado e do Centro-Oeste em favor do País e apresenta uma proposta sobre como deve ser a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, tão ansiosa-

mente sonhada. Embora eu não precisasse falar, V. Exª tem a minha solidariedade.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Ramez Tebet. V. Exª é um grande defensor do nosso Estado e da região.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Octávio.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Cumprimento V. Exª pelo brilhante pronunciamento em que defende o Centro-Oeste, a região brasileira que mais cresce. Comungo do esforço de V. Exª para desenvolver o turismo na região. O turismo será o grande gerador de empregos no mundo, e a nossa região ainda é desconhecida. Para se ter uma idéia, 90% da população brasileira não conhece a Capital, que devia ser motivo de orgulho. Há esse dado triste. Então, a marcha para o Centro-Oeste, a cada dia, aumenta mais, porém o turismo ainda é incipiente. Por isso, temos que divulgar Brasília, o pantanal, as belezas da nossa região, seu ecossistema, o cerrado, que é riquíssimo e único. Cumprimento V. Exª pelo discurso, do qual gostaria de obter uma cópia posteriormente. Obrigado.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Paulo Octávio. Fico surpreso ao saber que um país como Cuba, com todas as dificuldades, recebe cinco milhões de turistas estrangeiros por ano. O Brasil, com seu potencial turístico, também registra esse número – que salta aos olhos, quando comparado com o da Espanha, que consegue receber, na alta temporada, mais do que sua própria população. O turismo é fundamental, principalmente para o Centro-Oeste, que tem Brasília, o cerrado, o pantanal, a região de Bonito, enfim muitas riquezas. Agradeço o aparte, que me orgulha bastante, Senador Paulo Octávio.

Ouçó o meu caro companheiro, Senador Eurípedes Camargo.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – Senador Delcídio Amaral, V. Exª coloca um tema muito importante na pauta de discussão do Senado: o turismo. Eu diria que a dificuldade do Centro-Oeste é enumerar o potencial de suas riquezas naturais. Relacionada ao turismo está a diminuição do desemprego, pela mão-de-obra que emprega, bem como a questão do lazer, da saúde, do conhecimento geográfico, da diversidade cultural. Enfim, são várias as possibilidades de expressão da cidadania que ele permite. É um empreendimento que não tem um custo financeiro alto, porque os recursos naturais já estão à disposição. Para um retorno garantido, basta a implementação de uma política. O turismo no Brasil precisa ser divulgado interna e externamente. Parabenizo V. Exª,

neste momento, pela importância do assunto que apresenta à Nação.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eurípedes Camargo, pelo aparte.

Srª Presidente, volto à questão da agência. Se ao Mercoeste, ou à Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, for adicionada a função de gestão estratégica da informação e organizadas diversas atividades, com um catálogo virtual, um banco de dados, uma rede de parceiros e canais de apoio econômico e financeiro, além de uma central de projetos e oportunidades, efetivamente, será promovido um desenvolvimento integrado, à altura do que a Região Centro-Oeste merece.

Desse modo, para concluir, tenho convicção de que o Mercoeste, longe de ser uma ficção lunática de desbravadores do Brasil Central, configura um projeto político de alta viabilidade econômica, de cujos benefícios todos os brasileiros, sem exceção, tirarão proveito.

Ainda queria registrar, Srª Presidente, que o Governador Zeca deve, ao longo das próximas semanas, conversar com os demais Governadores, para que rapidamente se levante a bandeira do Mercoeste, fundamental para a região central do País.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, a Sr. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, e pela Sra. Serys Silhessarenko, suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, por cessão do Senador Duciomar Costa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Srª Presidente, se o Senador Ramez Tebet permitir, gostaria de usar a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação de Liderança.

Senador Ramez Tebet, V. Exª me permite fazer uso da palavra?

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Perfeitamente. É um prazer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko) – Com a permissão do orador, está concedida a palavra a V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, antes

de tudo agradeço o que é para mim tautologia, é repetição, e não é surpresa, o gesto cavalheiresco do sempre Presidente deste Congresso, Senador Ramez Tebet.

Mas devo aqui, Sr<sup>a</sup> Presidenta, marcar a posição do PSDB, que é muito clara: o Brasil precisa refazer o pacto federativo, e não aumentar a carga tributária, que sufoca a economia, que conspira contra o emprego, que não é boa para trabalhadores nem para empresários.

Recentemente, o Ministério da Fazenda anunciou a perspectiva de uma alíquota de 35% destinada à, supostamente, denominada alta classe média. O PSDB é contra, porque não se vai aquecer a economia brasileira enfraquecendo talvez quem mais consome, que é o segmento da classe média. O PSDB é contra por entender que não é pela via do arrocho sobre pessoas físicas que se vai chegar à justiça tributária. Por outro lado, num Governo marcado por acessos macroeconômicos e por muitas gafes políticas, num dia o Presidente da República se refere de maneira desairosa ao Judiciário, dizendo que é preciso abrir-lhe a caixa-preta; no outro, o Ministro diz que UTI não é tão essencial para quem tem mais de 80 anos, porque quem tem essa idade vai morrer de qualquer maneira – aliás, o Ministro não percebeu que também as pessoas que têm dois anos de idade vão morrer, assim como as que têm 80. Mas não nos esqueçamos: o essencial é ter sensibilidade e respeito, seja por quem tem dois anos, seja por quem tem 80 anos de idade.

Infelizmente, este Governo é marcado por gafes. E aqui tem mais uma. O Secretário-adjunto da Receita Federal sustentou, recentemente, no jornal **O Estado de S. Paulo**, que o Governo opta por aumentar a carga – esses 35% da nova alíquota – sobre a pessoa física “porque se a opção fosse para a pessoa jurídica a diferença poderia ser repassada para o preço do produto”. Ou seja, todo o encargo nas costas da classe média, das pessoas físicas e de quem, supostamente, não teria capacidade de repassar para os preços o resultado desse arrojo fiscal.

Quero apenas registrar que não dá para entender tanto furor arrecadatório, uma vez que, em abril, bateu-se um novo recorde de arrecadação – quase 10% a mais do que o referente a abril do ano passado. E, por outro lado, o resultado de tudo que está aí é vemos que, em março último, as vendas do comércio experimentaram queda de quase 12%. E se isso agrava, Sr<sup>a</sup> Presidenta, o quadro de desemprego, no comércio, é reflexo do recuo na produção industrial, isso é um quadro claro da situação pré-recessiva vivida

pelo Brasil. Esses são dados do IBGE, que informa ter sido essa a maior queda no faturamento do comércio brasileiro nos últimos tempos.

Registro, ainda, e com muito pesar, que mesmo o tradicional Dia das Mães, que sempre, nas horas mais difíceis por que tem passado a economia brasileira, apresenta uma perspectiva de crescimento das vendas, mas, neste ano – isso é excepcional, é negativamente excepcional – houve uma queda de quase 2% em relação ao mesmo evento do ano passado.

Portanto, agora, quando se reabrir a pauta desta Casa, quando formos votar o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), votaremos contra o aumento da contribuição sobre o lucro líquido das empresas em absurdos 146%, prejudicando advogados, dentistas, prestadores de serviços, quem monta empresa de assessoria para ganhar sua vida. Vamos simplesmente dizer “não” a toda e qualquer tentativa de aumento de carga tributária, por entender que o Brasil já foi longe demais nesse campo, e ainda – vou concluir: se os Estados Unidos tivessem que arrochar tanto os seus contribuintes quanto o Brasil o faz, teriam que passar dos seus 31%, 32% de carga tributária em relação ao PIB para absurdos 44%, 45%, 46%; e se o Brasil fosse aliviar a carga tributária de seus contribuintes, como os Estados Unidos procuram fazê-lo, teria que descer dos atuais 36% para 23%, 24%; isso seria comparável aos 32% de hoje dos Estados Unidos. Seria absurdo, seria demagógico pedir ao Governo do Presidente Lula que abrisse mão de receita – não faria isso. Mas seria traição a quem está lá fora e seria conspirar contra o crescimento econômico, que interessa, inclusive, ao Governo Lula, em algum momento imaginar que poderíamos aqui conceder a Sua Excelência qualquer outro percentual a título de aumento de carga tributária. Isso poderá ser feito, talvez, mas não com o voto do PSDB. Isso poderá ser feito, talvez, mas passando por cima de nossa capacidade de obstruir. Isso poderá ser feito, talvez, se as pessoas optarem por essa política absolutamente ortodoxa, que até aprofunda o que se fazia antes. Enfim, isso poderá ser feito se as pessoas deste plenário resolverem voltar as costas para quem produz, para quem gera emprego, para empresários, para empregados, e fazer o gosto de um Governo que se tem marcado pela preocupação em arrochar mais, em aprofundar o arrocho, em aprofundar a ortodoxia, em aprofundar a perspectiva fiscalista e monetarista.

Portanto, é bom que saibamos, todos nós, da disposição de luta de um partido que se marca, não exatamente pelo número de seus membros, mas pela bravura de quem integra as suas fileiras, se marca

pelo caráter irredento de quem tem compromisso inarredável com a sociedade brasileira, e vai cumprir esse compromisso, portanto, vamos discutir qualquer coisa.

Não pediremos ao Presidente Lula que abra mão do nível atual de arrecadação, mas procuraremos esbarrar, com toda lucidez de que formos capazes, com toda bravura que existe dentro de nós, procuraremos esbarrar qualquer tentativa de aumento de carga tributária em nome, sobretudo, do emprego, em nome de empresas saudáveis, em nome de mais pessoas trabalhando, em nome de garantia para quem já está empregado, em nome, sem dúvida alguma, até mesmo, do desejo legítimo do Presidente de ver o País crescer. Mas não vai crescer, ao contrário, vai decrescer economicamente, se enveredarem pelo aprofundamento da perspectiva meramente fiscalista, meramente ortodoxa em relação à questão arrecadatória. Já chegamos ao ponto máximo; daqui para frente, só se passarem por cima da voz, da teimosia, da bravura e da renitência do Partido da Social Democracia Brasileira é que conseguirão, Sr<sup>a</sup> Presidenta, aumentar, em qualquer percentual, a carga tributária – hoje já insuportável – experimentada pelo nosso País.

Era o eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra, já anteriormente concedida, ao Senador Ramez Tebet, por cessão do Senador Duciomar Costa, por vinte minutos.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto, hoje, a esta tribuna com o mesmo assunto que me trouxe a ela na semana passada, para fazer rápidas reflexões sobre as reformas que estão na Câmara dos Deputados. Tenho sustentado que todos nós devemos debatê-las já agora, a toda hora e a todo instante, no Senado da República, sob pena de esta Casa exercer, quando as reformas aqui chegarem, um papel homologatório, tantas vezes reclamado aqui.

Em verdade, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os grandes formuladores da política das sociedades, que procuram mudanças, que procuram transformações, têm reconhecido que, se as revoluções são raras, as reformas são possivelmente ainda mais raras. E reformas são mais raras porque têm que se constituir numa mudança. O poder de grupos até então privilegiados tem que ser reduzido, e a posição econômica e o **sta-**

**tus** social de grupos desprivilegiados são correspondentemente melhorados.

Uma reforma quer significar mudança no sentido da maior igualdade social, econômica e até política, de uma ampliação da participação na sociedade e na comunidade política. Os caminhos dos reformadores, por isso mesmo, são cheios de curvas e obstáculos, na medida em que batalham, ao mesmo tempo, em duas frentes, uma contra os conservadores, outra, contra os revolucionários, aqueles interessados em manter o **status quo**, estes, com o sentido voltado para mudanças abruptas e até violentas na ordem normativa. Se os revolucionários batalham pela expansão da participação política, na tentativa de arregimentar forças capazes de gerar mudanças na estrutura social e política, os conservadores, por seu lado, opõem-se às reformas porque lucram com a velha ordem das coisas.

Ao trazer estes conceitos para o nosso momento institucional, assim o faço pela ênfase que pretendo conferir ao nosso papel, neste instante em que os projetos das reformas da previdência e tributária, encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, impõem sobre os nossos ombros mais que um pesado fardo, imensas e indeclináveis responsabilidades. Paira sobre as nossas consciências o grave dever de levar adiante as propostas do Executivo, dando-lhes os ajustes necessários para o desenvolvimento do País, ajustes que seguramente levarão em conta as expectativas legítimas da comunidade nacional e os interesses das unidades federativas. Exerceremos neste Parlamento, portanto, a missão de reformadores, razão pela qual devemos estar conscientes das imensas dificuldades que temos de enfrentar. Nós, que temos de defender a sociedade; o Senado da República, que tem de lutar para diminuir as desigualdades regionais e defender a Federação brasileira.

Estamos, pois, todos nós – como eu estou – conscientes das dificuldades que vamos enfrentar, inerentes aos intrincados interesses de grupamentos sociais, alguns até com forte sentido de organização e de pressão, e de diversos setores produtivos. Quero continuar expressando a minha visão, ainda não de todo consolidada – é verdade – sobre as propostas de reformas da previdência e tributária, que começam a acender o discurso das nossas casas parlamentares. Se assim o faço, Sr<sup>a</sup> Presidente, é porque acredito firmemente que o Brasil começa a descortinar um novo ciclo institucional e político, para o qual exige de todos nós a responsabilidade de dar respostas efetivas às demandas emergentes da sociedade, o que implica

participação e engajamento mais intensos de nossa parte no conjunto de programas, projetos e ações voltadas para a fixação das bases do desenvolvimento nacional.

Entendo que não podemos e não devemos perder de vista a importância do momento de transição que o País vive: ou decide, de maneira sólida, abrir os caminhos de sua passagem para o amanhã, ou finca os pés no chão do passado, teimando em querer abrir as janelas do futuro. Na última década, este se apresenta como o momento mais favorável ao clima de decisões voltadas para as mudanças. Basta uma rápida leitura em nosso cenário: inflação em controle; risco Brasil em queda; melhora da classificação do País no **ranking** dos investimentos; boa safra agrícola; real mais valorizado, permitindo até captação de recursos no mercado internacional; e coisas inimagináveis, como a redução do preço da gasolina e a redução do preço do barril, a exigir forte determinação por parte do Governo, para que isso chegue ao alcance do consumidor e da nossa sociedade. Percebemos ainda certa euforia pela descoberta de campos de petróleo e de gás.

Está claro para todos nós que o pano de fundo sobre o qual se projeta esse cenário animador é a recuperação da confiança no País, que tem como lastro a rigidez de uma política monetária, que pode registrar um superávit primário acumulado, até março, da ordem de quase R\$23 bilhões, além de compromissos que estão cumpridos, com folga de R\$7,4 bilhões na meta acordada com o FMI para o período.

Da mesma forma, está claro que o País ainda não conseguiu passar para a esfera social os efeitos de sua política macroeconômica. Tanto é que continuamos a constatar o alto índice de desemprego em regiões importantes como a Grande São Paulo, que chega a atingir quase 20% da População Economicamente Ativa.

Este é, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o espelho pelo qual se poderá divisar a verdadeira fisionomia do nosso País. Sobre este espelho devemos colocar as nossas propostas de emenda constitucional referentes às duas reformas, tendo-se como parâmetro metas que venham a ajudar a retomada do crescimento do País, a diminuição das desigualdades, a diminuição da pobreza, o aumento do emprego, a remoção da vulnerabilidade externa, a reversão do ciclo do baixo crescimento do Produto Interno Bruto, a manutenção da estabilidade dos preços e expansão das atividades produtivas em todas as cadeias de produção.

Creio que esse é o objetivo de todos nós. Agora, podemos divergir quanto à forma de chegar a isso. Por isso, é preciso fazer uma análise e tecer algumas considerações sobre as propostas encaminhadas ao Congresso Nacional, discutindo dia a dia as duas reformas que estão em andamento na Câmara dos Deputados, mas que brevemente deverão estar com um novo formato, talvez, aqui dentro do Senado. E o Senado da República não quer passar por instância meramente homologatória. Por isso, devemos, a toda hora e a todo instante, debater e apontar fatos que possam nos ajudar a refletir melhor para fazermos as reformas possíveis no País, tanto a tributária quanto a previdenciária, dentro daqueles princípios que devem norteá-las.

De um lado, que a reforma tributária não sobrecarregue mais a sociedade brasileira e o setor produtivo. Que não atinja a classe trabalhadora deste País. De outro lado, que a reforma da previdência seja feita sem prejuízo dos direitos adquiridos, e que não se faça com a prevalência do princípio da economia sobre os princípios da solidariedade humana e da cidadania.

Por isso, apresento alguns exemplos, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores. Desde ontem, a mídia se ocupa com aquilo que o próprio Ministro da Previdência Social se incumbiu de mostrar ao nosso País, e os jornais de hoje acabam de retratar o que a televisão mostrou ontem. Ouvimos a palavra do próprio Governo Federal, por meio do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Previdência Social, ao fornecer a lista dos maiores devedores da Previdência em nosso País. S. Ex<sup>a</sup> apresentou, com todos os números, uma cifra que nos deixa estarrecidos: as empresas devem R\$153 bilhões para a Previdência Social, montante que o Ministro diz ser difícil cobrar, enquanto o rombo da Previdência é de R\$65 bilhões.

Nesse ponto, começo a fazer a primeira indagação e a primeira reflexão. Se as empresas mais ricas do País, algumas do próprio Governo – há 16 empresas estatais incluídas entre os 28 maiores devedores –, são devedoras de R\$153 bilhões, volto a fazer a pergunta que fiz, semana passada, aqui mesmo desta tribuna: se as empresas devem, devemos violar o direito adquirido, devemos cobrar isso dos inativos, devemos cobrar de quem está aposentado ou devemos exigir que essas empresas cumpram o seu papel e recolham o que devem para o Governo Federal? Empresas que chamo de estatais estão a dever ao Governo Federal – às vezes são empresas de economia mista, mas, de qualquer forma, sobre elas o Governo Federal exerce controle político, como é o caso,

por exemplo, da Petrobrás. Como a população, como eu mesmo, como Senador, vou acreditar que o Governo não pode exigir da Petrobrás o acerto de contas, se ela e tantas outras empresas são do próprio Governo? Isso não é justo.

Colocado assim, continuo a defender o direito adquirido, continuo a defender que as reformas, sejam elas feitas por meio de emenda constitucional ou por meio de lei ordinária, vigorem a partir da data de sua publicação, não retroagindo, sob pena de se cometer a grave injustiça de se tirar o sossego daqueles que trabalharam a vida inteira e estão gozando do seu lazer, do seu descanso e lutando, a maior parte, com dificuldades.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, argumenta-se com a existência de altas pensões e aposentadorias – de vinte, trinta ou quarenta milhões – como se essa fosse a regra geral. A regra geral é que os trabalhadores, sejam os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ou os servidores públicos, não têm salários tão altos como os que estão sendo propalados.

Defendo que aos desiguais seja dado tratamento desigual. Defendo, por exemplo, que deva haver um teto. É inadmissível que servidores públicos ou trabalhadores da iniciativa privada, seja a que título for, estejam ganhando vinte, trinta ou quarenta mil reais enquanto o nosso salário mínimo não passa de R\$240. Com isso não me conformo. Com isso, quem tem consciência moral não se conforma. Ocorre, porém, que não se pode generalizar.

De qualquer maneira, não se pode permitir que empresas e grandes conglomerados financeiros fiquem a dever à Previdência Social e o rombo seja pago pela pessoa física, seja pago pelo trabalhador, seja ele o trabalhador urbano ou o trabalhador rural, seja ele servidor público ou da iniciativa privada. É demais! Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, isso também atenta contra a minha consciência e idéias.

Não concordo, portanto, com a retroatividade das leis, não posso admitir isso. Sei bem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, que o nível de vida da nossa população tem aumentado e tem crescido, graças a Deus! Não vamos permitir, portanto, aposentadorias precoces – elas estão acontecendo em função do receio de mudanças que possam ser introduzidas. Se vivêssemos numa sociedade onde o princípio jurídico do direito adquirido fosse garantido, onde o princípio da segurança jurídica fosse garantido, não estaríamos assistindo, nas universidades e em outros setores da Administração Pública, a uma avalanche de pedidos de aposentadoria que vão onerar financeira-

mente o Poder Público e vão agravar a triste realidade dos maus serviços que o Poder Público tem prestado à população brasileira em todos os setores, mas principalmente no setor da educação e no setor da saúde, onde muita coisa ainda precisa ser feita.

São essas as reflexões que devemos fazer, nesta hora e neste momento, para podermos, quando as reformas aqui chegarem, tentar melhorá-las e atender os justos anseios desta Nação. Quero elogiar o Governo Federal por ter a coragem de enviar essas reformas, reformas fortes, mas isso não significa que se possa intitular o dono da verdade. Penso, aliás, que nem seja esse o desejo governo. O próprio Presidente da República, quando veio aqui acompanhado de todos os governadores de Estado, disse que a responsabilidade agora é do Congresso Nacional.

E quanto a isso, eu não tenho dúvidas, Sr. Presidente: a sociedade está olhando é para o Congresso Nacional. Se os velhinhos forem taxados, se houver retroatividade da lei, não vão culpar só o Presidente da República, vão culpar o Congresso Nacional principalmente, porque a responsabilidade pela votação das leis é do Congresso Nacional.

Não vejo quais as vantagens que a classe trabalhadora vai levar com a reforma tributária. Aliás, o governo federal está falando a verdade: está afirmando quase categoricamente que a carga tributária do País vai subir dos atuais 36% do PIB para 40%. Com isso, o Brasil, em vez de ter a terceira maior carga tributária do mundo, passará a ter a segunda. É isso que irá acontecer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Um instante, nobre Senador. Já concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Nobre Senador Ramez Tebet, permita-me interrompê-lo para alertá-lo quanto à exigüidade de seu tempo. Dois Senadores pretendem apartear V. Ex<sup>a</sup>, e esta Presidência sofre uma pressão grande dos Senadores inscritos para falar. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que atente para o seu tempo regimental.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me permita apenas concluir e concluir em defesa dos estados mais pobres.

A reforma tributária é prejudicial em alguns de seus pontos. Não falo isso por ser contrário às reformas: o que quero é aperfeiçoá-las. Eu quero defender o meu Estado, o Estado de Mato Grosso do Sul. Eu quero defender a minha região. Eu estou aqui para isso.

Quando vejo que iremos ter cinco alíquotas e nós não vamos dizer quais serão essas alíquotas – isso vai ser estabelecido por lei complementar –, fico com receio, Srs. Senadores, pois isso pode redundar em prejuízo para os estados mais necessitados da Federação.

A reforma tributária tem um mote: acabar com a guerra fiscal e com os incentivos fiscais a qualquer custo e a qualquer preço. Mas eu pergunto: o que acontecerá com o Fundo de Compensação para os Estados? Os governadores vão continuar de pires nas mãos?

Pergunto mais: essa guerra fiscal é tão hedionda assim, é tão ruim assim? E se for, será que vamos conseguir mesmo acabar com ela? Será que ela, de qualquer maneira, não vai ser feita pelos estados ricos dentro da peça orçamentária? Esses estados vão poder, dentro da peça orçamentária, com os grandes orçamentos de que dispõem, atuar em causa própria, concedendo incentivos, concedendo até renúncias. E nós, do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, o que vamos poder fazer? Poder-se-á responder que poderão lançar mão dos 2% de fundo para essas regiões. Isso não chega a dois bilhões de reais!

Defendo as reformas, mas defendo também o meu Estado. Vou ser franco, precisamos ter coragem de afirmar que foi graças aos incentivos fiscais que, no meu estado, por exemplo, lá no Mato Grosso do Sul, instalaram-se umas cem indústrias, que geraram quase dez mil empregos nos últimos anos. Sem esses incentivos ficaria tudo concentrado nos grandes estados da Federação brasileira. É preciso haver uma compensação efetiva, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senão vamos fazer uma reforma tributária que vai prejudicar algumas unidades da Federação brasileira.

E se a concessão e a prorrogação de benefícios – escrevi aqui – forem vedadas a partir da promulgação da emenda, como quer a PEC, os estados menos desenvolvidos estarão proibidos de promover o seu desenvolvimento antes mesmo da implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que está sendo criado para atender a essa finalidade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é pena que a campanha vá me lembrar que meu tempo esgotou, ou melhor, o Presidente é zeloso pelo Regimento. Não conheço orador que não seja advertido, como não conheço nenhum que respeite a advertência, mas eu vou respeitá-la. Eu vou deixar esta tribuna agora mesmo. Antes, porém, quero pedir, alto e bom som, que não vejam no meu discurso pessimismo. O Presidente da República teve coragem de mandar as reformas, está tendo coragem de conversar com to-

dos os partidos para ver se chegamos a um denominador comum, mas Sua Excelência não há de esperar unanimidade. Há de querer apenas que cada um de nós tenha condição de ajudar o Brasil sem se intitular dono da verdade.

O que eu estou dizendo aqui está sujeito a reflexão, como está sujeita a reflexão a mensagem que o Presidente da República mandou agora. O que nós devemos e podemos exigir é que as empresas estatais não vão à Justiça para brigar com o Governo, porque são “farinha do mesmo saco”. Devem resolver isso imediatamente. O Governo deve conversar com o Presidente da Petrobrás e com os de outras empresas para acertarem logo essa conta. O Governo precisa ter poderes para isso. É o meu entendimento.

No momento em que se fala em aumentar o Imposto de Renda das pessoas físicas, a mídia divulga que o débito para com a Previdência é maior do que o rombo. O que não se pode é atribuir esse rombo ao homem que trabalha, seja ele trabalhador da iniciativa privada, seja ele servidor público.

Sr. Presidente, falei e não cumpril!

*Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – V. Ex<sup>a</sup> está certo. Como ex-Presidente do Congresso Nacional tem direito a ultrapassar minimamente o prazo.

Concedo a palavra, ainda na prorrogação da Hora do Expediente, ao Senador Papaléo Paes, novo integrante das fileiras do PMDB do Amapá.

V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra assegurada por cinco minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, para uma comunicação inadiável e de interesse partidário.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de comunicação de interesse do Estado do Amapá e do Brasil.

No início da década de cinqüenta, a empresa Indústria e Comércio de Minérios Icomi recebeu concessão para explorar as jazidas de manganês existentes no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá. Para os dirigentes da empresa, a data de 3 de maio passado é o fim do período da concessão, implicando imediata reversão automática de todo o seu complexo de operações para o Amapá. O Governo do Estado, por meio do Governador, Waldez Góes, tem procurado negociar de acordo com a responsabilidade de que cabe à empresa em relação às ações sociais e

ambientais e ao Estado que deverá receber o patrimônio correspondente para administrar.

Em um primeiro momento, fecharam-se os canais de negociação, restando ao Estado recorrer ao Poder Judiciário para evitar um prejuízo maior ao Erário Público e à sociedade amapaense, de modo geral. Por meio de uma liminar, a Justiça acatou a argumentação do Estado, mantendo, por ora, as obrigações da Icomi, referentes à administração do seu patrimônio, em especial quanto a manter em operação a Estrada de Ferro do Amapá, para garantir meio de locomoção, em condições de segurança, às comunidades que utilizam esse transporte.

O Governo do Estado quer que a Icomi continue a gerenciar e operar a estrada de ferro às suas expensas, assumindo o custo integral, até que o processo de reversão dos bens seja concluído. E ainda quer que a empresa solucione o problema do rejeito de manganês, o qual apresenta alto grau de arsênio, que ameaça à saúde da população.

Toda a sociedade entende que a Icomi tem obrigações sociais, ambientais e compensatórias em relação ao Amapá. Durante cinquenta anos, explorou o manganês amapaense e nessa atividade auferiu lucros fabulosos. Uma exploração para ela em todos os pontos lucrativa e de conseqüências predatórias para o nosso Estado.

O Governo Federal tem o dever de apoiar o Governo do Estado nesta questão, pois a concessão ocorreu quando aquela parte do Brasil era Território Federal.

É o que peço, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Ainda na prorrogação do Hora do Expediente, concedo a palavra à Senadora Íris de Araújo.

V. Ex<sup>a</sup> terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos.

**A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por diversas oportunidades, tenho assumido a tribuna – talvez até demais –, sempre para apresentar propostas que dizem respeito ao meu País.

Hoje, mudando relativamente o tom do meu discurso, falo sobre o Estado de Goiás. O Senador Demóstenes Torres, também representante de Goiás, sabe que uma pequena parcela da população goiana está praticamente acampada em frente ao Senado Federal.

Por isso, passo a ler um comunicado que considero importante:

Desde ontem – na verdade, desde o dia 13 –, 17 trabalhadores integrantes do Sindicato do Transporte Alternativo do Aglomerado Urbano de Goiânia, o Sintrago, entraram em greve de fome para protestar contra o impasse estabelecido nesse sistema na Capital de Goiás, o que tem gerado nos últimos meses desemprego em massa, discriminação a uma categoria que tem como propósito prestar serviços à comunidade e realizar o seu ganha-pão e de suas famílias.

Esses trabalhadores, Senhor Presidente, já tentaram manter contato com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e estão acampados aqui em Brasília, a poucos metros do Palácio do Planalto, onde pretendem levar a greve de fome às últimas conseqüências. Lá estão ao relento, precariamente alojados, enfrentando o sol e o frio, vivendo o sofrimento, mas dispostos e obstinados a continuar a luta iniciada em 1997 cujo objetivo é assegurar o legítimo direito ao trabalho que lhes garante, como já disse, o ganha-pão e o sustento de suas famílias.

Os trabalhadores do transporte alternativo de Goiânia estão em Brasília, Senhoras e Senhores Senadores, porque simplesmente não mais encontram junto ao governador Marconi Perillo os canais democráticos de diálogo e de entendimento. Esses trabalhadores tornaram-se vítimas de incontáveis prejuízos financeiros, materiais e morais devido à truculência do governo, que passou a tratá-los com o uso da violência ao invés de tentar o inesgotável recurso da negociação.

O impasse se arrasta através dos anos e já registra tristes passagens. Em 1999, esses trabalhadores acamparam na porta do Palácio das Esmeraldas, sede do governo goiano, e ficaram em greve de fome durante 13 dias. No sétimo dia do movimento, quando um grupo de motoristas realizava movimento no Campus II da Universidade Federal de Goiás, defendendo a legalização do transporte alternativo, o governador Marconi Perillo ordenou que a Polícia Militar invadisse o local. Durante o confronto, o motorista

José Marcos Ferreira da Silva era morto na plenitude de seus 36 anos, vítima de disparo de uma escopeta calibre 12.

Em agosto de 1999, a Câmara Municipal de Goiânia aprovou a regulamentação do transporte alternativo que, no princípio, tinha 300 veículos rodando sem autorização. Finalmente, em janeiro de 2001, o sistema foi legalizado com 740 microônibus.

Agora, em 2003, surgiram novos e dramáticos embates que geraram o colapso e uma crise sem precedentes no sistema. A população ficou sem meios de locomoção. No dia 28 de abril, surgiu um novo conflito. O resultado: 32 motoristas e cobradores que estavam trabalhando foram presos. Como protesto, a Praça Cívica, onde está instalado o Palácio das Esmeraldas, foi fechada pelos microônibus. Mais uma vez, o Governo mandou a tropa de choque com seus cachorros, cavalos e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar o movimento. E a situação permanece sem saída até os dias de hoje.

Assim, Sr. Presidente, faço neste momento um apelo às autoridades de meu Estado, para que retomem o mais rápido possível as negociações, colocando fim à greve de fome e impedindo novas tragédias.

O diálogo é o único recurso que não pode esgotar aos administradores realmente sérios e responsáveis. Esperemos que as autoridades goianas assim compreendam e atuem com discernimento diante desse fato, agindo, sobretudo, com equilíbrio e ponderação.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes

#### **REQUERIMENTO Nº 346, DE 2003**

Requeiro, nos termos do artigo 218, VII, e de acordo com. as tradições da Casa, as seguintes ho-

menagens pelo falecimento hoje do jurista e escritor Raymundo Faoro, Considerado um dos grandes pensadores do Brasil, autor do clássico da sociologia “Os Donos do Poder”:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senador **Siba Machado, Eurípedes Camargo**.

#### **REQUERIMENTO Nº 347, DE 2003**

Requeiro, nos termos regimentais, seja inserido em ata voto de pesar pelo brutal assassinato de Ísis de Castro, ex-diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, ocorrido no Distrito de Primavera, município de Presidente Prudente/SP, em 11-05-2003.

#### **Justificação**

Pertencente a uma das mais tradicionais famílias de meu Estado, Ísis de Castro gozava de elevada e merecida estima social. Filha de Valter de Castro, que foi Secretário de Saúde, deputado estadual e Deputado Federal por Mato Grosso do Sul, exerceu com brilho as funções de Diretora da Assembléia Legislativa do Estado. O crime de que foi vítima, pelas mãos do seu próprio companheiro, é mais um na longa série de eventos do mesmo gênero que tanto têm traumatizado a família brasileira. Traumatizados estão, neste momento, seus amigos e familiares, particularmente seus filhos. Traumatizada está toda a sociedade sul-matogrossense. Traumatizados estamos todos nós em face da escalada dessa violência insidiosa, que paulatinamente abandona as ruas e os becos escuros e se imiscui no recesso de nossos lares.

Em um momento tão difícil, manifesto minha esperança de que saibamos transformar a dor em inspiração, dedicando-nos, com toda a nossa capacidade de compreensão e de solidariedade humana, a buscar as razões profundas dessas ocorrências tão deploráveis, que são indicadores, a meu ver, da existência de graves fatores de desequilíbrio e desagregação que atuam com força cada vez maior no seio de nossa sociedade. Só se pudermos conhecê-los poderemos combatê-los com eficácia. Esse, creio, deve ser nosso mais firme propósito, e a ele devemos consagrar nossos melhores esforços, com determinação e humildade.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2003. – Senador **Ramez Tebet**.

**REQUERIMENTO Nº 348, DE 2003**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do jurista e escritor Raymundo Faoro ocorrido hoje, no Rio de Janeiro.

**Justificação**

Morreu hoje aos 78 anos o jurista e escritor Raymundo Faoro, vítima de enfisema pulmonar. Faoro será velado na ABL – Academia Brasileira de Letras e enterrado no Cemitério São João Batista.

Considerado um dos grandes pensadores do Brasil, é autor, entre outras obras, do clássico da sociologia “Os Donos do Poder” (1958) e “Machado de Assis – A Pirâmide e o Trapézio” (1975), onde buscou interpretar a obra de Machado de Assis a partir da análise do cotidiano da sociedade do final do século 19.

Foi presidente nacional da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil de 1977 a 1979, tendo lutado pelo fim dos Atos Institucionais do regime militar (1964-1985) e ajudado a consolidar o processo de abertura democrática nos anos 70.

Faoro transformou a OAB em um órgão de resistência ao regime militar, denunciando casos de tortura e reivindicando a retomada do Estado democrático.

No governo do Presidente João batista de Figueiredo o jurista defendeu ampla anistia e retorno dos exilados políticos. Sua casa em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro, transformou-se em local de reuniões políticas que contaram com a presença do ex-Presidente da República Tancredo Neves e do atual Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

“Os Donos do Poder”, obra clássica da sociologia que trata da formação do patronato político brasileiro faz uma importante reflexão acerca da sociedade brasileira e da apropriação do poder público, exercido como se fosse privado.

Recebeu os prêmios José Veríssimo, da ABL (1959) e Moinho Santista

– Ciências Sociais (1978), sendo o terceiro premiado, depois de Fernando de Azevedo e Gilberto Freyre, além da Medalha Teixeira de Freitas, do Instituto dos Advogados do Brasil.

Raymundo Faoro foi um dos grandes pensadores brasileiros.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2003. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão publicados, e a Mesa encaminhará os votos de pesar solicitados.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 17, DE 2003**

**Acrescenta o inciso III ao Art. 91, e revoga o inciso IV do § 1º da Resolução nº 93, de 1970, que “Dá nova redação ao Regimento Interno do Senado Federal”.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Acrescente-se ao Art. 91 da Resolução nº 93, de 1970, o seguinte inciso III:

“Art. 91. ....  
.....

III – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa.”.

Art. 2º Revoga-se o inciso IV do § 1º do mesmo artigo.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificação**

A presente proposição legislativa visa conceder, automaticamente, às proposições aprovadas em caráter terminativo nas comissões da Câmara dos Deputados o mesmo rito de tramitação no Senado Federal. Tal medida implicará um aumento da celeridade na tramitação das proposições, com constante economia e otimização processuais.

É com a finalidade precípua de otimizar o processo legislativo que apresento a presente proposição, encarecendo os bons préstimos dos meus pares no sentido da sua aprovação.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senador **Paulo Paim**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

**Dá nova redação ao Regimento Interno do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

.....

TÍTULO VI  
Das Comissões

CAPÍTULO VI  
Da Competência

Seção I  
Disposições Gerais

Art. 91. As comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar:

I – projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código;

II – projetos de resolução que versem sobre a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Const., art.

52, X).

§ 1º O Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:

I – tratados ou acordos internacionais (Const., art. 49, I);

II – autorização para a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas (Const., art. 49, XVI);

III – alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares (Const., art. 49, XVII);

IV – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

V – indicações e proposições diversas, exceto:

a) projeto de resolução que altere o Regimento Interno;

b) projetos de resolução a que se referem os arts. 52, V a IX, e 155, §§ 1º, IV, e 2º, IV e V, da Constituição;

c) proposta de emenda à Constituição.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O projeto lido será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes

**REQUERIMENTO Nº 349, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações ao Ilmº Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York-EUA.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senadora **Ideli Salvatti**.

**REQUERIMENTO Nº 350, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações ao Exmº Sr. Ministro Controlador-Geral da União, Dr. Francisco Waldir Pires de Souza, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York-EUA.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senadora **Ideli Salvatti**.

**REQUERIMENTO Nº 351, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações ao Ilmº Sr. Perito Criminal do Departamento de Polícia Federal, Dr. Renato Barbosa, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York-EUA.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senadora **Ideli Salvatti**.

**REQUERIMENTO Nº 352, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações ao Ilmº Sr. Delegado do Departamento de Polícia Federal, Dr. José Francisco Castilho Neto, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York-EUA.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senadora **Ideli Salvatti**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os requerimentos lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma do art. 222, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 353, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Se-

nado Federal, sejam solicitadas ao Ministério da Cultura as seguintes informações:

- 1) o estado de origem das empresas que receberam recursos por projetos de incentivo cultural, aprovados por este Ministério, desde 1995;
- 2) o montante de recursos repassados por unidade da federação nos termos do item anterior;
- 3) a listagem com o nome do beneficiário, o valor e o projeto que recebeu recursos oriundos do incentivo cultural nos últimos oito anos.

#### Justificação

O acompanhamento dos recursos destinados para o programa de incentivo à cultura faz parte das competências constitucionais indelegáveis desta Casa legislativa. Os recursos destinados a cultura são originários de incentivos fiscais e, portanto, de renúncia de arrecadação de tributos federais. Assim, torna-se essencial saber como estão sendo utilizados tais recursos, ainda mais em um cenário de forte ajuste econômico, com corte de despesas sociais.

Assim, o presente requerimento servirá para nortear a política que esta Casa desenvolverá na área de proposições legislativas para a cultura, não só do ponto de vista individual, mas também sob a ótica regional.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senador **Antero Paes de Barros**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2003

**Acrescenta disposições à Lei nº 7.290, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o “transportador rodoviário autônomo.”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.290, de 19 de dezembro de 1984, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte art. 3º, renumerando-se os demais:

“Art. 1º .....

Art. 2º .....

Art. 3º Aplicam-se as disposições desta lei ao transportador de pequenos volumes, de malotes e de produtos de entrega urgente nos domicílios residenciais e dos estabelecimentos em geral, com a utilização de veículos motorizados de duas ou três rodas, motocicletas, motonetas ou ciclomotores e similares.

§ 1º Somente poderá ser contratado pelo tomador dos serviços a que se refere este artigo o condutor de veículo licenciado e em perfeito estado de conservação e que utilize, obrigatoriamente, capacete padronizado e roupas especiais de proteção corporal de acordo com as especificações a que se refere o art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código Nacional de Trânsito.

§ 2º O contratante ou tomador responderá solidariamente por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes de acidente que vitime o contratado a seu serviço, no caso de descumprimento das prescrições do parágrafo anterior.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

#### Justificação

Basicamente, o presente projeto de lei, por ter o mesmo objetivo de outro que nesta data estou oferecendo à apreciação do Senado Federal, pode ter “Justificação” idêntica. Alí dizemos:

Relatório preparado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo aponta alarmante estatística dos acidentes fatais ou de que resultam lesões corporais de toda sorte ocorridos nos últimos cinco anos, no trânsito das vias públicas, tanto na região Metropolitana do Estado como nos municípios do interior, com os mensageiros conhecidos como **moto-boys**. Foram nada menos que 1.060 mortes e, por incrível que pareça, 116.683 acidentados, o que dá uma média de 200 acidentes fatais por ano, ou mais de um a cada dois dias, e cerca de 23.300, também por ano, embora sem mortes, mas certamente envolvendo lesões corporais de todo tipo ou gravidade.

É inegável, até por ser consensual, principalmente por parte dos motoristas amadores ou profissionais, que essa nova categoria de trabalhadores, mu-

ito embora usuários de motocicletas de baixa potência, procedem de modo imprudente, pondo em risco sua integridade física, ou de terceiros, no trânsito congestionado das grandes cidades, desatendendo, o mais das vezes, as regras mais elementares de segurança, tudo para atender a uma volumosa e estressante rotina de trabalho.

Ocorre, no entanto, que as variadas infrações do Código Nacional de Trânsito por eles cometidas, já têm na legislação o tratamento adequado na forma de penalidades que vão desde as multas, algumas de pesado valor, até à própria cassação da licença para pilotar tais motos. Se por esse aspecto, diga-se, meramente administrativo, já há um disciplinamento legal, de outra parte, quanto às medidas de proteção à saúde, ao bem estar, à incolumidade física, à proteção dessa categoria, ainda estão a desejar, embora, por princípio constitucional, a adoção de tais medidas seja “um dever” do Estado.

Aquela outra proposição, no entanto, objetiva alcançar os **moto-boys**, empregados de empresas prestadoras de serviços de entregas rápidas. Aqui visamos aos trabalhadores autônomos, que são em maior número e que proliferam nas grandes cidades, concentrados, geralmente, nas proximidades de centros comerciais, lanchonetes, farmácias etc.

Entendo que tal atividade autônoma resulta de um contrato tácito com o tomador do serviço, ou seja, daquele que “pede”, mas na verdade, contrata o mensageiro para que faça determinado serviço, seja um depósito bancário, o reconhecimento de uma firma no Cartório, ou mesmo, a entrega urgente de um medicamento no domicílio do cliente da farmácia etc.

São esses motoqueiros, como se diz, os que mais disputam os espaços nas vias públicas, “costurando” entre os carros e veículos de grande porte, para poder chegar rapidamente ao seu destino. São esses, também, os que normalmente não usam roupas de proteção corporal adequada, muito embora, receosos das multas, tenham capacetes, nem sempre colocados na cabeça e nem sempre de qualidade e modelo aprovados pelas normas técnicas.

O presente Projeto de Lei, que certamente receberá o apoio e a contribuição do seu aperfeiçoamento pelos meus ilustres pares, tem, pois, o objetivo de obrigar o tomador ou o contratante do serviço a observar se o seu contratado está devidamente protegido contra a eventualidade de acidentes, seja essa

proteção relacionada à moto e seus acessórios seja em relação à roupa de proteção corporal. Para não tornar a regra inócua pretende-se constituir a solidariedade passiva desse contratante, punindo-o com perdas e danos no caso de acidente ocorrido com o **moto-boy** a seu serviço.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senador **Marcelo Crivella**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 7.290, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1984

**Transportador Rodoviário Autônomo.**

Art. 1º Considera-se Transportador Rodoviário Autônomo de Bens a pessoa física, proprietário ou co-proprietário de um só veículo, sem vínculo empregatício, devidamente cadastrado em órgão disciplinar competente, que, com seu veículo, contrate serviço de transporte a frete, de carga ou de Passageiro, em Caráter eventual ou continuado, com empresa de transporte rodoviário de bens, diretamente com os usuários desse serviço.

Art. 2º A prestação de serviços de que trata o artigo anterior compreende o transporte efetuado pelo contratado ou seu preposto, em vias públicas ou rodovias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário (**DOU**. 20-12-84).

.....  
LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

**Institui o Código Nacional de Trânsito.**

.....  
Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

I – sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo Contran;

II – transportando passageiro sem o capacete de segurança, na forma estabelecida no inciso anterior, ou fora do assento suplementar colocado atrás do condutor ou em carro lateral;

III – fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;

IV – com os faróis apagados;

V – transportando criança menor de sete anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa – Recolhimento do documento de habilitação;

VI – rebocando outro veículo;

VII – sem segurar o guidom com ambas as mãos, salvo eventualmente para indicação de manobras:

VIII – transportando carga incompatível com suas especificações:

Infração – média;

Penalidade – multa.

§ 1º Para ciclos, aplica-se o disposto nos incisos III, VII e VIII, além de:

a) conduzir passageiro fora da garupa ou do assento especial a ele destinado:

b) transitar em vias de trânsito rápido ou rodovias, salvo onde houver acostamento ou faixas de rolamento próprias;

c) transportar crianças que não tenham, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança.

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORPO DE BOMBEIROS**

**GABINETE DO COMANDO**

Praça Clóvis Beviláqua, 421 - Centro - São Paulo  
Telefones: (11) 3242.3599 Direto / 3242.0977 ramal 200  
Fax (11) 3242.0977 ramal 217

DATA: 11 / 03 / 03  
DO: Sr. Cel PM Ferrari  
AO: Sr. Senador Marcelo Crivella – A/C da Ch Gab Dra. Margaret  
NÚMERO DE PÁGINAS: 03 (incluindo esta)  
NÚMERO DO FAX: (61) 311.2211  
ASSUNTO: Estatística - encaminhada

26	SALVAS	FATAIS	SALVAS	FATAIS	SALVAS	FATAIS
	4.114	4.328	66	18.140	19.098	155

901	CAPITAL		INTERIOR		ESTADO	
	ATENDIMENTOS	VÍTIMAS	ATENDIMENTOS	VÍTIMAS	ATENDIMENTOS	VÍTIMAS

03/11/2003 15:33

32420977-217

GAB CNT CB

PAGE 02

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS**

**ACIDENTES AUTOMOBILÍSTICOS ENVOLVENDO MOTOCICLETAS ATENDIDOS PELO  
CORPO DE BOMBEIRO ( 1998 à 2002 )**

1998	CAPITAL			INTERIOR			ESTADO		
	ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS	
		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS
	2.366	2.538	39	13.785	14.673	148	16.151	17.211	187

1999	CAPITAL			INTERIOR			ESTADO		
	ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS	
		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS
	3.266	3.476	47	16.341	17.387	168	19.607	20.863	215

2000	CAPITAL			INTERIOR			ESTADO		
	ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS	
		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS
	4.114	4.328	66	18.140	19.098	155	22.254	23.426	221

2001	CAPITAL			INTERIOR			ESTADO		
	ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS	
		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS
	3.952	4.241	58	20.279	21.426	189	24.231	25.667	247

2002	CAPITAL			INTERIOR			ESTADO		
	ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS		ATENDIMENTOS	VÍTIMAS	
		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS		SALVAS	FATAIS
	4.131	4.423	55	23.489	25.093	135	27.620	29.516	190

513 } (A Comissão de Assuntos Sociais - decisão terminativa)  
e.m.

**PROJETO DE LEI SENADO Nº 187, DE 2003**

**Dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os municípios criados no âmbito da área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) ou desmembrados a partir de outro que já a integre estarão automaticamente incluídos naquela área para todos os efeitos legais e administrativos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Este projeto busca sanar carência na legislação básica que trata da inclusão de localidades na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), mais especificamente, no que se refere ao tratamento a ser conferido aos novos municípios.

De acordo com a legislação em vigor, os municípios criados ou desmembrados de outro na área de atuação da Adene, ou seja, nos estados do Nordeste, no Estado do Espírito Santo e nas regiões do Estado de Minas Gerais incluídas no Polígono das Secas, somente passam a integrar aquela área se forem incluídos em lei específica. Entretanto, a inclusão destes municípios não implica acréscimo na base territorial de atuação da Adene, diferenciando-se daqueles casos em que, a exemplo da Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, ainda na época da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sua jurisdição é ampliada. Nada mais justo, então, que novos municípios, situados na área de jurisdição da Adene, sejam nela incluídos automaticamente.

Enfatizando que esta proposição não acarretará acréscimo de novos territórios à jurisdição da Adene, já que os recursos continuarão destinados à mesma base física, e diante do inequívoco mérito da proposta, conto com seu acolhimento pelos nobres pares.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senador **Gerson Camata**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos - Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2003**

**Acrescenta o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, am-**

**pliando a tipificação dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, com a seguinte alteração:

“Art. 1º .....  
VIII – contra a ordem tributária.  
.....  
.....“(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Não há qualquer justificativa de ordem política ou jurídica para que o crime de sonegação fiscal não esteja elencado no rol dos crimes antecedentes previstos no artigo 1º da Lei nº 9.613/98, que criminaliza a conduta de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, já que a sonegação fiscal trata-se de um crime tão grave quanto os demais delitos especificados na referida lei.

Na realidade, ao suprimir ou reduzir os tributos devidos, ação essa praticada por meio das mais diversas fraudes e ardis, o criminoso está violando um interesse primordial da sociedade, quando à efetiva aplicação dos recursos públicos auferidos por meio da tributação.

A afirmação de que a pessoa que realiza a lavagem do dinheiro das importâncias obtidas pela prática de sonegação fiscal estaria apenas escondendo um dinheiro que, de fato “lhe pertence”, trata-se de uma falácia, pois, em regra, são recursos obtidos ilícitamente.

Os tributos são devidos por todos a partir da ocorrência do fato gerador e, desse momento em diante, o Estado tem o direito de exigir o seu pagamento.

Não se pode esquecer, ainda, que a sonegação fiscal é um ilícito que atinge cifras cada vez maiores, sendo incentivada a sua prática pela certeza da impunidade dos seus agentes, que sempre buscam nas lacunas da lei um meio de não recolher os tributos e multas e não responder às ações penais.

Como a sonegação fiscal não foi prevista como crime antecedente da lavagem, os criminosos estão certos da impunidade e incentivados na sua prática, pois, além de deixarem de recolher aos cofres públicos os valores devidos, remetem essas vultosas im-

portâncias ao exterior através de esquemas de lavagem e, em algumas situações ainda acham meios de retornar o dinheiro ao país, sob algum aspecto de legalidade e o que é pior, sem qualquer punição por parte dos órgãos públicos, por não estar previsto no referido artigo 1º da Lei nº 9.613/90.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senadora **Ideli Salvatti**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

**Sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2003**

**Define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais.**

Art. 1º A participação do Brasil, individual ou coletivamente, em negociações comerciais internacionais, quaisquer que sejam seu contexto, suas motivações originais, seu marco jurídico e seu estágio de evolução na data de entrada em vigor desta lei, orientar-se-á permanentemente pela utilização do comércio internacional como instrumento do desenvolvimento econômico e social do país.

Art. 2º O referendo a que se refere o Art. 84, VIII da Constituição da República dependerá, em matéria de acordos comerciais, do estrito atendimento do disposto nesta lei, com a persecução dos seguintes objetivos:

I – expandir de forma significativa mercados externos para a colocação de bens, a prestação de serviços, inclusive através da presença de pessoas físicas, e a realização de investimentos brasileiros;

II – competir com vantagem não só externa mas também internamente, substituindo importações;

III – ampliar substancialmente a capacidade dos setores produtivos do país para gerar empregos;

IV – possibilitar, mediante o crescimento dinâmico das exportações, a adoção de uma política de importação de insumos, bens de capital e tecnologia necessários, em níveis compatíveis com a manutenção de altas taxas de crescimento da economia;

V – modificar a composição da pauta de exportações para aumentar a participação de bens de mais alto valor agregado.

Art. 3º A atuação brasileira em negociações comerciais internacionais visará como resultados imediatos:

I – definir claramente o escopo de cada processo negociador, mantendo no contexto das negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) os temas sistêmicos, tais como serviços, propriedade intelectual investimentos e compras governamentais, e restringindo todas as negociações comerciais aos temas atinentes à redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias que dificultam o acesso a mercados;

II – incluir necessariamente, em acordos comerciais de qualquer natureza cláusulas garantidoras da remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias que impeçam a participação de produtos brasileiros em mercados externos;

III – assegurar a plena utilização da proteção que a legislação internacional de comércio, particularmente o Artigo XVIII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT 1994), concede à indústria nascente em países em desenvolvimento;

IV – assegurar que, em caso de dificuldades de balanço de pagamentos, países em desenvolvimento possam, de forma temporária e emergencial, adotar medidas protecionistas mediante a cooperação internacional que favoreça absorção maior das exportações daquele país;

V – assegurar a cabal aplicação ao Brasil, por parte dos países desenvolvidos participantes da negociação, de toda a legislação comercial internacional em prol dos países em desenvolvimento, em especial no que concerne aos acordos da OMC sobre propriedade intelectual, sobre investimentos e compras governamentais relacionados a propriedade;

VI – garantir liberdade para o desenvolvimento, a absorção e a aplicação, de tecnologias essenciais ao aumento da competitividade da economia nacio-

nal e à execução de políticas públicas em áreas estratégicas;

VII – assegurar a constante inclusão na pauta de negociações comerciais internacionais pertinentes da necessidade de redução e extinção de subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas;

VIII – assegurar a aprovação de normas internacionais aptas ao combate à bio-pirataria definindo formas de proteção de sua propriedade e de compensação adequada por sua utilização comeregração regional de que o Brasil faça parte, em especial;

IX – fortalecer os esquemas de intcial o Mercosul, inclusive através da definição e gradual introdução, em tais esquemas, de políticas comuns não só em matéria econômica, comercial e financeira, mas também em matéria de direitos sociais e de cidadania, com especial ênfase à garantia de uma renda mínima, ou renda básica de cidadania e direitos de aposentadoria;

X – incluir nas negociações comerciais internacionais a necessidade da adoção de compromissos impeditivos do emprego de condicionalidades alheias ao âmbito da negociação, envolvendo áreas de financiamento internacional e política cambial;

XI – assegurar condições de adoção seletiva da prática comum de proteção adequada à indústria nacional;

XII – excluir concessões em setores sensíveis a importações, inclusive os de tecnologia de ponta;

XIII – assegurar a inclusão nas pautas negociações de compromissos que proibam e reprimam o comércio de contrafações com a troca de informações;

XIV – o aprimoramento da atuação do governo brasileiro na defesa dos interesses nacionais nos sistemas de solução de controvérsias comerciais multilaterais garantindo a pronta cessação de medidas prejudiciais e ilegais, bem como a devida reparação pelos danos causados;

XV – garantir a exclusão das pautas de negociação de medidas restritivas ao disciplinamento jurídico do fluxo de capitais, bem como das questões atinentes à determinação do risco de agentes financeiros estrangeiros.

Art. 4º O Congresso Nacional, através de suas Comissões competentes e de missões especialmente designadas acompanhará as negociações comerciais e, avaliará seus resultados parciais e finais, con-

vocando membros do Poder Executivo e representantes da iniciativa privada facilitando a tomada de decisões e formulação de novas políticas. A avaliação aqui estipulada far-se-á obrigatoriamente antes da firma de todo e qualquer acordo, independente de sua natureza ou abrangência.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua promulgação

### Justificação

A outorga pelo Congresso Nacional de um mandato negociador para a celebração, pelo Poder Executivo, de acordos internacionais na área de comércio atenderia a vários objetivos importantes. Primeiro, permitiria ao Congresso exercer com pleno conhecimento de causa a prerrogativa que lhe confere o Artigo 84, VIII da Constituição de referendar, ou não, os acordos celebrados. Segundo, constituiria orientação segura para os negociadores brasileiros no que se refere ao interesse nacional. Um mandato específica os interesses a defender e delimita o campo de atuação da equipe negociadora, contribuindo para que seu trabalho seja, ao final, referendado pelo órgão outorgante. Ou seja, confere aos negociadores a segurança de estarem efetivamente defendendo os interesses do país. Terceiro, poria os negociadores e o próprio Poder Executivo ao abrigo de constrangimentos e pressões indevidas por parte de outros parceiros nas negociações. Como é sabido, a existência de um mandato negociador é requisito indispensável para a participação em negociações no caso das duas maiores potências comerciais do mundo, a União Européia e os Estados Unidos da América.

Cumprir referir que o presente projeto é de todo compatível com as Propostas de Emenda à Constituição nº 18 e 20, de 2003, de autoria do eminente senador Aloísio Mercadante que propugnam pela participação do Poder Legislativo na condução das negociações internacionais, de forma mais efetiva e conseqüente, como de resto parece ser a tendência das democracias modernas.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – (Representação Brasileira.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) Passa-se à

**ORDEM DO DIA****Item 1:****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 9, DE 2003**

(Proveniente da Medida Provisória nº 94, de 2002)  
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2003, que *reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 94, de 2002, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reiterando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão, com alterações que promove.

Não havendo acordo entre as lideranças, a pauta continua obstruída e a matéria será incluída na Ordem do Dia da próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, um dos maiores desafios de um governo com forte apoio popular está justamente em conseguir transformar tal apoio em condições políticas de fato para atacar desigualdades e injustiças, reduzir a pobreza e o desemprego, enfim, superar o fracasso brasileiro que perdura, apesar dos incessantes esforços de governantes e da própria sociedade.

É esta vontade política de resolver a questão social que pode diferenciar os governos e atrair atenção

do mundo inteiro. Isto o Presidente Lula tem procurado demonstrar em discursos, em seu programa de governo, nas principais iniciativas e na esperada promessa de realizar as reformas necessárias.

Para se ter uma idéia do tamanho do problema social do Brasil, cito aqui alguns dados do último levantamento sobre os indicadores de desenvolvimento, elaborado pelo Banco Mundial.

Em nosso País, a expectativa de vida ao nascer é de apenas 68 anos de idade, inferior à média de 71 anos dos países da América Latina e do Caribe, região que não chega a ser um modelo de desenvolvimento.

A renda **per capita** de US\$3.070,00 também perde para a média latino-americana. A taxa de alunos que completa o ensino básico, 71%, é praticamente igual à de Bangladesh, um dos países mais miseráveis do Planeta.

A desnutrição infantil é de 6%, igual à da Argélia, país que se encontra ainda em uma feroz guerra civil. A taxa de mortalidade das crianças menores de cinco anos é de 36 por mil, mais alta que a do Líbano, de 32 por mil, outro país vítima da guerra civil.

Sr. Presidente, poderíamos ficar aqui nesta tribuna por horas a fio, debatendo as causas e as diversas questões relacionadas a um quadro tão desfavorável para o Brasil. Mas prefiro me ater a alguns pontos que considero cruciais.

Há fatores determinantes do ponto de vista histórico e econômico. Um deles é o fato de o Brasil haver enfrentado, nos últimos cinco ou seis anos, um ambiente internacional desafiador, representado pela forte inversão do ciclo de investimentos externos.

Outro fator, Srs. Senadores, é a excessiva demora do ciclo de transição de uma antiga economia fechada para uma economia mais moderna e capaz de se desenvolver. Mas, sem dúvida alguma, o principal obstáculo para o crescimento e para a melhoria dos indicadores sociais é a péssima distribuição de renda do Brasil.

Os dados divulgados no mesmo relatório do Bird mostram o tamanho do problema: os 10% mais pobres do País ficam com apenas 2% da renda nacional. Dos 120 países para os quais há dados, só quatro têm desigualdade maior: Colômbia, Lesoto, Namíbia e África do Sul. Outros quatro empatam com o Brasil: República Centro-Africana, Honduras, Paraguai e Serra Leoa.

E as soluções para tamanho problema social? É evidente que a saída tem de passar pelo desenvolvi-

mento da economia, por políticas compensatórias e pelas reformas estruturais.

O crescimento é fundamental, mas não deve ser tomado como um fim em si próprio. Desenvolvimento não significa apenas crescimento econômico. Significa também justiça distributiva, liberdades políticas, direitos civis, oportunidades sociais e proteção social. Isso inclui acesso à Justiça, massificação da educação e da saúde, investimento em programas de combate à pobreza, racionalidade e transparência no gasto público.

Num momento em que o País é obrigado – devido às circunstâncias do cenário mundial e a algumas questões internas – a realizar ajustes fiscais e orçamentários, talvez seja mais indicado ainda unificar todos os programas sociais que pulverizam recursos e energias num único programa de transferência de renda, uma bolsa única e mais abrangente que, acelerando a inclusão social, evitaria também os desvios e a superposição de autoridades na área.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece saber disso. Tem criticado a multiplicidade de programas, lembrando que o Governo federal já gasta, em políticas de transferência de renda, mais de R\$7 bilhões.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é necessário otimizar as políticas e combinar o jogo com os Estados e com as Prefeituras, para que o dinheiro que sai dos cofres públicos atinja realmente as pessoas mais necessitadas. E – outro detalhe também muito importante – é fundamental dar continuidade a programas já em curso.

De sua parte, o Governo Federal não pode deixar de debater com o Congresso uma revisão qualitativa nos cortes orçamentários e em seu programa de metas para com os credores internacionais.

Vamos analisar, por exemplo, o aumento da meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB, que implicará uma economia adicional de R\$8 bilhões este ano. Isso, sem dúvida, seria mais do que suficiente para viabilizar o programa Fome Zero, que tem orçamento de R\$6 bilhões.

Vale lembrar, também, que esse dinheiro deixará de ser aplicado em investimentos que beneficiariam a população. Os R\$8 bilhões estão sendo usados para reduzir o estoque da dívida e, com isso, diminuir a incidência de juros e encargos financeiros que fazem a dívida assumir o comportamento de uma verdadeira bola de neve.

Além disso, é quase consensual a noção de que são as reformas que vão acabar resultando no au-

mento da arrecadação e na consolidação de um clima de tranquilidade e segurança. Saneada a questão fiscal e equilibradas as contas públicas, o País poderá pagar suas contas e suas dívidas. Com isso, o risco-país cairá, os juros serão reduzidos, entrará mais dinheiro no Brasil e poderemos criar o almejado “círculo virtuoso”, que nos levará a um crescimento sustentado.

Outro caminho indicado para reduzir a pobreza – que atinge 57 milhões de pessoas, no nível extremo na América Latina – passa por uma revisão da política de comércio agrícola por parte das nações mais ricas. Os países desenvolvidos deveriam ampliar a assistência econômica e reduzir as barreiras para resolver esta outra “guerra”, que é o combate à miséria.

De acordo com as estimativas do Banco Mundial, se essas barreiras forem eliminadas, poderíamos, em alguns anos, ver um aumento nas receitas anuais do mundo de US\$800 bilhões. É por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o Brasil tem insistido que os mais ricos eliminem as tarifas ao comércio agrícola como condição para garantir uma maior abertura a seus próprios mercados.

Destaco o programa Primeiro Emprego entre as políticas setoriais indicadas para ajudar a resolver os problemas sociais, brilhantemente analisado em entrevista recente pelo Senador Eduardo Suplicy ao Jornal **O Estado de S.Paulo**.

Com coragem, o Senador afirma que os programas sociais precisam, sim, de mais consistência. Assim como S. Ex<sup>a</sup>, acredito que as fórmulas que gerem trabalho e renda merecem prioridade. Mas mesmo questões prioritárias têm, sem dúvida alguma, hora certa para acontecer.

Como desenhar o formato do Primeiro Emprego se, em boa parte, ele depende diretamente das reformas tributária, previdenciária e trabalhista? Emprego para os jovens é realmente uma das questões mais sérias do País.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Ouço, com muita honra, o Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan Calheiros, pelo pronunciamento em que aponta na direção do aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda. V. Ex<sup>a</sup> chega à conclusão semelhante a minha em relação aos diversos programas de transferências de renda – e hoje eles são muitos: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio Gás, o programa de erradica-

ção do trabalho infantil, o próprio programa relativo ao “fome zero”, o Cartão Alimentação e mais os abonos do PIS/PASEP, o seguro desemprego, os sistemas de pagamento da LOA, o sistema previdenciário e assim por diante. Será próprio que racionalizemos mais e mais, que façamos essa transferência de renda de uma maneira mais simples e compreensível para toda a população. Nos encontros da chamada Câmara Social, em que os Ministros das áreas sociais e econômicas interagem, também se tem chegado a essa análise. E, conforme V. Ex<sup>a</sup> ressalta, o próprio Presidente Lula já encaminhou uma orientação nesta direção. Tenho a convicção de que teremos grande responsabilidade em dar contribuições ao Executivo, para justamente aperfeiçoar essa medida, inclusive no que diz respeito ao Programa Primeiro Emprego. Encaminhei ao Presidente Lula, ao Ministro Jacques Wagner algumas ponderações na linha da minha entrevista, citada por V. Ex<sup>a</sup>, ao Jornal **O Estado de S. Paulo**. O Presidente Lula informou-me que está considerando em profundidade os aperfeiçoamentos que caracterizarão o programa para dar maiores oportunidades de emprego aos jovens. Portanto, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela análise, observações e recomendações que aqui hoje faz.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço, honrado, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que, sem dúvida, é a pessoa mais abalizada, nesta Casa, para tratar deste assunto, destas questões, principalmente no que se refere a programas de renda mínima.

Ouso citar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dados do Ministério do Trabalho. Há cerca de 8 milhões de pessoas, de 16 a 24 anos, sem ocupação no Brasil. Dessas, como cheguei a mencionar aqui em outro rápido discurso, 3,5 milhões estão à procura de emprego. Ou seja, de cada dois desempregados no Brasil, um deles é jovem de 16 a 24 anos de idade.

O importante é que qualquer tipo de benefício que procura evitar as armadilhas do desemprego e da pobreza merece ser defendido, repetido, para que, sem dúvida, venha a preponderar.

Repeto as palavras do Senador Eduardo Suplicy: “Os programas devem ser consistentes com o objetivo de aumentar o nível de emprego e a competitividade na economia”. Não é à toa que o nobre Parlamentar do PT é, nesta Casa, o maior defensor do programa Renda de Cidadania, uma espécie de imposto negativo que prevê a distribuição de um valor básico para todos os brasileiros, do mais rico ao mais pobre.

Como cheguei a dizer neste pronunciamento, a oportunidade que me foi concedida é pequena para discutir uma questão tão complexa como a desigualdade. Falta tempo, por exemplo, para uma reflexão mais profunda sobre o palco onde esse combate deve ser travado prioritariamente: as regiões metropolitanas e a periferia das grandes cidades. É nelas que a pobreza prospera e convive, de maneira desumana e acintosa, com a riqueza arrogante, mas intimidada, lado a lado, expondo nossas chagas sociais e martirizando a nossa consciência pública.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte? Gostaria de participar.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Ouço, também com satisfação, o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Renan Calheiros, nosso Líder, estou a ouvi-lo entusiasmado. Quero fazer uma observação. A Psicologia – em respeito ao Senador Papaléo Paes – diz que temos uma modelagem. Como médico-cirurgião, eu admito que o modelo tenha sido Juscelino, um otimista, que dizia que é melhor ser otimista porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. Acredito que o rumo do Brasil foi definido pelo Ministro da Fazenda, o baiano Rui Barbosa, cujo busto está bem ali, acima do Presidente Sarney. Rui Barbosa disse que temos que dar primazia ao trabalho e ao trabalhador que vêm antes do dinheiro e do capital. Hoje, a primazia é dada ao dinheiro. Um quadro vale por dez mil palavras. Outro dia encontrei um grande empresário, homem correto que serviu no meu Governo. Ele disse: Senador Mão Santa, a vida do lado de fora do Governo está muito difícil. Atentai bem: maior carga de imposto, juros altos. Queria dizer que as coisas são possíveis se sairmos dessa ótica. O desenvolvimento existe. No país que se libertou da Índia, Bangladesh, um professor chamado Yunnus organizou o Banco do Povo. Inspirado no seu trabalho, também organizei um no Piauí. O Banco do Povo é diferente dos nossos bancos, diferente dos bancos desses banqueiros agiotas que dominam o nosso País e o mundo. O Banco do Povo, em vez de juros altos, empresta a juros quase inexistentes e com prazo. E nós fizemos isso no Piauí. Devo dizer que sou muito mais isso do que esses programas caritativos – e não sou contra a caridade. Darei um exemplo: um carro de pipoca para um pipoqueiro. O nosso serviço social entregou muitos a R\$300. Aquele pipoqueiro, por intermédio do Banco do Povo, que nós no nosso Governo fizemos no Piauí, pagava folgadoamente R\$10 por mês. Em 30 meses estava pago, e ele havia obtido um

instrumento de trabalho e independência para o resto da vida. Eu mesmo, pesquisando, soube que todos eles ganhavam quase dois salários mínimos. São esses programas que prestigiam trabalho e trabalhador, que vêm antes, como disse Rui Barbosa.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Agradeço, honrado, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, que, como Governador do Piauí, teve a oportunidade de praticar programas sociais verdadeiramente criativos, com resultados indiscutíveis. É importante – concordo com V. Ex<sup>a</sup> – que possamos unir propósitos, estabelecer metas e diretrizes para que possamos ampliar essa rede de proteção social.

Temos, sem dúvida nenhuma, de manter acesa esta chama da indignação com a desigualdade social e assumir firmemente o compromisso pelo combate às causas da pobreza em cada ponto deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou entregando a V. Ex<sup>a</sup> neste momento uma lista de Ministros que inadimpliram – e isso considero grosseiro na relação com o Congresso Nacional – requerimentos de informação formulados pelo meu Partido, o PSDB.

Ministros que foram gentis, mas, ao mesmo tempo, portaram-se de maneira evasiva, a eles estou endereçando um novo requerimento, pedindo que dessa vez continuem sendo gentis, mas que deixem de ser evasivos. Ministros que simplesmente ignoraram a Constituição, ignoraram a relação entre os Poderes, esses eu os estou listando para que V. Ex<sup>a</sup> providencie o enquadramento de cada um deles no art. 50, § 2º, da Carta Magna, por crime de responsabilidade, em função do desrespeito reiterado. Eu me programara para uma terça-feira de duas semanas atrás. Deixei, por ser tolerante, por cultivar a idéia da tolerância, para duas semanas e dois dias após – quinta-feira. Ainda assim, o desrespeito continuou, apesar do aviso que foi feito da tribuna desta Casa.

Imagino que, se a Casa age inflexivelmente em defesa das suas prerrogativas, os Governos – este ou quaisquer outros – respeitarão o Congresso Nacional. Não posso acreditar em democracia que não se faça respeitar, a partir da afirmação maiúscula do seu Poder Legislativo. Ministro que não respeita o Congresso Nacional – e alguns são Congressistas – merece,

de fato, que no mínimo se faça com ele o que a lei manda. E a Lei Maior possibilita que eles sejam enquadrados por crime de responsabilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Mesa vai determinar à Secretaria que examine quais requerimentos estão com seus prazos esgotados e procederá na forma do art. 50, § 2º, da Constituição.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Líder Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para homenagear dois brasileiros que prestaram um grande serviço ao País, amigos pessoais, pelos quais eu não me poderia omitir num momento como este.

Eu queria, em primeiro lugar, homenagear essa figura reconhecida por sua grandeza de espírito público, por sua integridade intelectual, por sua coerência histórica, por sua formação como jurista, por sua presença na resistência ao regime militar e na luta pela liberdade democrática. Autor de obras importantes, sobretudo **Os Donos do Poder**, foi um homem que, nascido em 1925, chegou a ocupar, com V. Ex<sup>a</sup>, a cadeira nº 6 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Barbosa Lima Sobrinho. Por toda essa trajetória de militância intelectual, de jornalista presente em todos os momentos da vida pública, de presença ímpar na defesa da Constituição, dos princípios maiores do estado de direito das liberdades, é uma perda imensa para o Brasil. Quero falar da morte que ocorreu hoje, às 7h, de Raymundo Faoro. Aqui eu não poderia deixar de homenagear, de prestar nossos pêsames aos familiares e nosso reconhecimento pela contribuição inestimável que deu à nossa vida pública.

Eu queria, Sr. Presidente, igualmente e lamentavelmente, registrar a carta que encaminhei, de manhã, ao Ricardo, à Bárbara e ao Bruno, que são os familiares da companheira Luzia, Vereadora da cidade de Santos, minha amiga pessoal há muitos anos, por quem eu tenho um apreço único. Foi uma professora que lutou a vida inteira em defesa da escola pública, foi dirigente da POESP, foi, eu diria, uma presença marcante na cidade em que nasci, Santos. Acometida de uma doença implacável na sua juventude, deixa dois filhos pequenos e uma história muito bonita de luta e coerência.

Eu escrevi para a família e gostaria de deixar registrada nos Anais da Casa a seguinte carta:

Brasília, 15 de maio de 15 de maio de 2003

Ao Ricardo, Bárbara e Bruno,

Tão preciosa foi a convivência – amistosa e desprendida –, que só a memória poderia aplacar, mas não dissipar, o sentimento de pesar que abate quem compartilhou a companhia de Luzia. A dor, que se manifesta com o nome de saudade, transfigura-se num vazio que só poderia ser preenchido pela presença de quem conosco não está mais. A quem sofre com a perda, a lacuna é apenas tenuemente preenchida pela lembrança.

Melhor, então, que fiquemos com as melhores recordações.

Lembrar do seu ideal de luta por mais qualidade na educação santista e paulista, recordar sua militância no Partido, relembrar a atuação sem descanso pela justiça social, preservar como modelo seus gestos generosos.

Com a tristeza dos que a conheceram, lamento a perda e saúdo a memória imperecível de Luzia.

Do amigo,

Aloizio Mercadante”

E assino.

Por tudo isso, Sr. Presidente, pela sua história como militante, pela sua contribuição ao nosso Partido, pela nossa amizade, quero aqui deixar meus pésames aos seus filhos, a seu companheiro e a toda a minha cidade, que está em luto nesta oportunidade.

Exatamente neste momento está ocorrendo o seu enterro. Não posso estar presente, mas estou em espírito, em memória, com a lembrança e os sentimentos. Eu gostaria de registrar a minha solidariedade e deixar nos Anais a homenagem a mais uma dessas grandes mulheres deste País, que ajudaram a construir as liberdades, que lutaram contra o regime ditatorial e que nunca abdicaram de sonhar com um país mais justo e solidário. Portanto, à nossa Vereadora deixo minha eterna saudade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Líder Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, a Liderança do PSDB apresenta ao Partido dos Trabalhadores os mais sinceros pésames pelo bravo e generoso militante que perdeu e se reporta, com muito pesar, ao falecimento desse

grande brasileiro que se chamava, que se chama, até porque é imortal, Raymundo Faoro. Intelectual impecável e profundo, autor de **Os Donos do Poder**, análise, pela ótica weberiana, da relação que termina explicando porque este País, que um dia haverá de ser justo, é, secularmente, ele próprio, tão injusto.

Raymundo Faoro foi o herói que conduziu a Ordem dos Advogados do Brasil, numa hora em que os tempos exigiam heroísmo dos que pudessem se portar como heróis. E o povo brasileiro, ao lado dele, soube ser herói naquele momento histórico.

Raymundo Faoro foi o intelectual, o homem público que o tempo inteiro conseguia aliar a serenidade de que era possuído à coragem inabalável que demonstrava nas horas em que ela era exigida, sobretudo do ponto de vista da demonstração cívica que eternamente ele seria capaz de fazer em favor do seu País.

De minha parte, pessoalmente, tendo lutado ao seu lado por democracia no País, tendo tido todas as razões pessoais para estimá-lo e todas as razões históricas para venerá-lo, nem seria preciso que ele, eternamente, estivesse de acordo com as minhas idéias para eu dizer do meu pesar e da minha saudade. Lamento muito que eu tenha podido ter com ele a grande coincidência de termos, os dois, e tantos outros, lutado por democracia neste País. Melhor que eu não tivesse conhecido a sua bravura, na luta por liberdade, pois, se não nos tivesse faltado liberdade, não haveria por que termos lutado por ela. Mas, a história teve aquela curva, e nela Faoro nos deu a conhecer um homem admirável, que precisa ser reverenciado por todo o País, que precisa ser exibido às novas gerações, que precisa ser eternizado na compreensão de que as pessoas grandes, são grandes sobretudo pelo caráter, pelo valor que trazem dentro de si, exteriorizando, a partir daí, todas as coisas boas que a sua alma é capaz de compor na direção do povo brasileiro.

Portanto, é com dor que lamentamos o falecimento de um grande brasileiro, de um intelectual que haverá de ser estudado por muitas gerações. Todas as vezes em que se pensar para valer em justiça no Brasil, lá virá o nome Raymundo Faoro; quando alguém, neste País, pensar em liberdade, lá vem o nome de Raymundo Faoro, que nunca deixou de lutar por liberdade em todos os quadrantes da sua história; quando se pensar em doação e em generosidade na direção do nosso povo e da nossa sociedade, lá vem novamente o nome de Raymundo Faoro, por quem, com tanta dor, pranteamos hoje, que interpretou o Brasil e soube, sobretudo, ser ele também um grande brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Como Presidente da Casa, associo-me às manifestações de pesar pela morte de Raymundo Faoro, um homem de qualidades excepcionais. Morre com ele, sem dúvida, o detentor de uma tríade de talentos: do intelectual, do político e do jurista.

Como intelectual, deixa uma obra marcante na literatura brasileira, bastando destacar o livro que aqui já foi citado, **Os Donos do Poder**, um clássico na matéria.

Como político, foi defensor da liberdade, paupando sua vida pelas causas que empolgou e das quais participou, sobretudo na redemocratização do País.

Como jurista e também advogado, marcou sua existência pela defesa dos injustiçados, muitos deles na área política, e que são devedores de sua ação, do seu talento e de sua bravura.

Recordo o companheiro da Academia Brasileira de Letras – conheci-o, em primeiro lugar, como intelectual. Na década de 40, ele fazia parte de um grupo de jovens – era um pouco mais velho do que eu. Tinha uma revista no Rio Grande do Sul chamada **Quixote**; no Rio de Janeiro, havia a revista **Branca**, com Lêdo Ivo; em Pernambuco, **Região**, com Mauro Mota e Édson Régis; no Ceará, **Clã**, com Fran Martins; e, no Maranhão, eu fazia parte, juntamente com Ferreira Goulart e com Bandeira Tribuzi, da geração que, no Brasil inteiro, se chamava a Geração do Pós-Modernismo ou do Neomodernismo.

Depois, vi agigantar-se a figura de Raymundo Faoro em outros campos, ocupando, com seu talento, bravura e inteligência, espaço na literatura brasileira e no campo jurídico.

Hoje a paisagem humana do País diminui com sua morte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Continuamos com a lista de oradores.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não estava presente ao pronunciamento do meu Líder, Senador Tião Viana, e quero iniciar o meu pronunciamento prestando minha total e irrestrita solidariedade ao grande Líder que nós temos na nossa Bancada. Sei que S. Ex<sup>a</sup> já voltou e nem nós iríamos admitir a sua saída, pelo brilhante trabalho que realiza na condução da sua Bancada.

O que me traz à tribuna, o que trago à reflexão nesta tarde, é que, com o anúncio da renúncia do candidato Carlos Menem, na Argentina, nós já estamos aguardando a divulgação, a oficialização da vitória do Néstor Kirchner. Nós, no meu caso de forma ainda mais especial, pois tive oportunidade de acompanhar em sua primeira viagem internacional, à Argentina, o Presidente eleito mas ainda não empossado Luiz Inácio Lula da Silva, por um breve período, pudemos ter contato com os Ministros e o Presidente Duhalde e perceber o imenso esforço que a Argentina faz para poder superar a crise em que vive, que todos nós, de forma muito entristecida, temos acompanhado, porque aquele país, tem um grande povo e um grande potencial de desenvolvimento. Com certeza, ela não merecia viver um período tão longo e tão difícil como esse.

Estamos aguardando a oficialização da vitória do candidato a Presidente Néstor Kirchner. Nós, aqui do Brasil, estamos muito felizes. E creio que o Governo brasileiro também está, porque o caminho da Argentina é um caminho de superação da crise. Penso que é isso que sinaliza a eleição de Néstor Kirchner.

Nessa eleição, há algo a mais que ressalto desta tribuna. Durante esse processo eleitoral, houve um posicionamento dos candidatos que foi um verdadeiro divisor de águas, inclusive para nós, brasileiros, particularmente para o Governo brasileiro. Foi a posição expressada tanto por Nestor Kirchner quanto por Carlos Menem com relação ao Mercosul. A posição de Néstor Kirchner soma-se exatamente aos esforços do Governo Lula para reconstruir, reformular e ampliar o Mercosul, transformando-o na verdadeira plataforma negociadora dos países da América do Sul. Essa confluência de opiniões e de visão do Mercosul entre o Presidente Lula e o provável futuro Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, é fundamental, porque virá, com certeza, reforçar toda essa ação política de relações internacionais que o Governo Lula vem implementando desde antes da sua posse. Tanto que a primeira viagem internacional foi exatamente à Argentina e ao Chile. A primeira iniciativa de busca de relações, de reforço, de visão, de ação internacional foi exatamente com relação ao Mercosul.

A visão defendida por Néstor Kirchner para o Mercosul vem exatamente nessa linha de integração política não meramente comercial, mas também industrial, agrícola, envolvendo também Ciência e Tecnologia, debate a respeito da instalação do Parlamento do Mercosul, articulações de políticas macroeconômicas e construção até de uma perspectiva de moeda.

Então, é essa confluência sinalizada na eleição do Néstor Kirchner que quero saudar desta tribuna no dia de hoje.

Quero também registrar que o Vice-Presidente do BNDES, Sr. Darc Antônio da Luz Costa, está hoje em Buenos Aires para discutir com empresários argentinos a complementaridade industrial entre os dois países. Ou seja, está buscando fazer essa articulação prática, concreta entre toda a política industrial brasileira – que está sendo reelaborada, rediscutida – e o empresariado argentino, para que não tenhamos concorrência, mas complementaridade entre as políticas industriais dos dois países. Isso é muito importante e segue a linha da nova política de relações exteriores do Governo Lula. O BNDES terá papel importantíssimo no desenvolvimento dessa nova política de relações exteriores de fortalecimento do Mercosul, porque será o grande financiador dessa articulação política. Já se iniciaram as tratativas com vários Governos, e o BNDES fará essa política de exportação pelos industriais brasileiros com os países do Mercosul e da América do Sul. Esse fato ocorrerá por meio de uma ação que já vem sendo desenvolvida pelo BNDES com a Corporação Andina de Fomento e com o Fundo Platino de Desenvolvimento.

Sr. Presidente, registro ainda que toda essa política de fortalecimento do Mercosul desenvolvida pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva está exemplificada no que ocorreu nesses quatro meses e meio de Governo. Nesse período, seis Presidentes da América do Sul estiveram em missão oficial no nosso País e mantiveram contato, estabelecendo perspectivas de estreitamento das relações. Já recebemos os Presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, mais de uma vez; Álvaro Uribe, da Colômbia; Eduardo Duhalde, da Argentina; Jorge Battle Ibañez, do Uruguai; Gonzalo Sanchez de Lozada, da Bolívia; Alexandre Toledo, do Peru. Seis Presidentes de países da América do Sul estiveram no Brasil nos últimos quatro meses e meio e, até o final de maio, comparecerão o Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, e o Presidente eleito do Paraguai, Sr. Nicanor Duarte. Em cinco meses, oito Presidentes de países da América do Sul terão comparecido ao Brasil em missão oficial, a fim de que possamos aprofundar relações.

Indiscutivelmente, trata-se da concretização da política de resgate e de retomada de ampliação do Mercosul como uma articulação regional – até porque vários desses países ainda não integram o Mercosul, mas já se discute sua ampliação, a fim de que compreenda um bloco de toda a América do Sul. Todas essas visitas, conversas, negociações visam ao fortalecimento

do Mercosul e à sua ampliação como bloco regional para que possamos, de forma muito mais forte e articulada, estabelecer relações, como fazem os demais blocos, com a União Européia e até mesmo com os Estados Unidos, País com o qual já estão em andamento as negociações da Alca.

Além das visitas, eu gostaria de registrar vários exemplos de ações desenvolvidas nesses quatro meses e meio com vistas ao estreitamento das relações com a Comunidade Andina das Nações.

Houve maior aproximação com a Bolívia, que é apenas um País associado ao Mercosul, mas que sinaliza tornar-se, em breve, membro efetivo do Bloco.

Igualmente, houve aproximação com a Colômbia, que resultou em contratos de R\$80 milhões em equipamentos agrícolas, comprados da indústria brasileira, apesar de todas as dificuldades vividas pelo Governo colombiano, de dissidência interna, de guerra civil praticamente instalada em suas fronteiras.

Com relação à Venezuela, o Presidente Hugo Chávez já declarou, algumas vezes, o seu desejo de integrar o Mercosul nessa perspectiva de ampliação. Agora, em abril, uma comitiva de 120 empresários brasileiros, a maior delegação desse tipo em missão à Venezuela, fechou negócios da ordem de mais de R\$1 bilhão. Portanto, o estreitamento das ações comerciais com a Venezuela está em franca ampliação. O Presidente Hugo Chávez tem uma proposta que, em meu entendimento, deve ser tratada com muito carinho. Ele também já citou isso algumas vezes. Trata-se da articulação de todos os países produtores e refinadores de petróleo. Tal perspectiva, caso se concretize na América do Sul, será formulada para se criar talvez a maior empresa petrolífera do mundo. A extração e o refino de petróleo na América do Sul tem esse potencial. E o Presidente da Venezuela tem sinalizado com essa perspectiva na discussão acerca do Mercosul, exatamente esse bloco regional tão importante a que devemos dar continuidade.

Essas tratativas com a Venezuela, tendo como pano de fundo o petróleo, são de fundamental importância. Sabemos que estão bastante adiantadas as negociações com perspectivas da instalação da refinaria que, com certeza, será no Nordeste até por uma questão estratégica da PDVSA. A perspectiva de construção dessa empresa de petróleo poderá ser o primeiro embrião da articulação entre os países da América do Sul que produzem e refinam petróleo.

Cito esses exemplos, pois essas questões têm sido o dia-a-dia da política externa do Governo brasileiro na perspectiva de reforçar as relações. Além das ações citadas referentes aos países da América do

Sul, na perspectiva de reformulação, reforço a ampliação do mercado comum da América do Sul e destaque as negociações que estão em franco andamento, com perspectivas de serem consumadas em curto espaço de tempo, talvez até no início ou metade do ano que vem, relacionadas ao acordo birregional entre Mercosul e União Européia. Esse acordo muito importante vem sendo desenvolvido pelo Governo brasileiro.

Na semana passada, tivemos a presença do nosso Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que teve um encontro muito importante com o Sr. Pascal Lamy, o Comissário Europeu de Comércio, nessa linha das tratativas para configurar o acordo birregional das negociações que estão sendo feitas num momento conjuntural muito favorável sob diversos aspectos: o político e o econômico. A União Européia ficou profundamente abalada com o resultado da Guerra do Iraque, com a demonstração do poderio bélico dos Estados Unidos naquela ação que tomou com relação ao Iraque, o que acabou criando na União Européia uma receptividade muito grande para fortalecer as questões de distribuição multipolar. A União Européia, portanto, não quer facilitar um fortalecimento da polarização com os Estados Unidos, sinalizando muito fortemente para as negociações referentes a um acordo birregional nessa lógica de fortalecer outro pólo que não seja os Estados Unidos.

Assim, essa condição política tem contribuído muito, de forma significativa, para facilitar essas negociações. Além disso, facilita em muito as negociações para nós, Brasil e países do Mercosul, o fato de os produtos a serem comercializados, os produtos que saem do Brasil, da América do Sul, para a Europa serem concorrentes com os dos Estados Unidos. São produtos como suco de laranja, soja, milho, trigo e carne. Ou seja, os Estados Unidos concorrem com o Brasil e com os países do Mercosul no fornecimento para o comércio com a União Européia. No entanto, com a União Européia não temos tantos produtos disputando o mercado; trata-se mais de produtos complementares do que concorrentes.

Apesar de sabermos que, no comércio exterior, nada é fácil, pois há barreiras – os interesses locais das indústrias, dos grupos econômicos, em termos de complementaridade –, é muito mais fácil porque temos muito mais a oferecer no troca-troca com a União Européia do que com os Estados Unidos, pois exportamos muitos produtos que os Estados Unidos também exportam. A concorrência dos Estados Unidos com os produtos brasileiros e latino-americanos, prin-

cipalmente da América do Sul, dificulta as negociações.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Senadora, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Concedo o aparte ao Senador João Capiberibe.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado. Gostaria de unir a minha voz à de V. Ex<sup>a</sup> para desejar ao povo argentino que acerte o passo na política. A Argentina é um caso emblemático que mostra que a atividade mais importante que a sua sociedade já inventou é a atividade política. A Argentina, juntamente com o Uruguai, foi um dos países mais ricos do Cone Sul, infinitamente mais rico que o Brasil, desde a década de 30. E, no entanto, pelos desacertos políticos, entrou numa crise e busca, hoje, alternativas. Também gostaria de parabenizá-la pela visão referente à formação dos blocos regionais. Hoje pela manhã, no Itamaraty, foi instituída e tomou posse a Secretaria Executiva do Tratado de Cooperação Amazônico, que reúne os países da bacia do grande rio Amazonas. Tal tratado pode levar-nos ao desiderato que norteia seu discurso, de uma ampliação dos países do Mercosul. Daí, então, o Brasil, como líder dessa região, buscará diversificar as relações com a União Européia. E há uma razão muito forte para isso, pois somos vizinhos da União Européia. Pode parecer incrível. Somos separados pelo Atlântico, mas somos vizinhos, sim, porque fazemos fronteira com a Guiana, uma região francesa. E a França é um dos países membros da União Européia. Portanto, há uma relação de verossimilidade com a União Européia. Mas também a Índia e a China são possibilidades de intercâmbio comercial, sem desprezar os americanos. Creio que não é possível buscarmos estabelecer a tão desejada, pelos americanos, Área de Livre Comércio das Américas sem antes fortalecermos os blocos regionais, sem antes fazermos prospecções de ampliação com a União Européia, com a Ásia e com a África. O Brasil precisa intensificar suas relações com África, pois é uma vergonha que não o tenha feito até hoje. Desejo parabenizá-la pela visão relativa ao fortalecimento dos blocos regionais, para daí, então, partirmos para a ampliação de nossas relações comerciais e também culturais. Em nosso caso específico, não acredito em relações meramente comerciais, mas em relações mais duradouras, quando elas fundamentam-se no encontro cultural entre os povos. Muito obrigado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador João Capiberibe, o seu aparte.

Quanto à fronteira com a Guiana Francesa, numa perspectiva futurista, tanto podemos entrar na Comunidade Européia pela fronteira com a Guiana Francesa, porque está aí a liga, como a França pode gerir a sua entrada no próprio Mercosul.

Mas, de qualquer forma, quanto a essa perspectiva de negociação do Mercosul nesse momento com a União Européia, além das questões políticas que eu já havia colocado, há o fato da repercussão em toda a Europa da ação bélica dos Estados Unidos no Iraque. Há essa visão muito forte que os europeus têm de um mundo multipolar e não monopolar, com um único império atuando; há ainda essa questão dos produtos que, em termos econômicos, são complementares e não concorrentes, ainda se dá numa outra situação bastante conjuntural também, que facilita essas relações e essa concretização do acordo. O euro valorizado em relação ao dólar atualmente faz com que seja muito favorável o comércio tanto do Brasil quanto dos países da América do Sul nas relações econômicas com a União Européia.

É importante também registrar, como país, o maior parceiro comercial do Brasil são os Estados Unidos. Mas é com a União Européia que temos o maior volume de relações comerciais, que nos dão cacife, estofo para concretizar e fortalecer esse acordo birregional, principalmente pelas manifestações do Presidente eleito do Paraguai e também do provável Presidente argentino Néstor Kirchner na linha desse fortalecimento. Ou seja, as mudanças políticas na América do Sul convergem para o fortalecimento do Mercosul e das relações com a União Européia.

A perspectiva do acordo birregional Mercosul – União Européia coloca em outro patamar, indiscutivelmente, as negociações com a Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. É exatamente essa política de fortalecimento do Mercosul, dessa busca de relações alternativas do Mercosul, como bloco, com a União Européia que dão a ALCA perspectiva diferenciada. Tanto é assim que manchetes de jornais da semana passada veiculavam que os Estados Unidos já consideram irreal a ALCA em 2005. Ou seja, o Governo norte-americano não acredita na construção do acordo da Área de Livre Comércio das Américas para 2005, como previsto.

Ainda nessa linha de raciocínio, gostaria de destacar manifestação do nosso Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, pessoa reconhecida por todos os partidos como um grande Diplomata, expoente da diplomacia brasileira, com uma trajetória de serviços inestimáveis prestados ao povo brasileiro, ao nosso Governo, ao nosso País, no Itamaraty.

Em toda a sua carreira diplomática, Celso Amorim nunca presenciou uma política externa tão ofensiva, de tanta receptividade e aceitação como a desenvolvida pelo Governo Lula. Ao longo de sua vida diplomática, S. Ex<sup>a</sup> nunca viu uma um posicionamento público, com ação concreta de busca de parceiros, que sinalizam com tanta receptividade, com tanta aceitação e com resultados tão concretos, como os ocorridos nestes quatro meses e meio de política de relações exteriores do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Toda essa ofensiva diplomática de busca de ampliação de relações, de política de articulação de bloco foi marcada, de forma inequívoca, por uma política de valorização das relações com a América do Sul, prova da mudança de postura e de rumos do Governo brasileiro com relação à sua política externa.

Portanto, trago essa manifestação do Sr. Ministro Celso Amorim para reflexão da Casa, homem público com competência e história para fazer essa avaliação.

Sr. Presidente, também gostaria de fazer um apelo. Câmara e Senado formam a Comissão Mista do Mercosul, que, apesar das iniciativas, de tudo que vem sendo realizado nesses quatro meses e meio, das questões importantíssimas envolvendo o Mercosul, acompanhamento de processos, de acordos, esta comissão ainda não foi instalada, porque, no Senado, alguns Partidos ainda não indicaram os Senadores.

Então, solicito a todos os Partidos que, o quanto antes, indiquem os Senadores que irão compor a Comissão Mista do Mercosul, para que possamos, além de acompanhar, dar a contribuição que o Congresso, indiscutivelmente, tem condições de prestar por meio dela.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros.*

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Antero Paes de Barros, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – De acordo com a inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs.

Senadores, como a Senadora Ideli Salvatti, quero iniciar o meu pronunciamento cumprimentando o Senador Tião Viana pela maneira como se conduziu hoje, ao atender o apelo de todos os 14 Senadores do Partido dos Trabalhadores de permanecer na Liderança e por ter caracterizado o seu pronunciamento pelo espírito de conciliação.

O propósito de inúmeros Senadores de solicitar à Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores reconsiderar a decisão de submeter três Parlamentares ao exame do Conselho de Ética do Partido teve o objetivo, sobretudo, de pedir aos três Parlamentares – a Senadora Heloísa Helena, o Deputado Babá, e a Deputada Luciana Genro – que tenham um procedimento de respeito e de construção para com o Presidente Lula, os Ministros de Estado, a direção do Partido, os Parlamentares, a base do Partido.

É nosso propósito procurar um caminho de entendimento. Não queríamos causar – com o documento que ontem assinamos e que resolvemos não entregar ao Partido – constrangimento ao Líder do PT, Senador Tião Viana, ou ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Avaliamos que foi percebido o sentido maior, que, desejamos, caracterize a ação do nosso Partido.

Também gostaríamos de lembrar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao longo da história do PT, sempre foi homem conciliador. Sua Excelência soube dialogar com todos os segmentos do Partido, foi o ponto de união das forças que compõem a história do Partido dos Trabalhadores.

Cumprimento o Senador Tião Viana pela disposição, ao deslocar todas as suas energias em defesa do Partido e do espírito de conciliação. Creio que o apelo de S. Ex<sup>a</sup> será sentido pelos Parlamentares que estão sendo objeto da atenção do Conselho de Ética.

A Senadora Heloísa Helena convidou-nos, a mim e ao jurista Dalmo de Abreu Dallari, a estarmos entre as testemunhas, dia 25 próximo, na reunião do Conselho de Ética. Nosso apelo é para que se construa uma convivência respeitosa e democrática em nosso Partido.

Quero lembrar, Senadores Ideli Salvatti e Eurípedes Camargo, que se o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido capaz, Senador João Capiberibe, até mesmo de apaziguar as relações entre o Governo dos Estados Unidos e o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, certamente, também será capaz de serenar, acalmar os ânimos entre a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores e esses bravos parlamentares: Senadora Heloísa Helena e os Deputados Babá e Luciana Genro.

Senador Pedro Simon, há de compreender o que estará vivendo a família do Ministro Tarso Genro e de sua filha Luciana Genro; queremos nós fazer com que possam se entender dentro de nosso Partido.

Senadora Ideli Salvatti, agora passarei para o outro tema, mas antes concedo o aparte, sim, ao Senador Pedro Simon, com muita honra.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Senador Eduardo Suplicy, é claro que não há como se intrometer num assunto tão importante da competência do seu Partido. Principalmente não há autoridade de nenhum integrante do PMDB para falar de questão que possa existir em qualquer outro Partido, uma vez que temos várias, muito complexas e, ainda, tanta falta de competência para resolvê-las. Por isso, não me parece que possamos dizer algo significativo a qualquer Partido político. Mas digo a V. Ex<sup>a</sup> que tenho muito respeito pelo PT. Quando digo isso, tenho que me lembrar de V. Ex<sup>a</sup> aqui nesta Casa, quando o Partido tinha apenas um Senador, V. Ex<sup>a</sup>, que incomodava toda a Casa e estava em todos os lugares ao mesmo tempo, cumprindo com determinação uma idéia que parecia impossível de ser alcançada, de um dia chegar ao poder. Tenho a mais profunda admiração pelo Presidente Lula. Acredito que Sua Excelência está além do seu Partido, está desempenhando uma missão, um papel. Todos temos que cuidar com muito carinho da imagem do Presidente Lula, que representa uma esperança para esta Nação. Deus nos livre se esta Nação, de repente, visse seu Líder, para quem ela entregou seu destino com tanta confiança, não corresponder à expectativa daquilo que ela imaginava. Algo de estranho está acontecendo e algo de novo deve aparecer. Não é possível que um Partido, com a garra, a luta e a história do PT, na hora em que está iniciando seu Governo, perca-se tomando uma atitude desse tipo. Sabemos das dificuldades que estão enfrentando, primeiro pelo Brasil que encontraram, segundo, porque, com todo o respeito, não é fácil para um Partido com a história do PT, mas sem nenhuma história de exercício do poder na Presidência da República, encontrar as dificuldades que está encontrando. Mas, pelo amor de Deus, deve-se ter grandeza, compreensão, carinho e respeito. Falarei alto. Tenho muito respeito pelo PT, mas o PT deve tomar cuidado, pois pode estar tomando o caminho errado. Nossa Senadora Heloísa Helena pode se transformar numa espécie de Teotônio de saia. Se S. Ex<sup>a</sup>, de repente, for crucificada e se, de repente, por defender idéias das quais se pode divergir – mas idéias que, juntamente com o PT, sempre defendeu – daqui a pouco estará percorrendo o Brasil, encontrando trin-

cheiras e tribunas favoráveis a ouvi-la. Na verdade, o PT pode estar fazendo um mau negócio com essa atitude de, em vez de acalmar, de compreender, de entender as mãos – muitas vezes vale dez vezes mais fazer isso –, assumir essa tese determinante de ou “sim” ou o cadafalso. V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem em prestar o trabalho de costura tão necessário. Penso que o PT faria uma meditação profunda com todos os seus membros se reciprocamente reconhecessem que, de certa forma, se todos tiveram mérito na vitória, cada um deve ter um pouco de culpa nos equívocos que estão ocorrendo.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> fala conosco como um amigo fraterno. Desde que aqui cheguei, em 1991, sempre tive em V. Exa uma das pessoas mais próximas, em termos de objetivos, em termos de busca da ética na política, da forma mais séria. V. Ex<sup>a</sup> sempre foi do Presidente Lula e de todos nós do PT um verdadeiro companheiro e amigo. Mesmo sendo de outro Partido, V. Ex<sup>a</sup> sempre soube trazer recomendações no sentido das proposições, como quando conversou com Lula, durante o período do Governo do Presidente Itamar Franco. Encontramo-nos em meu gabinete e V. Ex<sup>a</sup>, então, combinou o encontro do Presidente Lula com o Presidente Itamar Franco, com Betinho, Dom Mauro Morelli. Disso resultou todo o Conselho de Segurança Alimentar, que hoje está representado, na sua continuidade no Ministério, pelo Programa Fome Zero.

Mas V. Ex<sup>a</sup>, em tantas oportunidades, tem conversado conosco, com a sua enorme experiência e conhecimento político, como uma pessoa cuja recomendação, agora, precisa ser por nós ouvida com a maior atenção.

Tenho certeza de que o Presidente Lula, os Ministros, os dirigentes do PT, o Presidente José Genóino e os nossos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante registrarão as recomendações de V. Ex<sup>a</sup>.

A Senadora Ideli Salvatti aqui falava também do Mercosul, dos acordos que o Brasil tem realizado, dava as boas-vindas e anunciava, como um fato alvissareiro – e aqui quero também fazê-lo – a eleição do Presidente Néstor Kirchner, hoje Governador de Santa Cruz, mas que, domingo próximo, dada a renúncia do Ex-Presidente Carlos Menem, que resolveu não mais disputar o segundo turno, já está proclamado Presidente. Tive a oportunidade de dialogar com ele na semana passada, na Embaixada da Argentina, e percebi as suas sinceras palavras a respeito do fortalecimento do Mercosul.

A propósito disso, dos cuidados que deveremos ter com a Alca em consonância com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 2003, de autoria do eminente Senador Aloizio Mercadante, que propugnam pela participação do Poder Legislativo na condução das negociações internacionais de forma mais efetiva e conseqüente, como de resto parece ser a tendência das democracias modernas, é que hoje, apresento um Projeto de Lei visando um mandato negociador.

A outorga pelo Congresso Nacional de um mandato negociador para a celebração, pelo Poder Executivo, de acordos internacionais na área do comércio atenderia a vários objetivos importantes. Primeiro, permitiria ao Congresso exercer com pleno conhecimento de causa e prerrogativa que lhe confere o art. 84, VIII, da Constituição Federal, de referendar ou não os acordos celebrados. Segundo, constituiria orientação segura para os negociadores brasileiros no que se refere ao interesse nacional. Um mandato especifica os interesses a defender e delimita o campo de atuação da equipe negociadora, contribuindo para que o seu trabalho seja, ao final, referendado pelo órgão outorgante. Ou seja, confere aos negociadores a segurança de estarem efetivamente defendendo os interesses do País. Terceiro, poria os negociadores e o próprio Poder Executivo ao abrigo de constrangimentos e de pressões indevidas por parte de outros parceiros nas negociações. Como é sabido, a existência de um mandato negociador é requisito indispensável para a participação e negociação das duas maiores potências comerciais do mundo: a União Européia e os Estados Unidos da América.

Hoje, antes de a União Européia negociar, seu Conselho especifica as diretrizes e normas que balizarão as negociações. Da mesma maneira, o Congresso norte-americano tem aprovado o denominado **fast track** ou a autoridade para o Poder Executivo negociar assuntos do maior interesse.

Assim, o projeto de lei que apresento nesta tarde ao Senado define os objetivos, métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais e possui os seguintes dispositivos:

Art. 1º A participação do Brasil, individual ou coletivamente, em negociações co-

merciais internacionais, quaisquer que sejam seu contexto, suas motivações originais, seu marco jurídico e seu estágio de evolução na data de entrada em vigor desta lei, orientar-se-á permanentemente pela utilização do comércio internacional como instrumento do desenvolvimento econômico e social do País.

Art 2º O referendo a que se refere o art. 84, VIII, da Constituição da República dependerá, em matéria de acordos comerciais, do estrito atendimento do disposto nesta Lei, com a persecução dos seguintes objetivos:

I – expandir de forma significativa mercados externos para a colocação de bens, a prestação de serviços, inclusive através da presença de pessoas físicas, e a realização de investimentos brasileiros;

II – competir com vantagem não só externa, mas também internamente, substituindo importações;

III – ampliar substancialmente a capacidade dos setores produtivos do País para gerar empregos;

IV – possibilitar, mediante o crescimento dinâmico das exportações, a adoção de uma política de insumos, bens de capital e tecnologia necessários, em níveis compatíveis com a manutenção de altas taxas de crescimento da economia;

V – modificar a composição da pauta das exportações para aumentar a participação de bens de mais alto valor agregado.

Art. 3º – A atuação brasileira em negociações comerciais internacionais visará como resultados imediatos:

I – definir claramente o escopo de cada processo negociador, mantendo no contexto das negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) os temas sistêmicos, tais como serviços, propriedade intelectual investimentos e compras governamentais, e restringido todas as negociações comerciais aos temas atinentes à redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias que dificultam acesso a mercados;

II – incluir necessariamente, em acordos comerciais de qualquer natureza cláusulas garantidoras da remoção de barreiras

tarifárias e não-tarifárias que impeçam a participação de produtos brasileiros em mercados externos;

III – assegurar a plena utilização da proteção que a legislação internacional do comércio, particularmente o art. XVIII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT 1994) concede à indústria nascente em países em desenvolvimento:

IV – assegurar que, em casos de dificuldades de balanço de pagamentos, países em desenvolvimento possam, de forma temporária e emergencial, adotar medidas protecionistas mediante a cooperação internacional que favoreça absorção maior das exportações daquele país;

V – assegurar a cabal aplicação ao Brasil, por parte dos países desenvolvidos participantes da negociação, de toda a legislação comercial internacional em prol dos países em desenvolvimento, em especial no concerne aos acordos da OMC sobre propriedade intelectual, sobre investimentos e compras governamentais relacionados à propriedade;

VI – garantir liberdade para o desenvolvimento, a absorção e a aplicação de tecnologias essenciais ao aumento da competitividade da economia nacional e à execução de políticas públicas em áreas estratégicas.

VII – assegurar a constante inclusão, na pauta de negociações comerciais internacionais pertinentes da necessidade de redução e extinção de subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas.

VIII – assegurar a aprovação de normas internacionais aptas ao combate à biopirataria, definindo formas de proteção de sua propriedade e de compensação adequada por sua utilização comercial.

IX – fortalecer os esquemas de integração regional de que o Brasil faça parte, em especial o Mercosul, inclusive por meio da definição e gradual introdução, em tais esquemas, de políticas comuns não apenas em matéria econômica, comercial e financeira, mas também em matéria de direitos sociais e de cidadania, com especial ênfase à garantia de uma renda mínima, ou uma renda básica de cidadania, e direitos de aposentadoria;

Se o Brasil instituir uma renda mínima, garantindo uma renda básica de cidadania, será importante que isso também seja considerado nos países do Mercosul e do restante da América do Sul, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Venezuela, Equador, Peru e outros. Aliás, foi esse um dos pontos que tanto conversei com o futuro Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, e também com o Presidente Jorge Batelle, do Uruguai.

X – incluir nas negociações comerciais internacionais a necessidade da adoção de compromissos impeditivos do emprego de condicionalidades alheias ao âmbito da negociação envolvendo áreas de financiamento internacional e política cambial;

XI – assegurar condições de adoção seletiva da prática comum de proteção adequada à indústria nacional;

XII – excluir concessões de setores sensíveis à importações, inclusive de tecnologia de ponta;

XIII – assegurar a inclusão nas pautas de negociações de compromissos que proibam e reprimam o comércio contra facções contra a troca de informações;

XIV – o aprimoramento da atuação do Governo brasileiro na defesa dos interesses nacionais nos sistemas de solução de controvérsias comerciais multilaterais garantindo a pronta cessação de medidas prejudiciais e ilegais, bem como a devida reparação pelos danos causados;

XV – garantir a exclusão das pautas de negociação de medidas restritivas ao discernimento jurídico do fluxo de capitais, bem como das questões atinentes à determinação do risco de agentes financeiros estrangeiros.

Art. 4º O Congresso Nacional, por meio de suas Comissões competentes e de missões especialmente designadas acompanhará as negociações comerciais e avaliará seus resultados parciais e finais, convocando membros do Poder Executivo e representantes da iniciativa privada facilitando a tomada de decisões e formulações de novas políticas. A avaliação aqui estipulada far-se-á obrigatoriamente antes da firma de todo e qualquer acordo, independentemente de sua natureza ou abrangência.

Portanto, iremos aprovar antecipadamente os acordos firmados pelo Governo brasileiro.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua promulgação.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Exª per-mite-me um aparte?

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Pois não, Exª.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, fico muito feliz que tenhamos agora um balizamento da nossa relação, mas eu queria pedir ao nobre Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que estudasse um pouco mais o que pode ser feito. Lembro a V. Exª, que foi membro da Comissão de Assuntos Econômicos, que fizemos um estudo sobre todos os últimos acordos – oleaginosas, Hilton Beef – e procuramos analisar o desempenho do Brasil. Porém, ficamos muito decepcionados. Por exemplo, no acordo sobre aves, verificamos que perdemos quotas até para Cingapura, que nem fazia parte do acordo. Perdemos espaço em algumas áreas. Senador Eduardo Suplicy, convidamos os países árabes porque, ao apreciarmos a pauta, percebemos que há assuntos que merecem uma reflexão. Por exemplo, no ano passado, compramos da Argélia US\$1 bilhão de petróleo e vendemos apenas US\$40 milhões. Quem compra US\$1 bilhão em **cash** tem o direito de vender muito mais. No entanto, compramos o petróleo por intermédio de um **broker** de Londres que deve ter vendido o produto para a Argélia por alguns milhões de dólares. Deixamos de obter lucro porque a Petrobras queria ganhar 0,001 no preço do petróleo. É mais barato o Brasil pagar para a Petrobras o que ela deixa de receber e vender US\$1 bilhão ou US\$700 milhões. Ontem, estivemos com o Embaixador do Irã para a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Irã. Nesse caso, ocorre uma inversão. O Irã compra do Brasil US\$1 bilhão e nós compramos daquele país apenas US\$40 milhões. A situação está desconfortável para o Irã. Esse fato repete-se com Marrocos, Tunísia e com outros países. Em alguns países, como é o caso de Taiwan, que reconhecemos comercial, mas não diplomaticamente, situado próximo da China, cuja população é de 22 milhões de pessoas, tem US\$900 bilhões aplicados no mundo e US\$110 bilhões em **cash** para aplicar em investimentos. Entretanto, para que seus habitantes possam vir ao Brasil, é necessário tirar um **laissez-passé** – é preciso quinze dias para obtê-lo –, que é recolhido pela Polícia Federal quando saem do País. Para vir novamente, precisam tirar outro. Levamos ao Itama-

raty um projeto de nossa autoria – que foi aprovado – de um **laissez-passé** com fitinhas destacáveis que permitiria dez saídas do País – queríamos que fossem vinte –, mas a Polícia Federal não teve dinheiro para imprimi-lo. É uma lástima que um país que tem US\$110 bilhões e o afã de investir no Brasil não consiga fazê-lo. Compareci a uma reunião hoje em que estavam presentes a Presidência e a Diretoria da Varig e fiquei estarecido ao saber que os japoneses, para virem fazer turismo no Brasil, precisam preencher um formulário de muitas páginas, pagar US\$120 e satisfazer inúmeras exigências. Poderíamos organizar um grupo para fazer **brainstorm** entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Assuntos Econômicos, onde temos um acervo sobre o assunto, a fim de verificarmos que entraves o Congresso poderia tirar da legislação a fim de desburocratizar. Este País precisa andar, trazer investimentos, ter relações comerciais com países que não têm cota. Sei da operosidade de V. Ex<sup>a</sup>. Por essa razão, ousou fazer essa proposta. Como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, estou disposto a participar desse **brainstorm** para que juntos possamos tirar esses entraves que atrapalham o andamento da nossa economia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Ney Suassuna, V. Ex<sup>a</sup> tem se empenhado para que o Senado Federal, por meio de suas Comissões, inclusive a Comissão de Assuntos Econômicos, que presidiu, seja um fator catalisador da melhoria da presença brasileira e da realização e expansão de comércio internacional com os mais diversos países.

As sugestões de V. Ex<sup>a</sup> são todas pertinentes e vamos levá-las, sim, em consideração, inclusive como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Desde o início de nossos trabalhos neste ano legislativo, sobretudo nos últimos meses, temos argüido dezenas de indicados para as embaixadas. Hoje ouvimos o embaixador Marcelo Carneiro, que vai para o Canadá. Creio que seja o último de uma seqüência. Agora teremos mais liberdade para promover simpósios, ouvir autoridades e acompanhar mais de perto os esforços negociadores das autoridades brasileiras perante o Mercosul, assim como os debates sobre a Alca e a OMC, além de tomar providências para facilitar a aproximação com outros países e minorar o desequilíbrio, como mencionado por V. Ex<sup>a</sup>, com o Irã, com o Marrocos, e assim por diante.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> permite-me fazer uma complementação, nobre Senador? No dia 27 irei à Ucrânia e devo voltar pela Líbia.

Essa viagem é resultado daquela ação da Comissão de Assuntos Econômico. O Presidente Lula pediu-me que levasse uma carta ao Presidente da Líbia. Estou acompanhando o Ministro da Tecnologia à Ucrânia. Estive recentemente nos Estados Unidos e percebi que todos os Senadores acompanham grupos de empresários, o que facilita as negociações. Talvez pudessemos promover esse entrosamento entre as duas Comissões de forma a que houvesse participação mais ativa do Senado nessas investidas para abrir comércio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Sr. Presidente, ontem, o Ministro Ricardo Berzoini divulgou a lista dos vinte maiores devedores do INSS. Acredito que seria importante registrar essa relação nos Anais do Senado porque tornar transparente os maiores devedores tem o propósito de chamar a atenção dessas instituições, das empresas e até do Poder Público, para que cumpram com seus compromissos e ajudem, assim, a equilibrar as finanças para solucionar o problema previdenciário brasileiro.

Por esta razão, leio aqui a lista dos vinte e oito maiores devedores.

- 1) Transbrasil com R\$408.961.727,05;
- 2) Município de Campinas Prefeitura Municipal com R\$402.835.156,30;
- 3) Varig S/A Viação Aérea Rio-Grandense com R\$373.190.857,48;
- 4) Encol S. A Engenharia Comercial e Indústria com R\$325.375.930,63;
- 5) Associação Sulina de Crédito e Assistência com R\$255.933.527,65;
- 6) Viação Aérea São Paulo com R\$253.974.760,50;
- 7) Caixa Econômica Federal com R\$253.734.750,29;
- 8) Fundação Educacional do Distrito Federal – em extinção com R\$252.821.344,58;
- 9) Estado de Santa Catarina – Secretaria de Educação com R\$229.205.902,89;
- 10) Cobrasma S. A. com R\$212.978.505,86;
- 11) Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado com R\$194.434.373,61
- 12) Companhia Docas do Estado de São Paulo com R\$185.30.286,09;
- 13) Massa Falida de Bloch Editores S/A com R\$ 178.458.947,92;
- 14) Cia. Estadual de Águas e Esgotos com R\$166.636.120,26;
- 15) Município de Manaus – Prefeitura Municipal com R\$161.129.994,78;

- 16) Ebid Editora Páginas Amarelas Ltda com R\$157.127.951,12;
- 17) CR Almeida S. A. Engenharia e Construções com R\$152.403.061,67;
- 18) Telesp – Telecomunicações de São Paulo S/A com R\$143.807.055,91;
- 19) Cia. De Abastecimento D'Água e Saneamento R\$141.716.362,12;
- 20) Estado de Roraima com R\$123.596.195,64;
- 21) SEG Serviços Especiais de Seg. e Transportes com R\$121.772.277,92;
- 22) Petrobras Petróleo Brasileiro S/A com R\$116.971.331,45;
- 23) Banco do Estado do Rio de Janeiro, em liquidação com R\$115.985.966,80;
- 24) Fundação Universidade de Passo Fundo com R\$115.740.639,91;
- 25) Banco do Estado de São Paulo S/A com R\$107.207.231,67;
- 26) Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização com R\$104.726.437,44;
- 27) Cia. Vale do Rio Doce com R\$102.76.867,70;
- 28) Cia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb com R\$101.086.930,04.

Eu gostaria de juntar o meu apelo para que essas instituições acertem logo as suas contas com o INSS.

Quero também juntar minha voz à de todos aqueles que prestaram homenagem ao eminente jurista e escritor Raymundo Faoro, falecido em virtude de enfisema pulmonar e que hoje está sendo enterrado no cemitério São João Batista. Autor de Os Donos do Poder, de Machado de Assis – A Pirâmide e o Trapézio, foi também um dos principais colaboradores de Carta Capital para o qual sempre contribuiu com artigos brilhantes de análise da história do Partido dos Trabalhadores e da história do Presidente Lula. Fez a publicação CartaCapital, juntamente com Mino Carta e outros, manifestar-se favoravelmente à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Defendeu, durante o Governo João Figueiredo, ampla anistia e retorno dos exilados políticos.

A casa dele em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, transformou-se em local de reuniões políticas, que contaram com a presença de Tancredo Neves, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A sua obra clássica, que trata da formação do patronato político brasileiro, traz uma importante reflexão sobre a nossa sociedade e a apropriação do Poder Público, como se fosse um poder privado;

Ele, que se tornou um imortal na Academia Brasileira de Letras, recebeu os prêmios José Veríssimo, Moinho Santista, Fernando Azevedo e Gilberto Freire e obteve a medalha Teixeira de Freitas, do Instituto dos Advogados do Brasil. Foi um dos maiores defensores da democracia e dos direitos humanos da História do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra, como Líder do meu partido, e o farei em três minutos, porque sei que o horário está avançado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – De acordo com o que estabelece o Regimento Interno, os Líderes têm o uso da palavra franqueado, assim que o peçam.

Portanto, Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, como Líder, por vinte minutos, já que terminou a Ordem do Dia, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, b, do Regimento Interno. Contando com a colaboração de s. Ex<sup>a</sup>, uma vez que já são dezoito horas e vinte minutos. Há poucos minutos de sessão e ainda devemos ouvir os nobres Senadores João Capiberibe, Ney Suassuna e Pedro Simon, entre outros que ainda pretendem usar da palavra.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Essa parte de ter que ficar em pé eu não sabia; mais alguns meses e aprendo.

Mesmo que me empolgue, serei breve, pois preciso pegar o avião. Com respeito ao Senador João Capiberibe, gostaria de dizer ao Procurador Federal de seu Estado – que veio a público denegrir a CPI do Narcotráfico, dizendo que em seu Estado não há tráfico de drogas – que há, sim. Não sei qual o interesse em atingir uma CPI que prestou ao País um dos mais dignos serviços de mapeamento da criminalidade. E quero dizer que o ex-Governador João Capiberibe,

hoje Senador, contribuiu muito para que o Estado tivesse esse mapeamento; e pagou um preço alto, mas teve na CPI do Narcotráfico uma parceira.

E quero dizer ao Procurador que suas declarações fazem muito mal à saúde da Nação e da sociedade. Se alguém as gravou, eu gostaria de tê-las, já que esse não é o papel de um Procurador. O papel de um Procurador é lutar pelos interesses do coletivo.

Nesta hora, Sr. Presidente, minha fala é concernente à violência que campeia no nosso País, mais uma vez.

Ontem, fui a um evento das agências de viagem do Brasil, responsáveis pela movimentação turística do nosso País, que, aliás, vai muito mal, e tive uma informação de que a Argentina, vivendo a sua grande crise – com pannels nas ruas, nas praças públicas, com bancos fechados –, cresceu 15% no turismo. Só Buenos Aires recebeu mais turistas do que o Brasil.

Na movimentação de ontem havia boas perspectivas para o turismo, até porque precisou um operário se tornar Presidente da República para ter a sensibilidade de entender que o Brasil já precisava de um Ministério do Turismo. As nossas praias, as nossas riquezas culturais e geográficas, a nossa história, os nossos mares, as nossas montanhas, as nossas cachoeiras, as nossas quedas d'água, o nosso lindo interior. É muito triste saber que, do ponto de vista turístico, o Brasil é o segredo mais bem guardado do mundo, e o meu Estado, Espírito Santo, é o segredo mais bem guardado do Brasil.

Discutiram muitos assuntos: tratar bem o turista, investir no turismo, gerando milhares de empregos. Que coisa boa! Até porque entendo que o turismo deveria ser a maior indústria deste País. E é propósito do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando colocou naquela Pasta um homem competente, descendente, meu amigo, Walfrido Mares Guia, gerar emprego, honra, dignidade e fazer do turismo a maior indústria do País. Falaram tanta coisa, mas se esqueceram de dizer que o turismo só vai crescer no País quando acabarmos com a violência.

Lembro-me de que, em 1987, estudei na Universidade Hebraica de Jerusalém, ganhei uma bolsa, e loucamente saí do Brasil com US\$40 no bolso. Todo domingo, eu cantava em frente ao túmulo de Jesus, porque lá o pessoal joga moeda nos pés de quem canta na rua, e eu recolhia as moedas para poder comer durante a semana.

Todo mundo que via o brasileiro falava: futebol, Pelé, Romário e samba. Hoje, samba, futebol e bala.

Com a violência que temos no País, o turismo não tem futuro. Estamos estampados, nos melhores e maiores jornais do mundo e nas revistas, como um país extremamente violento. O Estado de Direito foi sobrepujado, humilhado pelo estado criminoso, e não tomamos nenhuma medida concreta com relação a isso.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que formalizei uma proposta ao Ministro Thomaz Bastos, esse homem respeitável, esse advogado por quem tenho a maior admiração e o maior carinho pessoal. Não temos mais de 60 indivíduos perigosos neste País, que estão mapeados e a grande maioria presa, comandando esse bonde da violência, contra a integridade física do povo brasileiro, da nossa sociedade. O Rio de Janeiro vive seu grande sofrimento, sua angústia, e também São Paulo.

Ora, eu disse ao Ministro: a Papuda, o presídio de Brasília, tem seis celas de segurança máxima. Aliás, Sr. Presidente, estive na Itália, e quando falamos que vamos construir presídios de segurança máxima, eles riem de nós. Perguntaram-me se existe algum presídio que não seja de segurança máxima. Porque os nossos não são.

Existem algumas celas de segurança máxima no interior de São Paulo e também no Acre. Dividem-se os marginais por essas celas de segurança máxima, faz-se um monitoramento eletrônico. Eu disse ao Ministro: faça um mapeamento, separe os 300 melhores homens da Polícia Federal. E por uma medida provisória, o Presidente Lula chama 300 pessoas que foram para a aposentadoria quando o Presidente Fernando Henrique disse que iria fazer a reforma da Previdência e não fez. Traga-os para dentro e, na mesma medida provisória, acrescente 40% ao salário dos aposentados, que virão de volta à ativa para igualar ao salário dos que estão na ativa, e dobre o salário daqueles que serão 300 homens especiais de guarda de presídio.

Sr. Presidente, quero reafirmar que o problema não é Fernandinho Beira-Mar – aliás, cada viagem sua custa quase R\$300 mil –, o problema é o salvo-conduto. Esses homens, separados em celas monitoradas de segurança, com a polícia federal entrando e saindo encapuzada tomando conta deles, garanto-lhe que a violência será imediatamente arrefecida no País, porque o bonde perderá a sua ligação. O problema é o salvo-conduto, é quem está do lado de fora da cela; o problema é a guarda penitenciária, é a Polícia, a corrupção policial. É com isso que temos de tratar.

Não vamos arrefecer a violência dando dinheiro aos Estados. O dinheiro é muito bem-into, mas não

vamos arrefecer a violência, comprando carro e revolver 38 para a Polícia. Acho que estamos brincando.

Quero dizer ao meu amigo Valfredo Maresia que o seu grande pedido ao Presidente da República, a sua grande luta, não é arrumar dinheiro para o turismo, é brigar para que tenhamos segurança no Brasil, porque sem segurança, o pouquinho de turismo que tínhamos aqui vai acabar. Ninguém quer andar no Rio de Janeiro e em São Paulo, ninguém quer andar pelo nordeste do Brasil com bala perdida cruzando pelo ouvido, correndo risco de não voltar para sua casa. Precisamos é de segurança. O maior investimento deste País é na segurança. É disso exatamente que necessitamos.

Por isso, Sr. Presidente, formalizei essa proposta, coloquei-a no papel e a mandei para o nosso Ministro da Justiça. E estou esperando uma resposta, assim como toda a sociedade brasileira.

Votamos, agora, um projeto em que o exame criminológico foi aprovado, mas vamos trabalhar para derrubá-lo. Conversei com nosso Senador Pedro Simon, um dos homens mais respeitados desta Nação – patrimônio moral. S. Ex<sup>a</sup> quer discutir de perto essa questão, porque entende, como eu, que o que passou na nossa subcomissão deve cair no plenário da Comissão, senão no plenário desta Casa. Porque, na hora em que banirmos o exame criminológico, estaremos cometendo crime contra a sociedade, porque vamos colocar mais de 16 mil presidiários na rua, para conviver com a sociedade que paga impostos, com o cidadão de bem, que recolhe seus impostos, que quer criar sua família. E o Poder Público, para desocupar as cadeias, para diminuir a população carcerária, em vez de construir presídios de segurança máxima, o que está fazendo? Criando mecanismos numa lei que já é um mosaico ruim, para resolver problemas de cadeia, e a sociedade vai pagar por isso. Quantos serão soltos no seu Estado, Sr. Presidente? Quantos serão mandados para as ruas em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos próximos sessenta dias, se essa lei for aprovada? O senhor que está me vendo em casa, estudante de Direito, você que estuda à noite, que trabalha, que pega ônibus, que vai ao ponto de ônibus – aliás, só pensa diferente disso quem nunca pegou ônibus, quem nunca foi ao ponto de ônibus, pois quem tem de andar de ônibus, quem tem de andar à noite, quem trabalha, quem é assalariado não raciocina dessa forma –, todos vocês vão conviver com 16 milhões de presidiários, colocados imediatamente nas ruas. Os advogados dessa gente estão morrendo de rir! Isso precisa cair na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E se não cair lá, terá de cair aqui, porque a sociedade brasileira precisa de segurança.

Estou encerrando, Sr. Presidente, com vontade de rir. Quanto mais os caras endurecem o jogo lá den-

tro, nós nos reunimos aqui para fazer lei frouxa para oferecer à sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe.

Senador João Capiberibe, apenas antes de V. Ex<sup>a</sup> começar, a fim de atender ao Senador Ney Suassuna e a um requerimento que será lido de autoria do Senador Pedro Simon, a Mesa prorroga a sessão por mais 10 minutos, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que encontre a forma de a Mesa atender também os nobres Pares que desejam fazer uso da palavra.

A Mesa agradece a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, nos últimos dias, tenho ouvido críticas incessantes à tentativa do Governo Lula de melhorar a arrecadação de tributos. Algumas sugestões, algumas propostas, estão surgindo na agenda de discussão. Entre outras, há a criação de uma alíquota para o Imposto de Renda e, evidentemente, a taxação do lucro líquido das empresas.

Ora, eu vivi muitos anos fora do Brasil e nos países do Norte, nos países desenvolvidos, nos países ricos, o instrumento fiscal é usado para equilibrar a distribuição de renda. Com alíquotas diferenciadas, os que ganham mais pagam mais, os que ganham menos pagam menos. Tudo isso para poder equilibrar a distribuição da renda nessas sociedades.

No Brasil isso nunca aconteceu. A alíquota maior, em nosso País, é de 27,5%. Agora, o Governo propõe sua ampliação para 35%. Tal possibilidade está criando resistências nesta Casa sob o fundamento de que se vai ampliar a carga tributária, o que é verdade. No entanto, a carga tributária deste País, além de ser alta, é mal distribuída. Os pobres no Brasil pagam mais impostos do que os ricos. É evidente que ninguém quer ampliar a carga tributária, até porque uma parcela significativa – segundo me declarou o ex-Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e isso me foi dito em 1999 –, nos últimos dez anos, de 1991 a 1999, teve ampliada a sua carga tributária e toda ela destinada a custear as novas prefeituras, as novas câmaras de vereadores, o Judiciário, o Legislativo. Portanto, não sobrou nenhum centavo para investimentos.

A minha preocupação é exatamente porque a ampliação da carga tributária não tem dado retorno à população pobre. E, nos últimos anos, vimos o crescimento assustador dessa carga tributária; por isso o Governo Lula tem tido uma grande preocupação de

não ampliá-la mais, mas, sim, de criar mecanismos de compensação.

Concordo plenamente que os que ganham mais têm que pagar mais. Se criarmos uma nova alíquota de 35,5%, como pretende o Governo, haverá necessidade de se reduzir as alíquotas de baixo; reduzem-se as de baixo, ampliam-se as de cima, para fazer justiça social com o instrumento fiscal, que é eficiente.

Portanto, Sr. Presidente, teria que fazer um balanço mais aprofundado da questão, mas, considerando o tempo e que amanhã estaremos aqui, uma vez que teremos **quorum**, porque não admito uma semana de três dias – Deus criou o mundo em sete dias, portanto, a semana tem que ter pelo menos seis de trabalho –, então estaremos aqui e poderemos aprofundar essa discussão do uso de instrumento fiscal para encurtar o fosso entre pobres e ricos no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, devido principalmente à ingerência – e vejam, como Vice-Líder eu até poderia fazer o mesmo, mas são tantos os Líderes que pedem que a Ordem do Dia termina sendo muito tumultuada, então não fizemos – é que preferimos seguir a linha de inscrições democraticamente.

Eu ia fazer um discurso sobre Refis – Programa de Recuperação Fiscal –, fazendo inúmeras considerações. Tendo em vista o curto prazo, mudo e faço uma comunicação a todo o Senado Federal do que estamos pleiteando fazer nesta Casa, criando a Bancada do Nordeste como um movimento harmônico e coordenado. Pediremos a cada Estado que faça a indicação de um membro permanente na comissão desse movimento e faremos as reuniões plenas com todos os Parlamentares e as de trabalho com um membro de cada Estado.

Isso, Senador Mão Santa, porque os instrumentos de que dispomos, como Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste – e Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –, que estão até coexistindo – mas já se cria um novo órgão há um ano e meio, por que não dizer há mais de um ano e meio – não estão funcionando. Quando Ministro, implantamos a Adene a grandes custos, mas não veio o dinheiro que, pela Constituição, tinha que estar lá, dos fundos.

A última vez em que foi retirado dinheiro para esse fim, nós tínhamos direito a R\$140 milhões, mas só recebemos R\$50 milhões, que, mal chegaram, o Banco do Nordeste do Brasil já tirou a parte dele, porque recebe 3% do fundo, que, presumivelmente, teria

R\$9 bilhões, mas é nominal, pois não tem nem R\$4 bilhões, porque não valem os R\$4 bilhões. Pagamos 3% sobre isso.

Então, vejam, Srs. Senadores do Nordeste, que incoerência. Precisamos fazer funcionar a Sudene ou o que quer que seja. O Norte tem sua agência, o Centro-Oeste almeja, mas a nossa não está funcionando, é como se não a tivéssemos. Por essa razão, criaremos esse movimento. Estou indo à Paraíba neste final de semana e por isso discordo do meu caro e querido amigo Senador que me antecedeu, por uma razão simples: porque saímos daqui e vamos trabalhar no nosso Estado. Vou hoje à noite ao meu Estado para lá lançar também um movimento, o da transposição das águas, seja do Rio Tocantins, seja do Rio São Francisco ou de qual for, mas é preciso que essa ação humanitária ocorra, a luta humanitária no Nordeste.

Se Deus quiser, neste fórum, que vamos criar informalmente funcionando aqui com a Bahia, com Pernambuco, com a Paraíba, com o Piauí, com todos os Estados, haveremos de fazer uma correlação de forças maior, de forma a fazer com que o Nordeste, que não tem há mais de um ano e meio seu instrumento de desenvolvimento, volte a ter a atuação da Sudene.

Quando Ministro, fiquei consternado de ver que não conseguíamos fazer o dinheiro que a Constituição nos dava chegar aos cofres do Banco do Nordeste. Desde que saí, há muito tempo, não chegou nenhum dinheiro novo. É uma pena que o nosso Nordeste seja tratado dessa forma. Por isso, precisamos organizar-nos e pressionar para que realmente funcione.

Era essa nossa colocação. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa agradece a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna, por ter seguido a lista de oradores e ter colaborado com os trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Jorge.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 354, DE 2003**

**Requer a inserção em Ata de Voto de pesar pelo falecimento do Jurista e Escritor, Raymundo Faoro.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal. Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta data, do ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e

Membro da Academia Brasileira de Letras, o Jurista e Escritor, Raymundo Faoro.

### Justificação

Acaba de falecer, no Rio de Janeiro, um dos maiores Juristas de nosso País, e um dos mais competentes Escritores. A História do Brasil deverá inscrever o seu nome como um dos mais competentes defensores da democracia e dos direitos políticos.

Raymundo Faoro nasceu em Vacaria, Rio Grande do Sul, em 27 de abril de 1925. Filho de agricultores, mudou-se para a cidade de Caçador (SC), já em 1930, acompanhando a família. Ali, fez o curso secundário, no Colégio Aurora.

Em 1948, formou-se em Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dali se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1951, onde dedicou-se à advocacia. Admitido, por concurso público, na Procuradoria do Estado, ali veio a se aposentar.

Em 23 de novembro de 2000, foi eleito para a cadeira nº 6 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Barbosa Lima Sobrinho, sendo ali recebido por outro grande jurista e escritor, Evandro Lins e Silva, recentemente falecido.

Presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil, no período de 1977 a 1979, tendo sido um dos mais importantes dirigentes dessa entidade, especialmente pelo fato de ter exercido o cargo, num período obscuro de nossa política.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003. – Senador **Pedro Simon**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa encaminhará o voto de pesar.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Romero Jucá e a Srª Senadora Patrícia Saboya Gomes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

### MENOS MARKETING, MAIS AÇÃO

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, na semana passada, referi-me neste plenário ao anúncio do lançamento, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de um programa desenvolvimentista para a região amazônica. Seria na sexta-feira, mas, a julgar pelo que houve ali, tudo não passou de uma visita do chefe do Governo àquela área.

Pelo que veicularam aqui alguns nobres representantes da base política de apoio ao Governo, concluo que o Presidente, na verdade, ficou na intenção, pedindo um calendário e um plano para elaboração de um programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Conforta constatar que, se é assim e se o futuro plano de desenvolvimento tiver seus fundamentos em experiências anteriores, isto é, ocorridas ao longo do período do Governo Fernando Henrique Cardoso, é possível que, dessas intenções, por enquanto muito mais uma estratégia de **marketing**, resulte de fato um programa fadado ao êxito. Estamos torcendo para isso.

Não somos, absolutamente, contrários a qualquer plano em favor da Amazônia, que, sem dúvida, favorece o próprio Brasil.

Só que, por enquanto, estamos na base do palavreado, algo como “construir um modelo de desenvolvimento diferente, diversificado e múltiplo”. Não são, por acaso, estereótipos, por meio dos quais, volta e meia, o atual Governo procura apregoar intentos?

Já seria tempo de o Presidente, em quem confio, se lançar mais decisivamente à ação, deixando de lado a onda marqueteira, que não vai além do ponto onde o vento encosta a folha seca. Pode ser que a onda marqueteira seja a *quarta onda* ou a *quinta onda*. Mas não vai passar disso. Pura onda.

Já não teria chegado o momento de o Governo anunciar ações concretas?

Ainda há pouco, na segunda-feira, o nobre Senador Mão Santa alertou o Ministro dos Transportes quanto à precariedade das rodovias, que, do começo do ano para cá, se tornaram praticamente intransitáveis em quase todo o País. O ilustre Senador piauiense assinalou que “a fome que o Piauí tem hoje é de desenvolvimento, de obras concretas”. Ele acrescentou que seu Estado está cansado de servir de **marketing** para a *generosidade do Governo*, como corre em Guaribas e em Acauã, onde se iniciou o chamado Fome Zero.

Se não bastasse esse brado, outro piauiense, o Senador Alberto Silva, em aparte, prometeu consultar seu partido, o PMDB, para solicitar uma audiência ao Presidente da República e cobrar a recuperação das estradas.

Volto à Amazônia. E vejo que, na sua visita do final da semana, ao Acre, o Presidente Lula seguiu à risca o modelo do mais moderno **marketing**. Sempre se diz que, para protelar alguma coisa, por não se ter nada de concreto, basta inventar uma reunião ou assinar meia dúzia de protocolos de intenções.

Protocolos assim não faltaram. Foram assinados três deles, denominados “acordos de cooperação”, firmados com os governadores dos Estados do Acre, do Amazonas, do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

Não conhecemos o texto desses acordos – e até gostaríamos de conhecê-los, para uma análise mais profunda –, mas, a julgar pelo que foi divulgado, não faltaram intenções, como a criação na Amazônia de

*assentamentos florestais, de um modelo de reforma agrária específico para a região, visando preservar o meio ambiente e explorar racionalmente os recursos naturais típicos dos Estados.*

Não faltou também algo como a *transformação(?)* do Banco da Amazônia num instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, como se não fosse essa a sua missão...

Mais um protocolo: para criar o Programa de *Desenvolvimento Sustentável da Amazônia*.

O atual Governo vem sendo um excelente aprendiz de **marketing**, lançando, a toda hora, frases e frases ao vento, para que fiquem a devanear ao léu.

Uma frase é uma frase e pode até agradar, mas seus efeitos não duram mais do que o tempo de vida do ar posto artificialmente.

Nessa semana, a frase, lá no Norte, foi: “É o fim da era do país pensado a partir de Brasília”. Que tal pensar menos e realizar mais?

Até quando vamos continuar assistindo a tanto **marketing**?

Temos algumas verdades sobre a Amazônia, que sabemos ser uma região estratégica para o Brasil. Por isso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que entendeu bem essa realidade, cuidou de implantar naquela área uma infra-estrutura capaz de, aí sim, servir de suporte para projetos e programas de desenvolvimento. Cito, por exemplo, o Sistema SIVAM, de alcance indiscutível como projeto de significação para a Amazônia e o Brasil – estratégico e necessário.

É uma pena que o atual Governo não aproveite bem, de uma vez para sempre, essa boa infra-estrutura herdada do período FHC, em vez de ficar ao vento, na suposição de que as bolhas sejam permanentes e o **marketing** duradouro.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chegou às minhas mãos, recentemente, uma obra da maior importância para a compreensão da economia brasileira nos últimos cinquenta anos. Trata-se do livro intitulado **A Promoção do Desenvolvimento**: os 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste.

A coordenação do volume ficou a cargo de João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, ambos dirigentes do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) e do Fórum Nacional, em cujo âmbito realizou-se, em setembro último, o Seminário Especial que deu origem à obra em questão.

É de se louvar a iniciativa de celebrar o cinquentenário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste, duas das instituições mais importantes de nossa his-

tória, com um ciclo de palestras proferidas por políticos, estudiosos e técnicos da mais alta qualificação. Pronunciaram-se, entre outros, o embaixador Sérgio Amaral, então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Eleazar de Carvalho Filho, que na ocasião presidia o BNDES; e Byron Costa de Queiroz, então presidente do Banco do Nordeste.

As falas dos palestrantes foram convertidas em textos e reunidas na obra de que ora tratamos. São artigos de grande profundidade, em que se resgata a história, se analisa o presente e se vislumbra o futuro dos dois grandes bancos de desenvolvimento de nosso País.

E “desenvolvimento” não poderia deixar de ser a palavra-chave do livro, o principal conceito a permear as exposições de todos os participantes do Seminário Especial.

Tomemos, em primeiro lugar, o caso do BNDES. Nos cinquenta anos que se passaram desde sua criação em 20 de junho de 1952, o BNDES vem protagonizando a implantação de políticas econômicas e sociais de alcance nacional, com atuação destacada em momentos históricos cruciais para nosso desenvolvimento.

Surgido na segunda gestão de Getúlio Vargas, o BNDE – então ainda não havia o adjetivo “Social” no nome do Banco, só acrescentado em 1982 – passou a assumir posição destacada no governo de Juscelino Kubitschek. O banco exerceu papel fundamental na formulação e na implantação do Plano de Metas de JK, que buscava acelerar o desenvolvimento e a industrialização brasileiros por meio de um plano quinquenal de investimentos.

A partir de 1956, os recursos de que o BNDE dispunha elevaram-se significativamente. Os investimentos, que até 1955 concentravam-se nos setores ferroviário e elétrico, deslocaram-se para as indústrias básicas, em especial as indústrias siderúrgica e automobilística. O fato de o Plano de Metas ter atingido seus principais objetivos diz muito da competência com que foram tocados os investimentos sob responsabilidade do BNDE.

O segundo grande momento vivido pelo banco ocorreu nos anos 70, no esteio do chamado “milagre econômico” e do lançamento do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PND). Os principais objetivos do 2º PND consistiam em manter crescentes os gastos com investimentos e sustentar taxas elevadas de crescimento do PIB.

Pela segunda vez em nossa história, o governo federal bancava um plano nacional de desenvolvimento, e mais uma vez o BNDE foi o principal instrumento de alocação de recursos para os setores prioritários. O valor dos projetos aprovados pelo banco en-

tre 1974 e 1978 aumentou cinco vezes em relação ao quinquênio anterior.

Se, durante a implantação do Plano de Metas, os investimentos se concentraram nas indústrias básicas, no período do milagre e do PND, os recursos do BNDE foram direcionados para a indústria de transformação e, após a primeira crise do petróleo, para a produção de bens comercializáveis internacionalmente, numa tentativa de impulsionar as exportações e substituir as importações.

O terceiro momento em que a atuação do BNDES se destacou ocorreu nos anos 90, quando da reestruturação da administração pública brasileira. O banco exerceu papel preponderante na abertura da economia e no processo de privatização das estatais. Os desafios impostos pela globalização à nossa economia foram combatidos com afinco pelo BNDES, cujo corpo técnico demonstrou extrema competência ao adequar o Brasil às modernas tendências da economia mundial.

Tendo o BNDES enfrentado a contento os desafios impostos anteriormente pela necessidade de desenvolvimento, fica a questão: quais são os desafios que se impõem ao banco no contexto atual? Essa pergunta é respondida no artigo assinado por Cláudio Frischtak e Marco Antonio F.H. Cavalcanti, que destacam dois desafios: a retomada do crescimento sustentado e a geração de emprego; e melhorias na *qualidade* do desenvolvimento – em outras palavras, um desenvolvimento que contemple incrementos na qualidade de vida da população, demonstre preocupações ecológicas e combata a indigência e a pobreza absoluta. Ou seja: a partir de agora, o desenvolvimento *social* merecerá o mesmo destaque dedicado ao desenvolvimento *econômico*.

A exemplo do BNDES, o Banco do Nordeste também passou, ao longo de seus cinquenta anos, por períodos de maior e de menor atividade. Não obstante, consolidou-se como um dos principais agentes de desenvolvimento da região, preservando, nas palavras de Byron Queiroz, a credibilidade das instituições regionais.

O primeiro período de atividade intensa do Banco do Nordeste ocorreu nos anos 60, quando a instituição apoiou financeiramente importantes obras de infra-estrutura na região nordestina nas áreas de saneamento, eletrificação, telecomunicações e sistema viário. Nos anos 70, foi a vez de priorizar a modernização e expansão de importantes núcleos produtivos, como os setores têxtil, agroindustrial e metal-mecânico.

A partir da segunda metade dos anos 90, o Banco do Nordeste voltou sua atenção para as micro, pequenas e médias empresas, buscando valorizar ainda mais sua presença na região. A instituição vem im-

plementando novas linhas de ação, com o intuito de promover o desenvolvimento local e a expansão do mercado dessas empresas.

Esses são apenas alguns dos muitos dados e análises encontrados na obra em tela. Há que se destacar, ainda, o riquíssimo artigo de Roberto Cavalcanti de Albuquerque, intitulado “Bases de uma nova estratégia de desenvolvimento do Nordeste”. É um dos estudos mais completos e abrangentes sobre a economia nordestina que já teve oportunidade de conhecer. Segundo o autor, o caminho a ser trilhado pela região nordestina é duplo: a integração do Nordeste às economias nacional e internacional só se viabilizará “por maior intensificação tanto das exportações e importações do Nordeste para o exterior quanto de seu comércio com as outras grandes regiões do país. E deverá conferir, nos dois casos, grande ênfase à promoção de exportações”.

A relevância do estudo de Roberto Cavalcanti de Albuquerque foi reconhecida de imediato pelos demais participantes do seminário. José de Freitas Mascarenhas, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, sugeriu, inclusive, que o trabalho de Albuquerque seja, daqui em diante, o documento base de todas as discussões sobre o desenvolvimento socioeconômico da região nordestina.

A obra **A Promoção do Desenvolvimento**: os 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste fornece, portanto, um importante panorama da história e das perspectivas dessas duas instituições que tanto ajudaram a expandir nossa economia e diminuir nossas desigualdades sociais. De quebra, estudos como o de Roberto Cavalcanti de Albuquerque nos ajudam a entender melhor o Brasil e a estabelecer as reais necessidades de investimento requeridas em cada região.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (PPS – CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo, mais uma vez, esta tribuna com o firme propósito de chamar a atenção para um grave problema, que tem afetado a qualidade de vida de milhares de crianças e adolescentes brasileiros. Refiro-me ao Trabalho Infantil Doméstico – uma prática historicamente aceita no nosso País.

Se na última década conseguimos avançar bastante na luta contra o trabalho infantil, com a adoção de programas sociais voltados para a educação, como o PETI e o Bolsa-Escola, o mesmo não podemos dizer em relação às atividades realizadas por meninos e meninas em casas de família.

Essa forma de trabalho infantil permanece invisível aos olhos de grande parte da população brasileira e até mesmo de nossas autoridades. As dificuldades para combatê-la são, sobretudo, de ordem cultu-

ral. Ainda é extremamente comum o pensamento de que envolver crianças e adolescentes em tarefas domésticas nas casas de terceiros é uma maneira de livrá-las da situação de pobreza em que vivem.

O resultado dessa visão é que o Brasil ainda não enxerga o Trabalho Infantil Doméstico como um problema. Trata-se, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de um sério equívoco.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD), de 2001, existem quase 500 mil crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalhando em casas de terceiros. Nesse universo, 45% são menores de 16 anos – ou seja, estão abaixo da idade mínima permitida por lei para admissão no emprego. É na minha região, o Nordeste, que se concentra o maior número de crianças trabalhadoras domésticas: são 175 mil ou 35% do total.

É importante ressaltar que esse tipo de atividade tem uma forte conotação de gênero e de raça: nada menos do que 93% dessas crianças são do sexo feminino e 61% são afro-descendentes.

Algumas falsas idéias cercam o Trabalho Infantil Doméstico. Ao contrário do que se pensa, ele não é um “ofício” mais leve. Crianças e adolescentes que exercem essa atividade perdem, muitas vezes, a chance de freqüentar regularmente a escola, podem ter problemas de ordem psicológica e social por ficarem longe do convívio de suas famílias e estão sujeitas a uma série de injustiças que vão desde a baixa remuneração e as longas jornadas de trabalho até a possibilidade de serem vítimas de abuso sexual por parte dos patrões.

Segundo dados disponibilizados pela Organização Mundial do Trabalho (OIT), 74% dessas crianças estão matriculadas na escola, mas apresentam nível de atraso maior que a média da sua faixa etária. Mais da metade trabalha além de 40 horas semanais e não tem férias. Muitas não têm direito a repouso nos finais de semana nem a férias, são mal remuneradas e, em inúmeros casos, sequer recebem salários. Na visão de alguns empregadores, a concessão de certas “regalias”, como passeios, doação de roupas e brinquedos usados, já seria suficiente para compensar as crianças trabalhadoras domésticas.

Não podemos mais achar que essa é uma situação “normal”. Meninos e meninas submetidos a qualquer trabalho estão sendo privados de um direito fundamental: o direito de ser criança. O direito de correr, pular, brincar de boneca, soltar pipa, jogar futebol, nadar. O direito de viver experiências lúdicas – tão importante no processo do desenvolvimento físico, mental, social e emocional.

A boa notícia é que a sociedade já começa a se mexer. No último dia 30 de abril, a OIT, o Unicef, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), a

Fundação Abrinq e a **Save The Children**, do Reino Unido, lançaram uma campanha de esclarecimento sobre o Trabalho Infantil Doméstico. A iniciativa prevê a veiculação de comerciais informativos a respeito do tema nos meios de comunicação de massa com o intuito de dar visibilidade aos problemas causados pelo envolvimento de crianças e adolescentes em afazeres nas casas de terceiros. Essa campanha é o primeiro passo de uma ampla mobilização social para o enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico.

O Legislativo não pode ficar de fora dessa mobilização. O Parlamento pode e deve assumir um papel central no debate sobre as alternativas para combater esse tipo de trabalho infantil.

Sabemos que um dos caminhos para a erradicação de práticas como o Trabalho Infantil Doméstico passa necessariamente por políticas sociais capazes de investir no fortalecimento das condições de vida das famílias. Além da inserção das crianças em programas que incentivam a troca do batente pelas salas de aula, é necessário adotar medidas de geração de emprego e renda voltadas para os familiares.

Estou convicta de que o enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico não se faz apenas com a implementação de ações governamentais. Para mudar a realidade desses meninos e meninas, temos que investir em uma verdadeira mudança de mentalidade.

Portanto, a participação ativa da população nessa batalha é imprescindível. A sociedade precisa realmente se convencer de que as crianças devem, antes de tudo, ter direito a estudar e a brincar.

O trabalho infantil não pode mais ser visto como uma solução para a pobreza, como uma maneira de tirar meninos e meninas das ruas, afastando-os da criminalidade. Estudos mostram que ele perpetua o ciclo de pobreza e miséria no qual estão inseridos milhões de famílias brasileiras. Muito provavelmente, as crianças e adolescentes que estão na labuta hoje não terão, no futuro, a formação adequada para enfrentar um mercado de trabalho tão complexo e competitivo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, precisamos reagir a mais esse tipo de injustiça cometido contra milhares de crianças e adolescentes brasileiros, a quem não é dada a oportunidade de ter um presente saudável e um futuro promissor.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)*

**(OS 13202/03)**

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 058 , DE 2003**

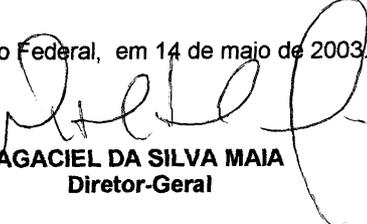
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

**R E S O L V E:**

I - Designar os servidores José Carlos Aureliano, mat. 2487, Pedro de Carvalho Rodrigues, mat. 1385, Hermano Mariano de Almeida, mat. 2442, Marcio Dimas Esteves Duarte, mat. 3372, Luiz Carlos da Costa, mat. 3686, Antonio Marques de Souza, mat. 2623, Luiz Antonio dos Santos, mat. 1998, Carlos Alberto Ventura, mat. 5158, Otávio Mariz, mat. 4146, Cássio Murilo Rocha, mat. 5220, Alciney Santos G. da Silva, mat. 1773, Marcelo Puget Monteiro, mat. 5277 e Marilda Gomes do Nascimento, mat. 3953, para, sob a Presidência do Primeiro, comporem Comissão Especial de Leilão, com a finalidade específica de, no prazo de 30 (trinta) dias, promover a alienação de veículos oficiais do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de maio de 2003.

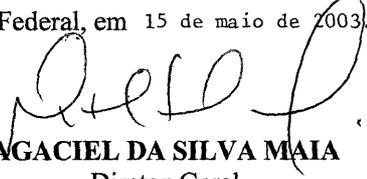
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3530 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009348/03-4,

**R E S O L V E** exonerar **MÁRCIA MARIA TOBIAS**, matrícula n.º 32935, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Valdir Raupp e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº. 3531 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.137/03-6,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3017, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2728, de 07/04/2003, que nomeou **FLÁVIO CELSO DE AZEVEDO SOUZA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romeu Tuma, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

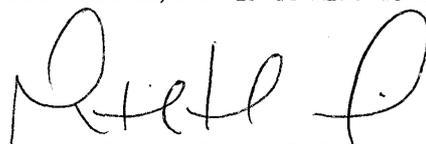
**ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº.3532 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005565/03-0,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **ESAÚ DE SOUZA CONCEIÇÃO**, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 2588, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2716, de 19/03/2003, para o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

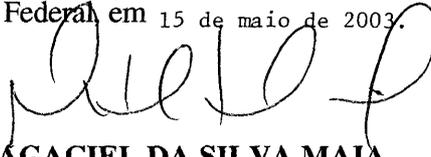
**ATO DO DIRETOR-GERAL**

N.º 3533 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009645/03-9**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCOS ROBERTO MORAIS DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

N.º 3534 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007.511/03-5**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3102, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2731, de 10/04/2003, que nomeou **ANA AMÉLIA GOMES DE BARROS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3535, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.687/03-2**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2727, de 03/04/2003, que nomeou **ANDREA QUEIROZ BRANT**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3536, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006686/03-6**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **ÁLVARO SILVA RIBEIRO FILHO**, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 2908, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2724, de 01/04/2003, para o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



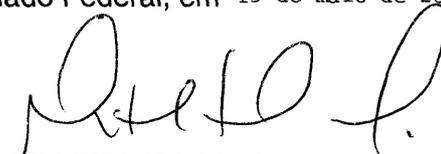
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 3537 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005429/03-0**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3055, 04/04/2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2728, de 07/04/2003, que nomeou **MARIA CELINA JAIME DE MORAES JARDIM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Heráclito Fortes, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 3538, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007.513/03-8**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3100, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2731, de 10/04/2003, que nomeou **FRANCIANE SANTOS AZEVEDO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

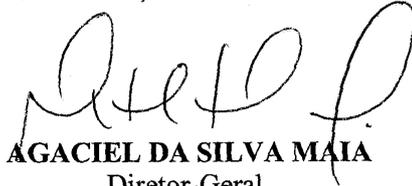
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 3539, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.514/03-4,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3101, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2731, de 10/04/2003, que nomeou **VERA INOJOSA JUCÁ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 3540 , DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007253/03-6,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3073, 07/04/2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2729, de 08/04/2003, que nomeou **MARIANO DUARTE CABREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



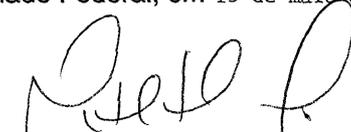
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3541 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006523/03-0**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2987, 02/04/2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2726, de 03/04/2003, que nomeou **MARCOS ROBERTO MORAIS DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



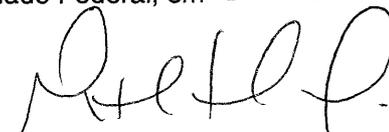
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3542 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007543/03-4**.

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3112, 08/04/2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2731, de 10/04/2003, que nomeou **MARIA DE LOURDES ARCHER PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jefferson Péres, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3543 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006714/03-0**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2989, 02/04/2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2726, de 03/04/2003, que nomeou **RILDO TEODORO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Batista Motta, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3544 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005019/03-6**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **ROSILENE APARECIDA ROSA**, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 2448, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2712, de 13/03/2003, para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



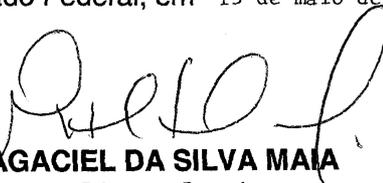
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3545 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005673/03-8**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **ANGELA MARIA DE DEUS VIEIRA CARRERO**, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 2581, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2716, de 19/03/2003, para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



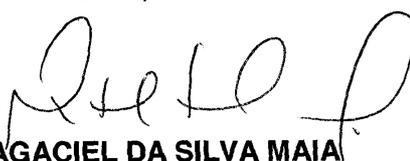
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º.3546 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005673/03-8**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **KARINA MELLOTTI**, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 2582, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2716, de 19/03/2003, para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 3547 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004966/03-1,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **CLAUDIO JOSE MARTINS DE OLIVEIRA**, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 2499, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2714, de 17/03/2003, para o cargo, em comissão, de Motorista, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



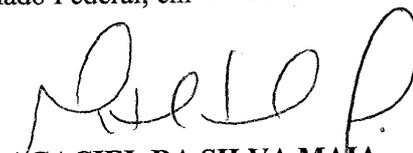
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 3548 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006828/03-5,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2977, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2726, de 03/04/2003, que nomeou **ELIAS DA SILVA JÚNIOR**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 3549 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006528/03-1 ,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2847, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2722, de 27/03/2003, que nomeou **NEIDES BATISTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 3550 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006298/03-6**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2829, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2722, de 27/03/2003, que nomeou **CARLOS EDUARDO RODRIGUES BORTOLOT** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3551 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002578/03-4**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2655, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2719, de 24/03/2003, que nomeou **DENISE MARIA LIMA MENDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eurípedes Camargo, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 3552 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005538/03-3**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2812, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2721, de 26/03/2003, que nomeou **FRANCISCO CARLOS DE PAULA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3553 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002577/03-8**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2659, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2719, de 24/03/2003, que nomeou **TÂNIA REGINA AGUILAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eurípedes Camargo, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



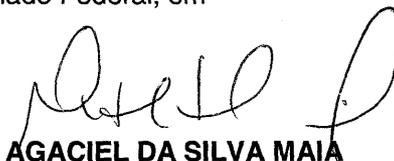
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3554 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004103/03-3**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2198, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2704, de 26/02/2003, que nomeou **LUIZ PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3555 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002582/03-1**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2690, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2718, de 21/03/2003, que nomeou **JOSIVAL JOSÉ DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eurípedes Camargo, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



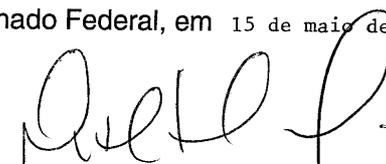
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3556 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2761, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2720, de 25/03/2003, que nomeou **VERA PORTELA MACIEIRA BORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



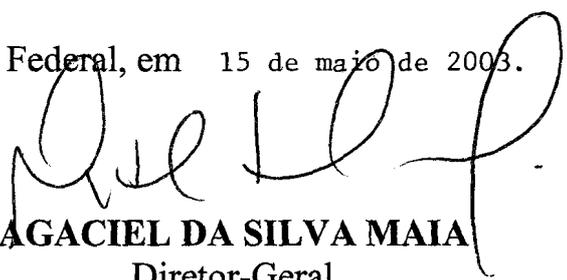
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3557, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERA PORTELA MACIEIRA BORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência.

Senado Federal, em 15 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

OF/SSACCS 125/2003

Brasília, 15 de maio de 2003.

Senhor Diretor,

O Senado Federal realizou convênio com o Banco Pine S.A. para concessão de empréstimos a funcionários sob consignação em folha de pagamento.

Conforme rege a Cláusula Oitava – Da Vigência e Validade, deste convênio, este deverá ser publicado no Diário do Senado Federal, como condição de eficácia dos atos.

Desta forma, solicito-lhe os préstimos no sentido de proceder à supracitada publicação, encaminhando-lhe, para tanto, as informações abaixo:

**OBJETO :**

Concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal e seus órgãos supervisionados.

**REPRESENTANTE PELO SENADO FEDERAL**

Diretor Geral  
Agaciel da Silva Maia

**CONVENENTES:****Banco Pine S.A.**

Convênio nº CN20030008

Processo nº 009.720/03-0

Vigência: 13/05/2004

Representante Legal: Luiz Cláudio de La Rosa

Atenciosamente,



**DIMITRIOS HADJICOLAOU**  
Diretor da SSACCS

Ao Sr.

**SÉRGIO BARROS DE CASTRO**

Diretor da Subsecretaria de Ata / SSATA

Senado Federal

**Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de  
Serviços - SSACCS**

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

**Espécie** Convênio CN20030008

**Processo:** 009.720/03-0      **Modalidade:** Não Aplicável

**Objeto:** Empréstimo a servidores, sob consignação em folha de pagamento.

**Conveniada:** BANCO PINE S/A

**Convenente:**      **SENADO FEDERAL**

**Vigência** Início: 14/05/2003

Final: 13/05/2004. Convênio será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado e sucessivos períodos, no limite de 60 (sessenta) meses.

**Signatários:** Pelo Senado Federal Agaciel da Silva Maia

Pelo(a) Contratado(a): LUIZ CLÁUDIO DE LA ROSA

Em 15/05/2003

  
**Gutemberg Machado**  
**Técnico Legislativo**

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
	<b>PERNAMBUCO</b>	PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n° 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) <sup>1</sup>
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.  
Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3114605 Fax: 3113652  
E – Mail: sscmcas@senado.gov.br  
Atualizado em 28/04/2003

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n<sup>o</sup> 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: gildete@senado.gov.br  
Atualizada em 13/05/2003

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

Atualizada em 10/04/2003

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n<sup>o</sup> 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113915 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.  
Atualizada em 28/04/2003

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) <sup>1</sup>	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3113915 Fax: 3111060  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

Atualizada em 26/03/2003

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Shessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário n<sup>o</sup> 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA** <sup>2</sup>

**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) <sup>7</sup>			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br  
www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

**PROCURADORES**

Senadores	UF	Ramal
<b>PMDB</b>		
<b>PFL</b>		
<b>PT</b>		
<b>PSDB</b>		
<b>PDT/PTB/PSB/PL/PPS</b>		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

**1ª Designação geral:** 03.12.2001

**2ª Designação geral:** 26.02.2003

**Presidente: Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>**

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo <sup>1</sup>	GO	3148
PFL <sup>6</sup>		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT <sup>5</sup>		
Senadora Serys Slhessarenko <sup>1</sup>	MT	2291
PSDB <sup>6</sup>		
Senadora Lúcia Vânia <sup>1</sup>	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho <sup>3</sup>	RR	2041
PTB <sup>5</sup>		
Senador Papaléo Paes <sup>1-5</sup>	AP	3253
PSB <sup>5</sup>		
Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>2</sup>	AC	1078
PL <sup>5</sup>		
Senador Magno Malta <sup>1</sup>	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes <sup>1</sup>	CE	2301

**Atualizada em 7.5.2003**

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## CONGRESSO NACIONAL

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

### COMISSÕES DE TRABALHO

#### **01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

#### **02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

#### **03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

#### **04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

#### **05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
Representação Brasileira

**COMPOSIÇÃO**  
(18 Titulares e 18 Suplentes)

**(AGUARDANDO INDICAÇÕES PELAS LIDERANÇAS)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Secretário-Geral:

Secretário-Geral Adjunto:

**Membros natos: Deputada Zulaiê Cobra (PSDB/SP) e Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>(1)</sup>**

**SENADORES**

TITULARES	SUPLENTES
	<b>PMDB</b>
	1.
	2.
	<b>PFL <sup>(3)</sup></b>
	1.
	2.
	<b>PT <sup>(2)</sup></b>
	1.
	<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>
	1.
	<b><sup>(4)</sup> PDT - PTB <sup>(2)</sup> - PPS - PSB <sup>(2)</sup> - PL <sup>(2)</sup></b>
	1.
	2.

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
	<b>PT</b>
	<b>PFL</b>
	<b>PMDB</b>
	<b>PSDB</b>
	<b>PPB</b>
	<b>PTB</b>
	<b>PL</b>
	<b>PSB</b>
	<b>PPS</b>
	<b>PCdoB</b>

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY <sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> <i>(aguardando definição)</i>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPLICY (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X – Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900  
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



**EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS**